

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro)

Nas dobras da precariedade

Desigualdades regionais, de gênero, raça e classe no trabalho “por conta própria” no Brasil - um olhar para a PNAD Contínua

Relatório da primeira etapa do projeto de pesquisa “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho “por conta própria” no Brasil”

Versão final

(Concluída em 5 de abril de 2021, com gráficos incluídos em 30 de junho de 2021)

Coordenação:

Jacques Mick

Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Sociologia e Ciência Política

Laboratório de Sociologia do Trabalho

João Carlos Nogueira

Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro)

Observatório da Rede Brasil Afroempreendedor (UFSC/Reafro)

Equipe da UFSC:

Professores do Departamento de Sociologia e Ciência Política:

Jacques Mick (Coordenação geral)

Thaís Lapa

Pesquisadores:

Arland de Bruchard Costa (Mestre)

Delza da Hora (Mestranda)

Juliana de Jesus Grigoli (Doutora)

Lucas Ferreira (Doutorando)

Tomás Barcellos (Mestrando)

Infografia:

Frank Maia

Fran Louise

Sumário

Introdução e metodologia.....	3
Parte 1. Caracterização geral dos efeitos das desigualdades estruturais no trabalho por conta própria.....	7
Parte 2. Discriminações regionais, de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria.....	16
Parte 3. Desigualdades de renda, raça e gênero no interior das principais ocupações e dos setores de atividades	60
Conclusões.....	90
Referências	96

Introdução e metodologia

O relatório a seguir apresenta um conjunto de dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE, com o objetivo de observar as desigualdades regionais, de raça, classe e gênero entre os trabalhadores por conta própria. Os dados foram objeto de descrição e interpretação pelo grupo de pesquisadores envolvidos no projeto “Informalidade e discriminação racial e de gênero no trabalho “por conta própria” no Brasil”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito do Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro). O projeto é financiado pela Fundação Perseu Abramo, cujos pesquisadores também colaboram no desenvolvimento do estudo.

A análise do material estatístico é a primeira etapa do projeto de pesquisa, que procura compreender, em perspectiva interseccional, a morfologia socioeconômica dos 24,3 milhões de trabalhadores por conta própria no Brasil. Espera-se, ao longo da investigação, formular uma tipologia desses trabalhadores, levando em conta diferenças regionais, de gênero, classe e raça; observar diferenças e semelhanças entre formais (MEI e microempresas) e informais nos “conta própria”; e identificar demandas por políticas de fortalecimento à economia popular. Mais adiante, em investigações posteriores, o estudo pretende identificar as marcas da presença da razão neoliberal entre os “conta própria” e as instituições que contribuíram para a incorporação desses valores. Além disso, pretende observar práticas cooperativas e colaborativas, opostas à razão neoliberal e às discriminações de gênero e raça, e identificar formas de associação e ação política adotadas por esses agentes.

O desenho dessa etapa da pesquisa é claramente influenciado por uma perspectiva interseccional fundamentada nos trabalhos de Carlos Hasenbalg e seus/suas parceiros/as, assim como nos conceitos de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais de Kergoat e em trabalhos que, embora não adotem tal terminologia, mobilizam análises que coadunam gênero, classe e raça, como as de Gonzalez, Nascimento e Guimarães¹. Dos primeiros advém a inspiração de observar de um ângulo novo o material quantitativo vasto e disponível - no caso, a PNAD-C. Muito citados no mapeamento sistemático de características sociais e do mercado de trabalho, os dados colhidos pelo IBGE compõem bases úteis para inúmeros outros estudos; aqui, queremos observar como variados tipos de desigualdade se combinam para configurar o complexo contingente dos trabalhadores por conta própria, usualmente agregado (e interpretado) como um grupo social homogêneo. Neste último aspecto, convém destacar a relevância do enfoque analítico consubstancial ou interseccional², conforme desenvolvido por Kergoat e Gonzalez, que privilegia o

¹ Hasenbalg, 1979; Hasenbalg; Silva; Lima, 1999; Hasenbalg e Silva, 1988; 1992; Gonzalez, 1988, 2019 [1980]; Gonzalez e Hasenbalg, 1982; Guimarães, 2002; Kergoat, 1989; 2010; Nascimento, 2019 [1976]. Com o objetivo de favorecer a leitura do texto, distanciando-o um pouco de sua dimensão acadêmica, sempre que possível as referências serão agrupadas em notas de rodapé.

² Há diferenças entre as conceituações interseccionalidade e consubstancialidade, que não serão aprofundadas neste texto. A preocupação central do conceito de consubstancialidade é privilegiar o enfoque analítico que imbrica as dimensões de classe, gênero e raça das relações sociais, compreendidas como relações de poder que se co-produzem e se recobrem parcialmente, sendo, portanto, base material estrutural das divisões de trabalho (social, sexual, racial). Ao longo do texto, utiliza-se “perspectiva interseccional” (ou similares) como forma simplificada de nomear um campo de

enovelamento destas dimensões como heurísticamente necessário para a compreensão (e desnaturalização) das posições e condições de trabalho da classe, atravessada pelas estruturas de sexo e raça. A divisão sexual do trabalho, conceituação desenvolvida por Kergoat e Hirata, é chave analítica para se refletir em maior profundidade, a partir dos dados levantados, sobre sua imbricação com as divisões racial e social do trabalho - cujas características particulares no Brasil advêm de processos de longa duração decorrentes da formação social do país, marcada pelo escravismo colonialista.³

Deste modo, como ficará claro, ainda que a precariedade seja a marca comum aos “conta própria”, a divisão do trabalho nesse segmento é marcada por clivagens cruzadas de raça, gênero, posição social e território - daí a opção por analisar o entrelaçamento entre dominações. Os dados, reorganizados com a finalidade de observar a distribuição das desigualdades, reiteram a persistência de racismo, patriarcalismo, preconceito regional e/ou de classe, como dobras que agravam o trabalho já maculado pela precariedade.

Isso reforça não apenas a relevância de políticas de apoio para que os conta própria possam se distanciar da precariedade (hoje inexistentes), mas indica que tais políticas, para serem eficazes, devem também auxiliar os/as trabalhadores/as no combate às discriminações que, no Brasil, praticamente cravam o destino de multidões, estreitando o seu horizonte de possibilidades. Que os conta própria tenham sido misturados ao conceito de “empreendedores”, que tenham eles próprios se embebido de “autoempresarialidade” a ponto de criarem ilusões de que, cada um por si, podem chegar a um futuro diferente da repetição da posição social que ocupam hoje - tudo isso é efeito perverso do alargamento do neoliberalismo como razão de mundo no século 21, também, nas periferias brasileiras⁴.

1.1 Metodologia

Para a elaboração do relatório, foram utilizados os microdados da PNAD-C do terceiro trimestre de 2019, ponderados de acordo com a orientação do próprio IBGE, através do software R e do pacote elaborado por Douglas Braga. Os primeiros passos da pesquisa foram os seguintes:

- 1) Seleção dos brasileiros que possuem, como ocupação principal (variável V4012), um trabalho por conta própria – Cabe ressaltar que: a) há trabalhadores que são empregados em suas ocupações principais, mas trabalham por conta própria para complementar sua renda; para evitar possíveis distorções nos dados, optou-se por retirar esses casos da amostra; b) o trabalho doméstico tem variável específica na PNAD-C e não faz parte

reflexões mais amplo e cujas dissonâncias escapam ao propósito deste momento da pesquisa. Sobre o assunto, ver Hirata (2014) e Galerand e Kergoat (2018).

³ Outras dimensões estruturais da desigualdade, como as regionais e as etárias, têm sido destacadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em uma série de relatórios recentes (2016, 2017 e 2018). No limite deste estudo, não foi possível contemplar a observação de desigualdades por faixa etária, o que permanece como um desafio para etapas posteriores da investigação.

⁴ Para a presença da razão neoliberal na economia popular, ver Gago (2018).

deste estudo;

2) Retirada dos domicílios rurais (V1022) – Como o objetivo do projeto é investigar o trabalho por conta própria nas periferias urbanas, foram retirados da amostra todos os entrevistados que moravam em áreas rurais. Isso, contudo, não elimina da amostra todo o trabalho geralmente associado ao campo, como poderá ser observado nos gráficos da segunda parte do relatório.

A partir desse recorte inicial, foram elaboradas as tabelas que compõem o primeiro capítulo do relatório e traçam um perfil geral do conjunto dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Elas são compostas por diferentes combinações das seguintes variáveis:

- 1) Sexo (V2007);
- 2) Raça/cor (V2010);
- 3) Faixa de renda (V403312) – foram agregados em 5 faixas de renda os dados disponibilizados em relação ao rendimento do entrevistado: até R\$ 500,00; de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00; de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00; de R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00; e acima de R\$ 4.001,00;
- 4) Região (UF) – foram agregados em regiões os dados disponibilizados em relação ao estado de residência de cada entrevistado;
- 5) Taxa de formalização (V4019) – equivale ao percentual de trabalhadores por conta própria que possuem CNPJ;
- 6) Setor de atividade (V4010);
- 7) Nível de instrução (VD3004);
- 8) Faixa etária (V2009) – foram agregados em faixas os dados referentes à idade do entrevistado;
- 9) Tempo no trabalho atual (V4040);
- 10) Quantidade de trabalhos que possui (V4009);
- 11) Local em que realiza suas atividades (V4020);
- 12) Horas trabalhadas na semana no trabalho principal (V4039).

O segundo capítulo do relatório é composto por 36 gráficos de dispersão, cada um correspondendo a uma combinação diferente entre 6 territórios (Brasil e suas 5 regiões) e 6 faixas de renda (as cinco descritas acima e uma sexta incluindo todas). Cada gráfico possui 20 pontos, que correspondem às ocupações (V4041) mais comuns entre os trabalhadores por conta própria em determinado território e em determinada faixa de renda.

O eixo Y do gráfico varia de 0 a 1 e representa a participação masculina. Ou seja, quanto mais próximo de 0 uma ocupação se encontra no gráfico, menor a participação masculina e quanto mais próximo de 1, maior a participação. O eixo X representa a participação de negros (considerados aqui como a soma de pretos e pardos). Ou seja, quanto mais próximo de 0 está o ponto que representa determinada ocupação, menor a participação de negros nela e quanto mais próximo de 1, maior a participação. Para a elaboração desse eixo, retirou-se da amostra os trabalhadores amarelos (0,75% do total) e indígenas (0,47% do total), de forma a refletir apenas negros e brancos.

Em resumo: cada gráfico representa uma região e uma faixa de renda determinada e possui 20 pontos correspondentes às principais ocupações. Esses pontos aparecem nos gráficos de acordo com a participação por sexo (eixo Y) e raça/cor (eixo X) de trabalhadores em determinada ocupação, território e faixa de renda. O ponto em que os eixos se encontram corresponde ao perfil médio do trabalhador por conta própria no Brasil, excluídos amarelos e indígenas: 62,62% masculino e 55,05% negro. As linhas dão ideia da média dos conta própria, então, quanto mais perto o ponto da linha, mais próximo do perfil médio.

O terceiro capítulo do relatório também é formado por gráficos de dispersão, com a mesma estrutura de eixos. A diferença é que, nesta parte, os gráficos representam as 20 principais ocupações de trabalhadores por conta própria no Brasil e os 9 principais setores de atividade. Cada gráfico possui 5 pontos, que representam as distintas faixas de renda e possibilitam verificar, portanto, a composição de raça/cor e gênero dos trabalhadores por faixa de renda dessas ocupações e setores de atividade. Cada ponto nestes gráficos é maior ou menor de acordo com a participação de trabalhadores na faixa de renda a que corresponde. Isso permite visualizar tanto a distribuição das faixas de renda nos eixos de gênero e raça/cor, quanto a intensidade da concentração em cada faixa.

O capítulo final explora pontos de conexão entre a bibliografia especializada no tema e os modos de ver os dados da PNAD-C sobre os conta própria expostos nos capítulos anteriores. Os conceitos-chave apresentados em cada capítulo são retomados em síntese provisória de um projeto de pesquisa em andamento; a agenda com os próximos passos da investigação encerra este relatório.

Parte 1. Caracterização geral dos efeitos das desigualdades estruturais no trabalho por conta própria

1.1 Perspectiva histórica do problema

O trabalho por conta própria, quase sempre informal, é uma constante na vida do povo brasileiro desde o fim do século 18. A sobrevivência das pessoas livres e pobres nas vilas escravagistas brasileiras, lá chegadas pelo êxodo rural ou vindas de Portugal, envolvia estratégias variadas para obter rendimento monetário. Carlos Lessa classificou essas astúcias econômicas em estratos distintos de integração precária à produção:

- a) um grupo dedicado à logística da cidade (carregadores manuais ou em carroças, entregadores);
- b) um grupo de prestadores de serviços pessoais (barbeiros, cabeleireiras, manicures);
- c) um grupo de artesãos produtores ou reparadores de manufaturas (confeiteiros, padeiros, afiadores, sapateiros, costureiras, latoeiros);
- d) um grupo de comerciantes (o ambulante, o camelô);
- e) a população de rua (pedintes e, mais adiante, recicladores, catadores, guardadores de carro)⁵.

Ao longo do século 19, os serviços domésticos gradualmente passaram a compor esse segmento. No movimento consumado pela abolição, mais e mais ex-escravos libertos incorporaram-se ao contingente da economia informal – condição que caracterizou também o emprego doméstico, desde sempre majoritariamente feminino. O trabalho escravo “conviveu, já a partir do século XVIII, com diferentes regimes não escravistas de trabalho. Isso quer dizer que a transição para o trabalho livre (ou não-escravo) foi muito lenta, tendo apenas um marco convencional em 1850, ano da proibição do tráfico negreiro” (Cardoso, 2019, p. 46). Ou seja: “na cidade escravagista, a desvalorização do trabalho moveu-se em paralelo com a diversificação e a diferenciação das habilidades do escravo doméstico” (Lessa, 2003, p. 12).

Os diferentes regimes de escravidão adotados em distintos pontos do território refletiram-se tanto nas variadas vocações econômicas implantadas nas províncias ou regiões brasileiras, como nas peculiaridades das atividades informais a elas associadas:

A identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil colônia não era um território dominado exclusivamente por *plantations* monocultoras, nem a estrutura social tão simples como se supôs até pelo menos os inícios dos anos 1970. Escravos e donos de terras eram sem dúvida as classes centrais, mas elas conviviam com uma infinidade de outros grupos, também importantes para a sustentabilidade da ordem escravista: artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de

⁵ “O pobre urbano é um mestre no remendo e na reciclagem” (Lessa, 2003, p. 15).

animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais produzindo para si mesmos... (Cardoso, 2019, p. 45).

Mais para o fim do século 19, aumentou o número de pessoas pobres e livres, alforriadas e escravas de ganho. Depois da abolição, “a figura do contrato de trabalho e a forma assalariada pura ficaram circunscritas a poucas projeções da modernidade industrial: correios e telégrafos, ferrovias etc.” (Lessa, 2003, p. 12). Com renda baixa, as pessoas pobres e livres, principalmente negras, ajustaram-se a limitados padrões de consumo de bens e serviços de primeira necessidade. Desenvolveram relações sociais compensatórias, de solidariedade e apoio mútuo, envolvendo compartilhamento de recursos sempre escassos (inclusive, de força de trabalho) para atividades produtivas.

Com a revolução industrial, “a cidade brasileira atravessou intensas transformações econômicas, sempre reproduzindo a difícil inserção do pobre na produção, no consumo e na cidadania. Ao mesmo tempo, ela foi a 'universidade' que ensinou a esse mesmo pobre a sobrevivência nas brechas da sociedade e a prospectar estas transformações, adaptando-se a elas” (Lessa, 2003, p. 13)⁶. A cada mudança na estrutura produtiva corresponde um conjunto de transformações nas formas de inserção dos trabalhadores informais – uma redivisão do trabalho que conserva as desigualdades estruturais de gênero, raça, classe, região.

Para Cardoso, a sociabilidade capitalista emergente no fim do século 19,

em suma, teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões de mundo, e com uma ética da degradação do trabalho que vedou, por muitos anos, o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos. E isso decorreu, segundo o argumento aqui defendido, da lenta transição da escravidão no país, que a fez conviver, por muitas décadas, com formas não escravistas de exploração do trabalho, para as quais os padrões de medida disponíveis à violência estatal ou privada, à organização do trabalho e suas hierarquias de classe, à remuneração do trabalho, à convivência social entre desiguais e à sociabilidade de um modo geral eram, todos, constituídos pela escravidão (CARDOSO, 2019, p. 49)

⁶ Lessa exemplifica com a inserção do automóvel a habilidade de adaptação dos pobres às novas realidades produzidas pela revolução industrial: “O veículo com motor a explosão dissolveu a logística urbana, amplo espaço de subsistência da pobreza, aposentando cocheiros, 'burros sem rabo' e carregadores manuais. Em contrapartida, criou desde o taxista, o caminhoneiro e seu ajudante, o guardador e o lavador de carros, até o flanelinha e o pedinte de cruzamento. Após a industrialização, criou também o operário metalúrgico de vanguarda. O automóvel passou a ser reciclado e a ter sua vida útil prolongada. Esta sobrevida fez nascer vários personagens: o lanterneiro, o pintor e o mecânico, mestres do carro de segunda-mão, e sua corte de oficiais e aprendizes. No fim da linha, além do próspero e semi-ilícito ferro-velho, existem curiosíssimos modos de aproveitamento do veículo, como a sandália feita com sola de pneu usado e a carcaça de Kombi como oficina fixa na rua” (Lessa, 2003, p. 13-14).

Como resultado dessa trajetória histórica, o trabalho por conta própria no Brasil de 2020 reflete o longo ciclo de exclusão sistemática de pobres, negros e, em especial, mulheres negras, de oportunidades no mercado formal de trabalho. Longe de ser um locus potencial para o empreendedorismo, o *contapropismo*⁷ é uma categoria elástica, que agrupa atividades muito diferentes em termos de natureza, complexidade e características nas relações com os territórios em que se inserem, como veremos na próxima seção.

1.2 Perfil sociodemográfico

O trabalho por conta própria, marcadamente informal, é o coração deste outro das economias capitalistas que tem sido denominado com diferentes combinações de qualificativos como “popular”, “comunitária”, “solidária”, “marginal”, “periférica”, “social” entre várias expressões utilizadas usualmente no plural como forma de enfatizar sua diversidade.⁸ “Essa economia não empresarial, que já foi tratada na literatura como “setor tradicional”, “setor informal”, “economia informal”, entre outros termos, ganha outro lugar quando se evidencia sua racionalidade interna, orientada ao trabalho e à reprodução ampliada” (Diniz, 2019). Para Sibelle Diniz (2019),

a economia brasileira, como outras economias latino-americanas, pode ser considerada uma “economia mista sob a dominância capitalista” (Coraggio, 2013). Isso implica dizer que outras lógicas ou princípios de comportamento econômico, além do mercado, caracterizam nossos processos econômicos. Para além da economia empresarial orientada para o lucro, contamos aqui com uma expressiva economia do setor público, que abrange as redes de produção e consumo em torno do Estado. E, ainda, com uma considerável economia popular, formada por unidades produtivas com uma racionalidade orientada para o trabalho, e não para o capital (Coraggio, 2003). A despeito da organização dessa sociedade em torno de uma ordem cultural capitalista (Sahlins, 2003), o conjunto das nossas relações econômicas passa notavelmente pelos princípios da reciprocidade, da domesticidade e da redistribuição (Polanyi, 2011).

Diniz considera que três fenômenos favorecem “o fortalecimento da economia popular e solidária, ou sua elevação de um conjunto de pequenas práticas descoordenadas a um sistema mais articulado e orgânico”, relevante “por seu potencial de organização do trabalho em bases mais sustentáveis, inclusivas e emancipadoras”. Esses fatores são:

a) maior articulação entre cadeias produtivas globais e economias populares;

⁷ Sugerimos essa forma para traduzir à língua portuguesa a expressão *cuentapropismo*, usada na língua espanhola, tão pertinente à realidade brasileira, como à latino-americana (ver a respeito Gago, 2018).

⁸ Por exemplo, “o termo “economia popular e solidária” (EPS) é utilizado [...] para abranger um conjunto heterogêneo de práticas econômicas realizadas pelos trabalhadores a partir de sua própria força de trabalho, com o objetivo de assegurar a reprodução da vida social, muitas vezes em bases solidárias” (Diniz, 2019).

- b) politização derivada da extensão da urbanização a todo o território; e
- c) expansão das críticas às economias de mercado.

Para o fortalecimento do setor, contudo, “faz-se necessária melhor compreensão não apenas dos mecanismos internos da economia popular e solidária, mas sobretudo das suas relações, complementaridades e subordinações à economia do setor público e à economia empresarial capitalista, em suas nuances regionais” (Diniz, 2019). Os dados que apresentamos a seguir, extraídos da PNAD-C, são uma contribuição nesse sentido.

No Brasil, os trabalhadores por conta própria formam um grupo social majoritariamente masculino (63%, contra 37% de mulheres), em boa medida porque o emprego doméstico, ao ocupar outra parcela da população mais pobre, é quase inteiramente feminino. Os negros são maioria entre os conta própria, 54% (10% de pretos e o restante de pardos), dez pontos percentuais a mais que os brancos. Outras identidades de cor-raça somam pouco mais de 1%.

Mais da metade dos conta própria tem mais de 40 anos (45% entre 40 e 60 e 12,5% acima de 60). Eles são pouco numerosos até os 18 anos (apenas 1%) e minoritários na faixa mais jovem (18% entre 18 e 30 anos). Entre 30 e 40 anos concentram-se 24% desses trabalhadores. Realizado por adultos, o trabalho por conta própria tende a ser a única fonte de renda da pessoa (caso de 97%), e costuma ser de longa duração: 74% exercem a mesma atividade há dois anos ou mais. Oito por cento estão nesse trabalho entre um e dois anos e 18%, há menos de um ano. Ao longo do curso da vida, esses trabalhadores podem transitar de um tipo de ocupação a outra, mas certa estabilidade na atividade atual, num contexto de dificuldades econômicas notáveis, indica que a informalidade é mais que uma linha de fuga. Verónica Gago sugere observar trabalho informal como “uma possibilidade de vida – e não apenas de sobrevivência e violência – para uma grande parte da população, trazendo modos claramente inovadores de lutar com a escassez, a violência, as instituições e o consumo” (Gago, 2018, p. 43). A angulação positiva do olhar para a informalidade se opõe à interpretação unidimensional, que a lê apenas em termos de desproletarização e fonte potencial de crime e violência.

Quanto ao volume de horas trabalhadas por semana, os conta própria no Brasil se dividem em três grupos mais ou menos homogêneos. Trinta e quatro por cento trabalham até 30 horas (sendo 20% até 20 horas). Outros 35% trabalham mais do que 40 horas semanais (sendo 11% mais de 50 horas e 14% entre 44 e 50 horas). No grupo intermediário, 30% trabalham entre 30 e 40 horas semanais. A variedade de temporalidades é coerente com o fato de que a maior parte do trabalho por conta própria é feito em casa, na rua ou não conta com estabelecimento para funcionar (64%). Somente um terço (33%) dispõem de lojas, escritórios ou galpões.⁹

Quase metade dos conta própria tem renda baixa, inferior a R\$ 1.000,00 por mês (48%). Apenas 7% têm renda superior a R\$ 4.001,00. Nos estratos intermediários, 30% têm renda entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00 e 15%, entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00, as faixas

⁹ A parcela restante, de 4%, trabalha em espaços tipicamente rurais, como sítios ou granjas, ainda que em espaços urbanos.

formando uma pirâmide. Como veremos mais adiante, as mulheres negras se concentram nas faixas de renda mais baixa, enquanto os homens brancos ocupam os quadrantes de renda mais alta.

As desigualdades se cruzam umas com as outras. O acesso à escolaridade, por exemplo, é maior no grupo branco no que no grupo negro. Entre os conta própria, 15,7% têm ensino superior completo e 4,8% têm superior incompleto. Os segmentos com ensino médio completo ou não (38,8%) e ensino fundamental completo ou não (38,1%) têm basicamente a mesma dimensão. Apenas 2,5% têm menos de 1 ano de estudo ou nenhuma instrução.

Com o caráter subsidiário de seu trabalho em relação ao restante das atividades econômicas, os conta própria se distribuem no território nacional em paralelo à distribuição da população e do Produto Interno Bruto (Tabela 1): quase metade do grupo está na região Sudeste, quase um quarto no Nordeste e o restante, nas demais regiões. O perfil das atividades, contudo, é bastante diferente de região a região: no Sul, concentram-se os conta própria formais e com renda mais alta, enquanto o oposto ocorre no Nordeste. Como veremos no capítulo 2, as vocações econômicas de cada território se refletem nas ocupações mais frequentes do trabalho por conta própria.

Tabela 1 - Distribuição por região dos conta própria, da população (Brasil urbano, 2019) e do PIB (2017)

Região	% dos conta própria	% da população	% do PIB
Sudeste	41,62%	42,17%	52,87%
Nordeste	25,85%	27,16%	14,48%
Sul	14,67%	14,28%	17,04%
Norte	10,11%	8,65%	5,59%
Centro-Oeste	7,74%	7,72%	10,02%

Fontes: IBGE (PNAD-C 3Trim2019 e Sistema de Contas Nacionais).

O trabalho por conta própria agrupa uma miríade de atividades dos quatro principais setores de atividades (agricultura, indústria, comércio e serviços) (Tabela 2). Como no conjunto da economia, o bloco mais numeroso é o de prestadores de serviço (46% do total). Entre as atividades industriais, com 27% dos conta própria, 16% são trabalhadores da construção civil. Comerciantes correspondem a 23% do segmento. Embora este estudo tenha selecionado para análise apenas os dados de trabalhadores urbanos, 5% dos respondentes da PNAD-C estavam vinculados a atividades agrícolas - agricultura, pecuária, pesca ou aquicultura.

Tabela 2 - Distribuição dos conta própria por setor de atividade (Brasil urbano, 2019)

Setor	Partic.
Agricultura (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 4.69%)	4,69%
Indústria (Indústria geral 10.43%) (Construção 16.22%)	26,65%
Serviços (Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas 10.13%) (Transporte, armazenagem e correio 9.80%) (Alojamento e alimentação 8.63%) (Educação, saúde humana e serviços sociais 3.95%) (Outros Serviços 13.14%)	45,65%
Comércio (Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas 22.92%)	22,95%

Fonte: IBGE (PNADC). * Há ainda 0,03% de atividades mal-definidas.

As atividades são marcadas por divisão sexual e racial do trabalho. Os homens são quase a totalidade dos trabalhadores da construção (99%), transporte, armazenagem e correio (95%) e no setor agrícola (85%), além de majoritários em atividades de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (65%). As mulheres são maioria nos serviços sociais, de saúde e educação (70%), de alojamento e alimentação (56%) e na indústria geral (56%). Há equilíbrio nas atividades comerciais, com ligeira maioria de homens (53%).

As diferenças de cor/raça fazem dos serviços sociais, de educação e saúde majoritariamente brancos (67%), assim como nas atividades de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (64%). Negros são 65% dos trabalhadores por conta própria na construção civil, 61% nos serviços de alojamento e alimentação, 57% no comércio.

Combinadas, as características de gênero e raça conformam a criação de uma pirâmide de desigualdade que tem em seus polos, no topo, homens brancos e, na base, mulheres negras.

1.3 Informalidade no trabalho por conta própria

A maior parte dos trabalhadores por conta própria atua na economia informal - 77%, contra 23% que têm CNPJ, quase todos estes como Microempreendedor Individual (MEI). As taxas de formalização são maiores que a média no Sul (36%) e no Sudeste (26%), enquanto a

informalidade é significativamente maior no Norte (90%) e no Nordeste (87%); no Centro-Oeste, os números são próximos da média (78% de informais).

Não há diferença significativa no acesso à formalização entre homens e mulheres, mas sim no que tange a cor/raça: 30% dos brancos têm negócios conta própria formais (o que se combina com a distribuição territorial da formalização), enquanto as taxas de informalidade chegam a 86% entre os pretos e 83% entre os pardos.

Os níveis de formalidade têm correlação direta com a escolaridade (Tabela 3) e a faixa de renda dos trabalhadores. O caráter informal marca 95% das atividades dos conta própria sem instrução ou com menos de um ano de estudo; já entre aqueles com superior completo, a formalização chega a 43%. Atividades que asseguram renda maior que R\$ 4.001,00 são predominantemente formais (59%), enquanto aquelas de renda inferior a R\$ 500,00 são quase inteiramente informais (95%), bem como entre R\$ 501,00 e R\$ 1000,00 (87%). Nas faixas intermediárias, prevalece a informalidade, com 74% das atividades de quem ganha entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00 e 58% na faixa restante (entre R\$ 2.001,00 e R\$ 4.000,00).

Tabela 3 - Taxa de formalização de conta própria por escolaridade (Brasil urbano, 2019)

Nível de Instrução	Formal	Informal
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5.32%	94.67%
Fundamental incompleto ou equivalente	12.14%	87.86%
Fundamental completo ou equivalente	17.31%	82.68%
Médio incompleto ou equivalente	15.12%	84.87%
Médio completo ou equivalente	24,89%	75,11%
Superior incompleto ou equivalente	33.23%	66.76%
Superior completo	43.16%	56.84%

Por fim, também os tipos de atividade apresentam diferentes níveis de formalização (Tabela 4). Serviços por conta própria são significativamente mais formais, como nas áreas de informação, comunicação e financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (41%) e educação, saúde e serviços sociais (34%). De outro lado, quase todas as atividades agrícolas (91%), de construção (90%) e de transporte, armazenagem e correio (87%) são informais.

Tabela 4- Taxa de formalização dos conta própria por setor de atividade (Brasil urbano, 2019)

Setor de Atividade	Formal	Informal
Alojamento e alimentação	22.45%	77.54%
Atividades mal definidas	0.00%	100.00%
Indústria geral	18.65%	81.34%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	29.49%	70.50%
Construção	10.27%	89.72%
Outros Serviços	23.41%	76.58%
Transporte, armazenagem e correio	13.13%	86.86%
Educação, saúde humana e serviços sociais	34.27%	65.72%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.67%	91.33%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	41.31%	58.69%

A informalidade e o contapropismo têm sido interpretados principalmente como parte do circuito inferior da economia, conectado ao circuito superior (em relação proposta por Milton Santos, 2008). Entre os circuitos superior e inferior, reside “um conjunto de atividades pelas quais o capital hegemônico não se interessa a priori, ligadas ao chamado circuito superior marginal, que ganha espaço e se fortalece” (Diniz, 2019)¹⁰. Para Diniz (2019), a economia popular se identifica com o circuito inferior “quando se trata da produção voltada aos mercados locais e pouco articulada externamente”; se conecta com o circuito superior marginal “quando se trata dos serviços produtivos”; e “torna-se cada vez mais imbricada ao circuito superior, compartilhando com esses recursos nos territórios, integrando-se às redes organizacionais e técnicas, acompanhando a intensificação e a diversificação dos fluxos e do consumo, a expansão da publicidade e das redes de informação”.

Num contexto marcado por precarização, o circuito superior preserva número cada vez mais restrito de trabalho assalariado protegido pela legislação, remetendo ao circuito inferior (e à economia popular) atribuições atendidas por dinâmicas e vínculos precários. “Parte da economia popular parece ocupar as “pontas” dos processos de terceirização das cadeias

¹⁰ “Trata-se dos serviços produtivos e da produção de insumos intimamente ligados à técnica e organização do circuito superior (transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, assessoria, propaganda, produção de certos insumos). São atividades concentradas nas metrópoles e nas cidades médias onde o circuito superior avança” (Diniz, 2019). Parte dessas ocupações também compõe o trabalho por conta própria.

produtivas globais, subordinando a produção individual e domiciliar aos processos decisórios do circuito superior” (Diniz, 2019). A autora exemplifica:

Este é o caso da construção civil guiada pelos grandes grupos construtores, de capital nacional e estrangeiro, dos trabalhadores agrícolas atuantes na produção em larga escala e das operadoras de máquinas de costura que constroem, em seu domicílio de residência, peças de grandes marcas internacionais. É o caso também das ocupações que se vinculam, de certo modo, ao circuito superior marginal, como aquelas ligadas aos transportes, serviços mecânicos e distributivos, entre outras.

Diniz (2019), assim, aponta duas práticas da economia popular: “uma vinculada mais diretamente às cadeias produtivas globais, caracterizada por relações de trabalho precarizadas, postos de trabalho não raro ocupados por grupos mais vulneráveis, como as mulheres e os menos escolarizados, onde a produção é subordinada às grandes empresas internacionais” e outra “ligada ao abastecimento de demandas locais, mas cada vez mais vinculada aos circuitos superiores, seja pelo maior uso das tecnologias, pelo acesso ampliado ao crédito, pelo maior acesso à informação possibilitado pelas redes sociais etc.” No balanço da produção de pequeno porte, voltada aos mercados locais, a autora elenca: “setores de serviços pessoais (embelezamento, cuidados de idosos e crianças), confecções ligadas a pequenos consertos, agricultura familiar e urbana, serviços mecânicos e transportes em menor escala, reciclagem etc” (Diniz, 2019).¹¹

¹¹Ambas as conexões (com o circuito inferior ou com o superior) podem ser percebidas nos grandes setores de atividade: “por exemplo, [n]o de confecções, podem-se identificar relações articuladas diretamente ao grande capital, como no caso das costureiras que atuam por conta própria na produção de peças para grandes marcas internacionais, e relações voltadas aos mercados imediatos, como a produção de vestuário em pequena escala, comercializada em feiras ou no comércio local, e os pequenos consertos” (Diniz, 2019).

Parte 2. Discriminações regionais, de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria

Neste capítulo, vamos observar como as desigualdades regionais, de raça, gênero e classe incidem sobre o trabalho por conta própria no Brasil. Para tanto, os dados da PNAD-C relativos à renda dos conta própria urbanos nas 20 atividades mais frequentes em cada faixa de renda foram distribuídos em gráficos com quadrantes de raça e gênero. Posteriormente, para fins de comparação e de observação das desigualdades relacionadas ao território, os dados foram analisados em seis diferentes níveis geográficos, o primeiro relativo ao Brasil e os demais, a cada uma das regiões.

As atividades são identificadas nos gráficos por pontos e números que correspondem a seus respectivos códigos na PNAD-C. A descrição dos dados será mais concentrada nas distribuições que claramente demarcam desigualdades regionais, de classe, raça ou gênero (ou combinações entre esses vetores).

Como a concentração de conta própria por faixa de renda varia muito de região a região, isso afeta a consistência dos dados nos segmentos de menor participação de trabalhadores (Tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição dos conta própria por faixa de renda (Brasil urbano e Regiões brasileiras - 2019)

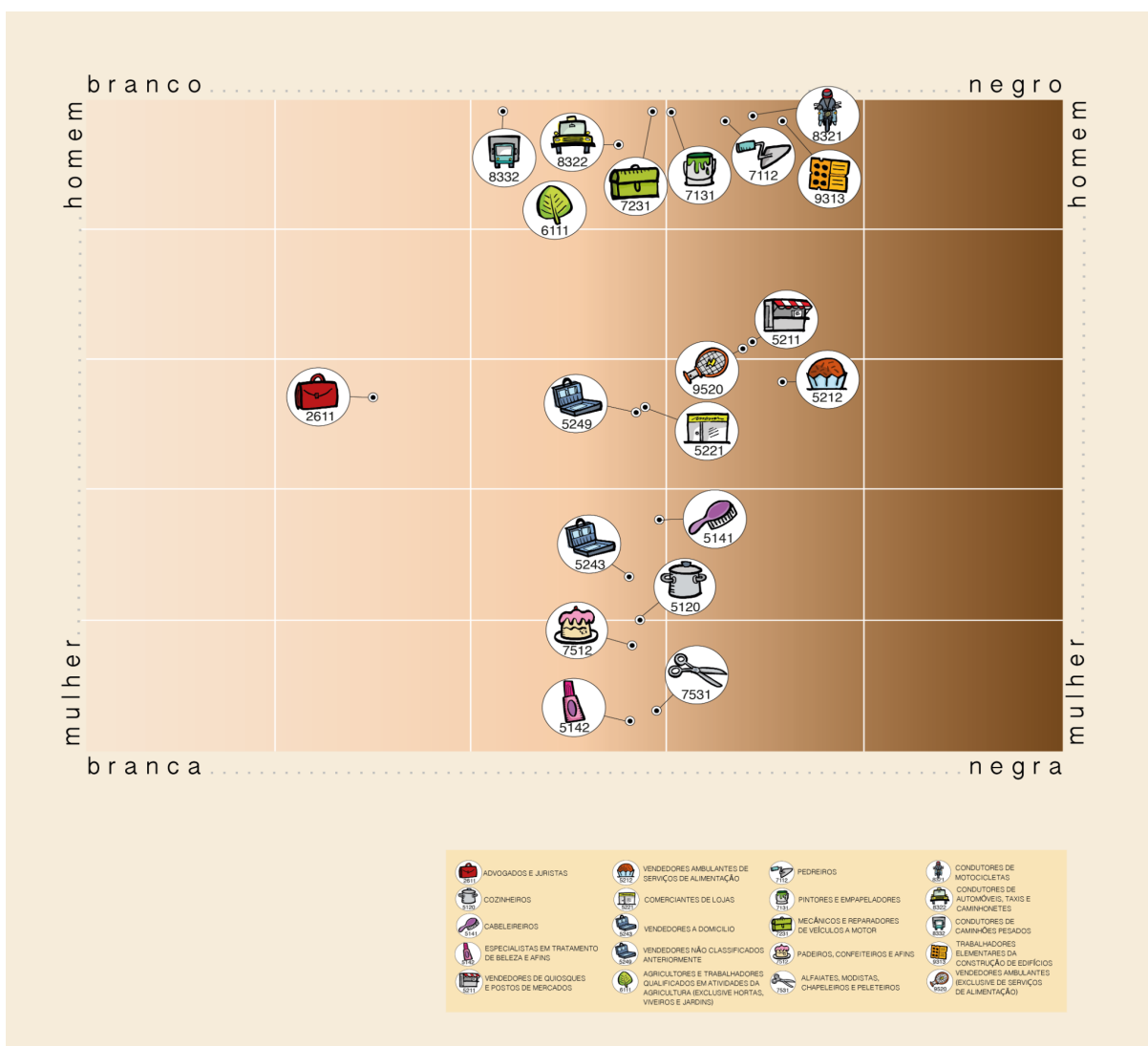
Faixa de renda	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Até R\$ 500	21,49%	38,52%	32,13%	15,69%	11,46%	14,78%
R\$ 501 a R\$ 1.000	26,50%	31,04%	34,58%	26,12%	20,42%	24,55%
R\$ 1.001 a R\$ 2.000	30,21%	20,40%	22,60%	32,40%	36,20%	34,50%
R\$ 2.001 a R\$ 4.000	14,92%	7,11%	8,01%	18,40%	22,20%	17,40%
Acima de R\$ 4.000	6,87%	2,90%	2,68%	7,42%	9,64%	8,77%
Participação no total dos conta própria	100%	25,85%	10,11%	7,74%	14,67%	41,6%

2.1 Desigualdades de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil

Desigualdades estruturais de gênero e raça incidem diretamente sobre a divisão social do trabalho por conta própria no Brasil. As diferenças aparecem na distribuição geral das atividades mais frequentes, mas seus efeitos são mais nítidos quando se observam os dados por faixa de renda: aí se constata como negros e mulheres são discriminados em relação a brancos e homens, combinação especialmente perversa para mulheres negras.

O gráfico 1 apresenta as 20 atividades por conta própria mais comuns por sexo e raça-cor, no conjunto das faixas de renda do trabalho por conta própria no Brasil. A dispersão predominantemente vertical dos dados sugere segregação por gênero maior do que por raça. As maiores desigualdades interseccionais estão em Condutores de caminhões pesados (8332) ocupada por homens brancos e Vendedores ambulantes de serviços de alimentação (5212) como a mais feminina e negra das profissões por conta própria. Enquanto Advogados e juristas (2611) é a profissão mais corrente para mulheres brancas, essa posição fica com Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como a mais negra e masculina. Há equilíbrio relativo da participação na perspectiva racial entre homens brancos e negros como Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322), ao passo que há equilíbrio quanto ao gênero entre mulheres e homens negros como Vendedores ambulantes (9520) e Vendedores de quiosques e postos de mercados (5211).

Gráfico 1 - Quadrantes de atividades por conta própria por sexo e raça-cor: Todas as faixas de renda (Brasil urbano, 2019)



Com os dados desagregados por faixas de renda, é mais claro compreender a interseccionalidade das desigualdades - noutras palavras, visualizar como diferenças de classe, raça e gênero se combinam e se reforçam. Os conta própria foram divididos em uma faixa de renda baixa (até R\$ 500 mensais), uma de renda alta (acima de R\$ 4 mil) e três intermediárias (entre R\$ 500 e R\$ 1 mil, entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil e entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil). Em cada faixa, raça e gênero seguem estruturando a divisão do trabalho. Os cinco gráficos serão exibidos agrupados nas próximas páginas para facilitar a visualização comparativa.

O gráfico 2 apresenta as atividades por conta própria para renda até R\$ 500. Nessa faixa de renda, quase todas as profissões pertencem majoritariamente à população negra. A exceção é Costureiros, Bordadeiros e afins (7533). As desigualdades interseccionais aparecem nos Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como a mais masculina e

negra enquanto Cabeleireiros (5141) como a mais feminina e negra. Há equilíbrio relativo da participação na perspectiva racial entre mulheres brancas e negras em Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes (7318) e participação equilibrada quanto ao gênero ocorre entre homens e mulheres negras como Classificadores de resíduos (9612).

No gráfico 3, que apresenta a faixa de renda de R\$ 501 e R\$ 1 mil, observa-se a manutenção de profissões mais negras do que a média de trabalhadores por conta própria. Nesse caso, as exceções são vendedores a domicílio [5243] entre as profissões mais femininas e agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] entre as mais masculinas.

O gráfico 4 apresenta as atividades por conta própria com faixa de renda entre R\$ 1.001 e R\$ 2 mil. Aqui, a desigualdade predomina pelo eixo racial, com exceção de agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] para homens brancos e Artesãos de tecidos couros e materiais semelhantes (7318) para mulheres brancas. Pela análise interseccional, a atividade simultaneamente mais masculina e negra é a de trabalhador elementar da construção de edifícios (9313) e as mais femininas e negras são Cabeleireiros (5141) e Vendedores não classificados anteriormente (5249). Participações equilibradas quanto ao gênero ocorrem entre homens e mulheres negras como Vendedores ambulantes [Exclusive de serviços de alimentação (9520)] e Vendedores de quiosque e postos de mercado (5211)

O Gráfico 5 revela que, nas atividades por conta própria de renda entre R\$ 2.001 e R\$ 4 mil para o Brasil, os brancos ocupam a maioria das ocupações, com foco em agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] para homens brancos e Psicólogos (2634) para mulheres brancas. Equilíbrio na participação quanto ao gênero ocorre na ocupação Comerciante de loja (5221) para homens e mulheres brancos. Os homens negros figuram nessa faixa como Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) e Chapistas e caldeireiros (7213).

Por fim, o Gráfico 6 descreve os quadrantes dos conta própria de faixa de renda superior a R\$ 4 mil. O eixo racial separa as atividades por completo, colocando-as totalmente ao lado dos brancos. A mais masculina e branca das atividades é a de agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e a mais feminina e branca é a de Psicólogos (2634). Ocorre participação equilibrada quanto ao gênero entre Advogados e juristas (2611).

Gráfico 2 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: renda até R\$500 (Brasil urbano, 2019)

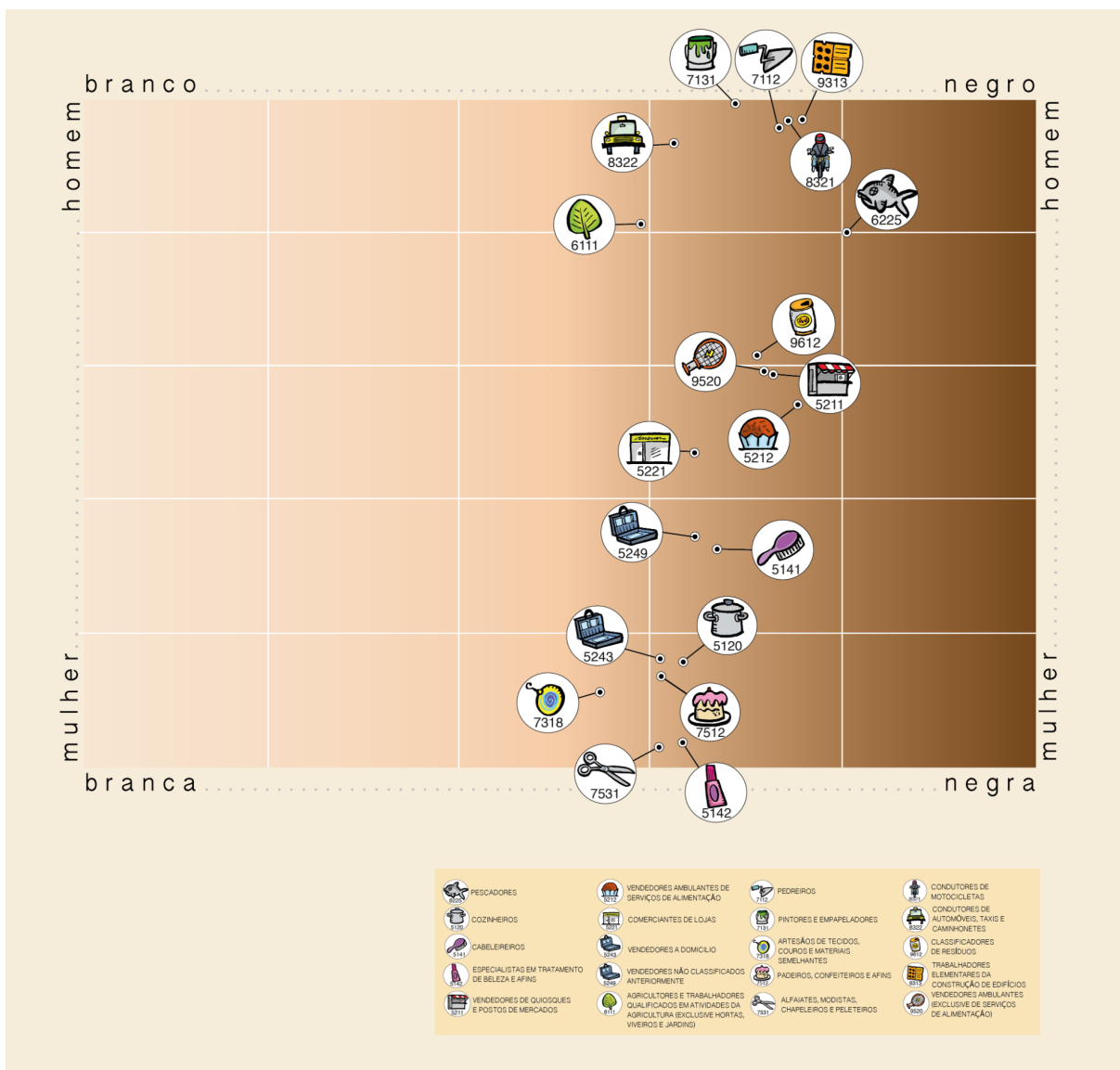


Gráfico 3 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda entre R\$501 e R\$1000 (Brasil urbano, 2019)

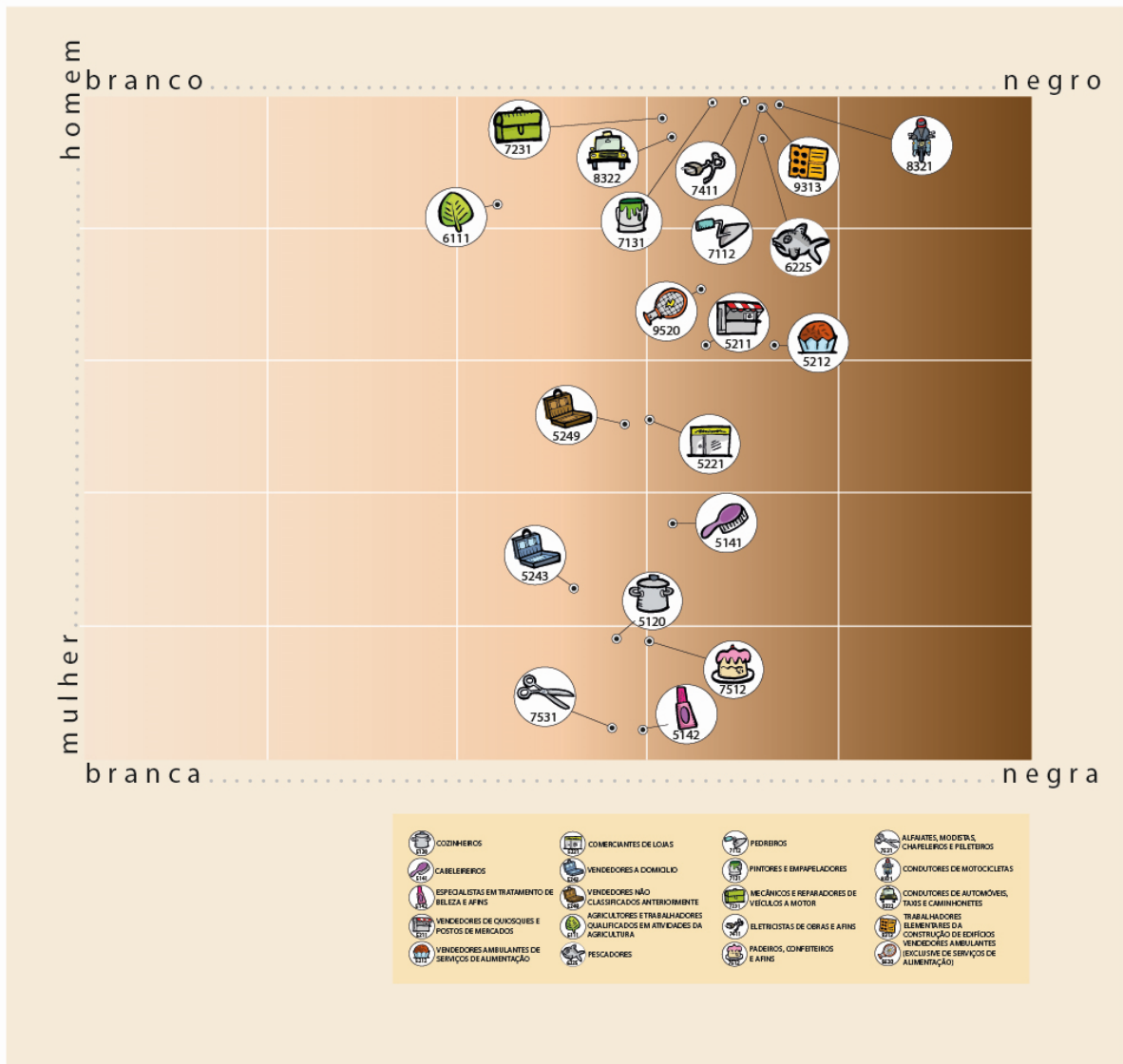


Gráfico 4 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000 (Brasil urbano, 2019)

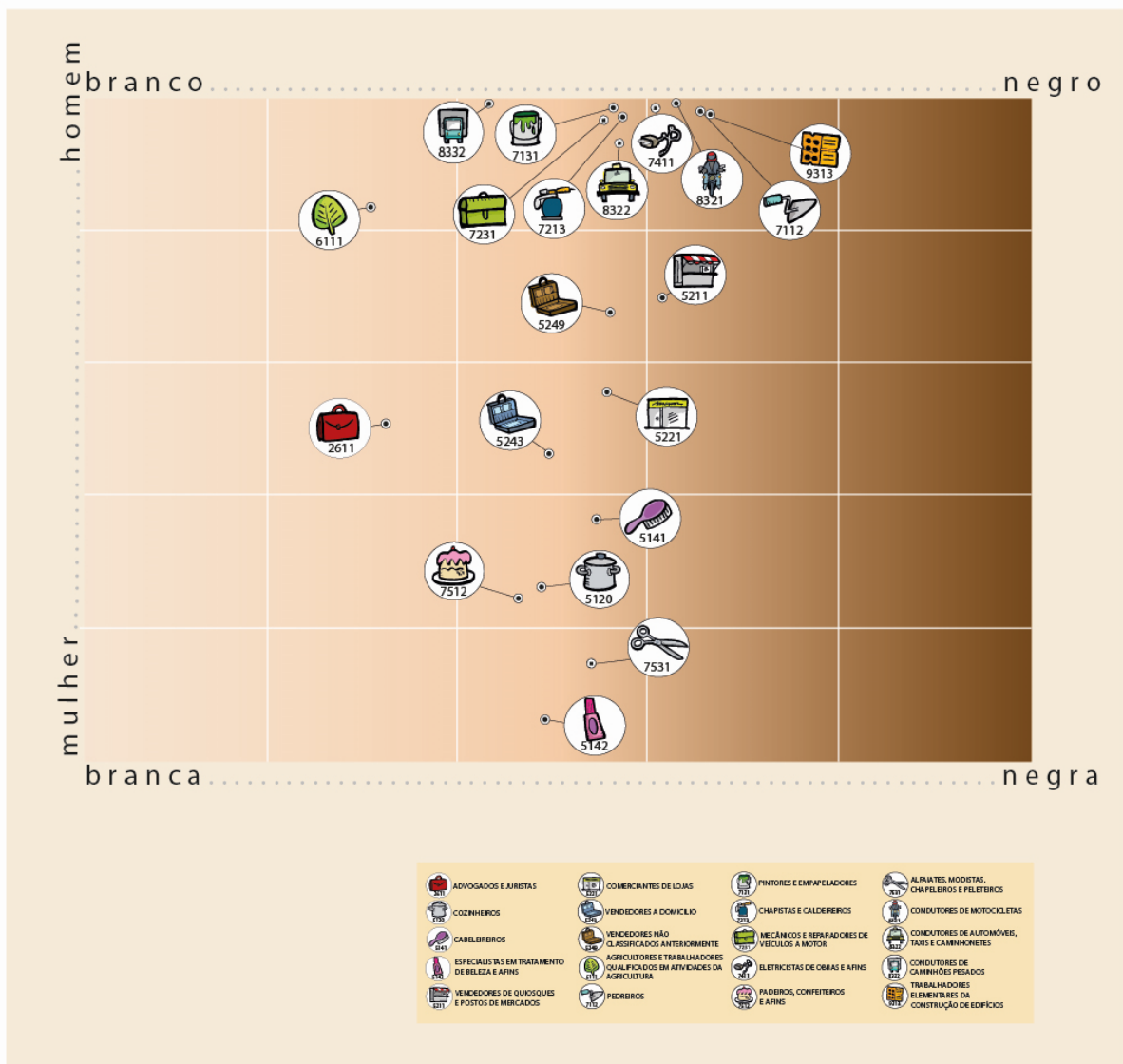


Gráfico 5 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda entre R\$2001 e R\$4000 (Brasil urbano, 2019)

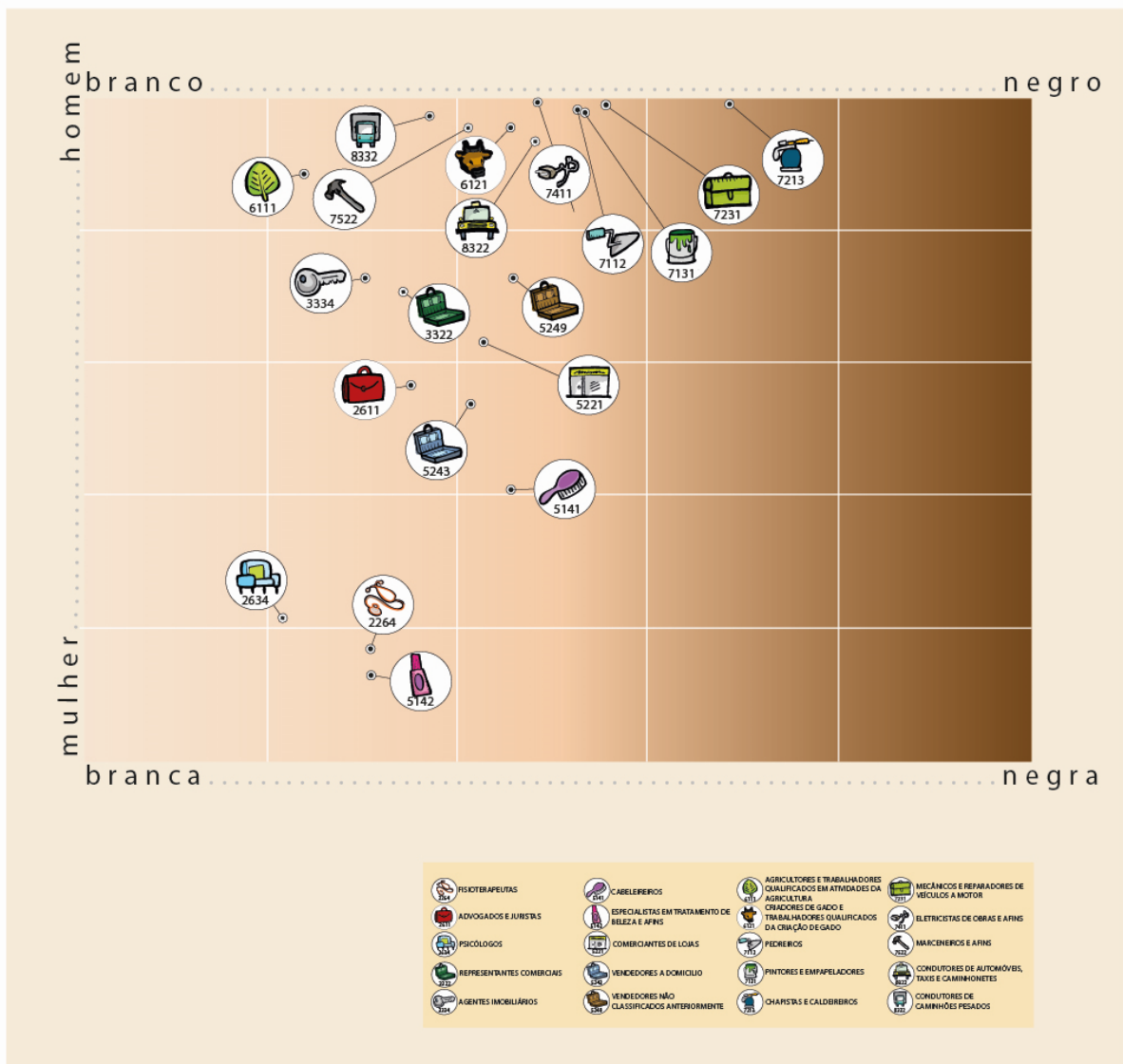
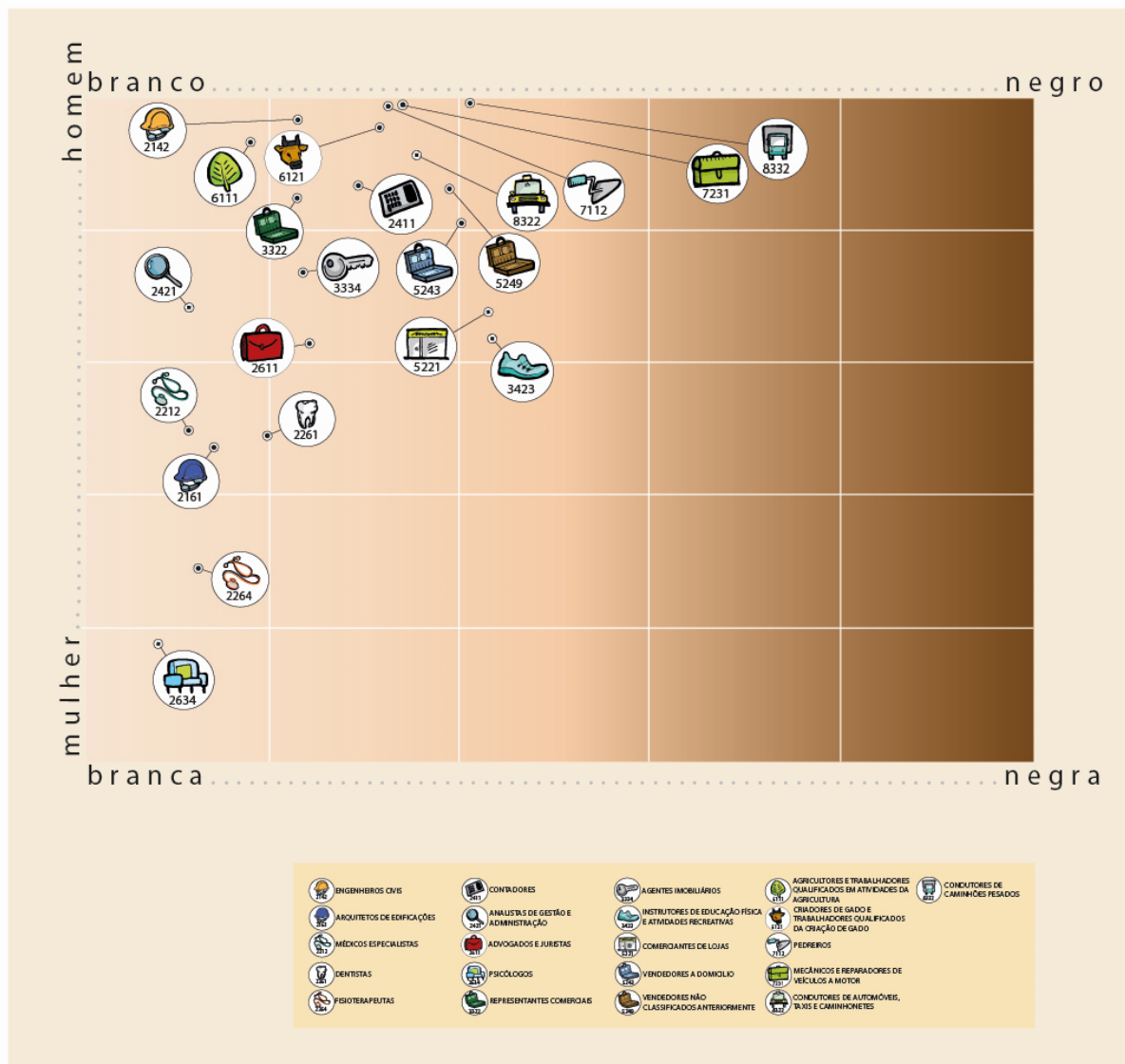


Gráfico 6 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda superior a R\$4000 (Brasil urbano, 2019)



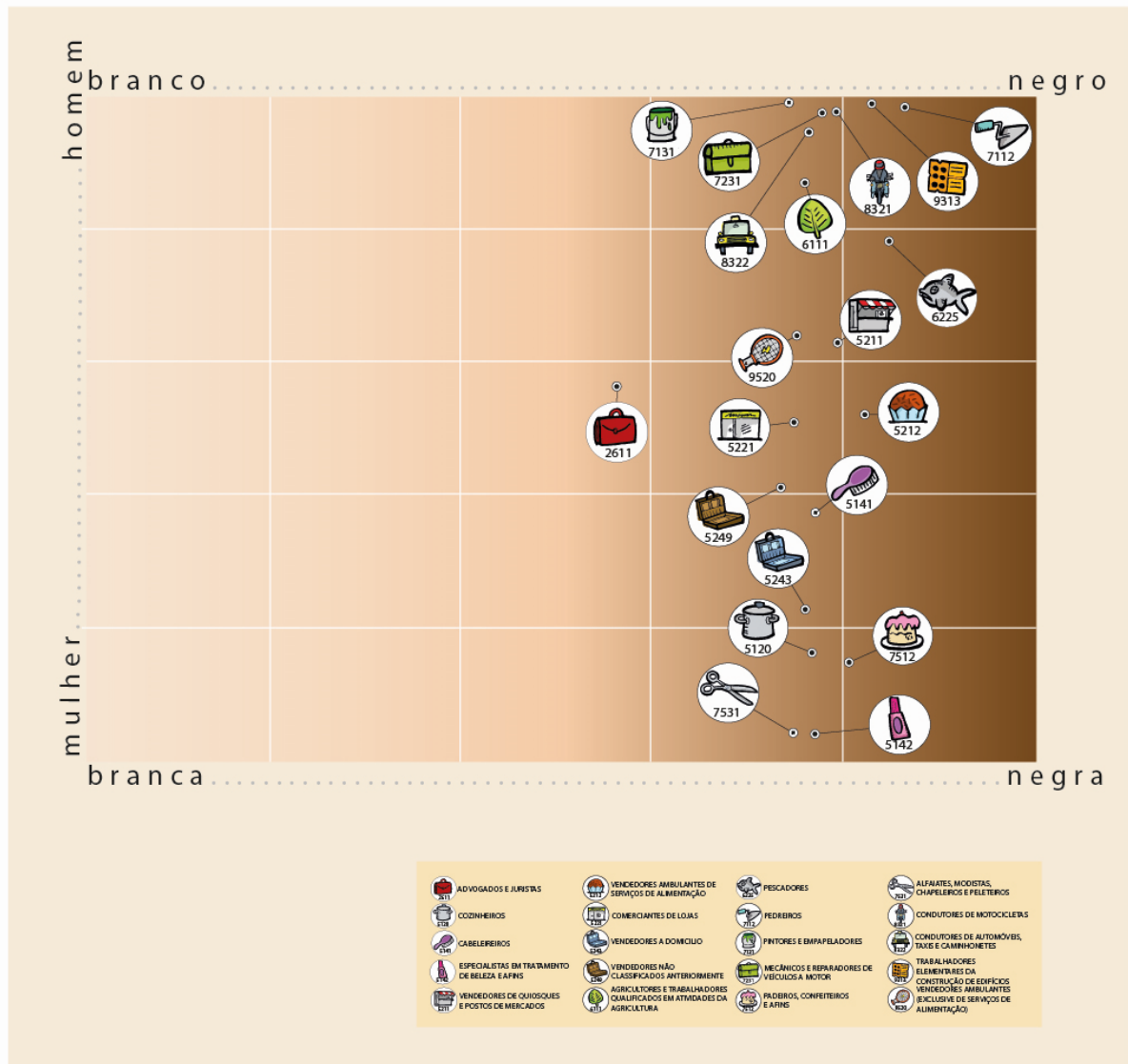
Pode-se, desse modo, perceber que, à medida que a renda cresce, o trabalho por conta própria se torna um mundo mais branco e mais masculino. Esse movimento será confirmado e refinado a seguir, quando observaremos as dobras que as desigualdades regionais impõem sobre as interseccionalidades examinadas até aqui.

2.2 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Nordeste

A região Nordeste, com forte concentração de população negra, tem maior homogeneidade na distribuição dos conta própria por renda nos eixos de raça e gênero: como os brancos são poucos, a desigualdade mais marcada é de gênero.

Considerando as atividades por conta própria em todas as faixas de renda (Gráfico 7), o Nordeste apresenta maior segregação por raça, tendo os homens negros seu expoente em Pedreiros (7112) e as mulheres negras como Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Há participação equilibrada quanto ao gênero para homens e mulheres negras em Vendedores de quiosques e postos de mercado (5211).

Gráfico 7 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Todas as faixas de renda. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)



Os gráficos por faixa de renda indicam que, quanto maior a renda, maior a presença de brancos - mas isso só se percebe nos rendimentos acima de R\$ 2 mil. As atividades por conta própria de renda até R\$1.000 e entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil para a Região Nordeste (Gráficos 8, 9 e 10) demonstram predominância da população negra, tendo nos homens negros os Pedreiros (7112) como profissão expoente enquanto as mulheres negras estão como Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) com renda até 500 reais. Entre R\$501 e R\$1000, as profissões mais comuns são Trabalhadores elementares de construção de edifícios (9313) entre homens negros Especialista em tratamento de beleza e afins (5142) entre negras. Na faixa de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil, há equilíbrio na participação quanto ao gênero em Vendedores ambulantes [exclusive de serviços de alimentação (9520)] e Vendedores de quiosques e postos de mercados (5211).

O cenário muda nas duas faixas superiores de renda. As atividades por conta própria de renda entre R\$2.001 e R\$4.000 para a Região Nordeste (Gráfico 11) possuem ainda preponderância da população negra (16 em 20 atividades), destacando-se os Pedreiros (7112) como a mais negra e masculina das atividades e as Contadoras (2411) como a mais feminina e negra. Mas aparecem ocupações entre os quadrantes brancos: Agentes imobiliários (3334) surgem como a mais masculina e branca nessa faixa de renda e Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) como a mais feminina e branca.

Na faixa de renda mais alta, as atividades por conta própria da Região Nordeste (gráfico 12) possuem segregação racial e de gênero quase simétricas. A profissão mais masculina e branca é a de Instrutores de educação física e atividades recreativas (3423), enquanto a mais masculina e negra é a de Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322). Entre as mulheres brancas, a ocupação predominante é de Psicólogas (2634) e para as mulheres negras, Organizadoras de conferências e eventos (3332). Apesar da presença de brancos nesta faixa, é bastante numeroso o conjunto de ocupações de renda mais alta ao alcance da população negra (o que não ocorre em outras regiões). Nelas, também despontam atividades quase inteiramente praticadas por negros, o que é bastante incomum, sobretudo nas faixas de renda mais alta.

Gráfico 8 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda até R\$500. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

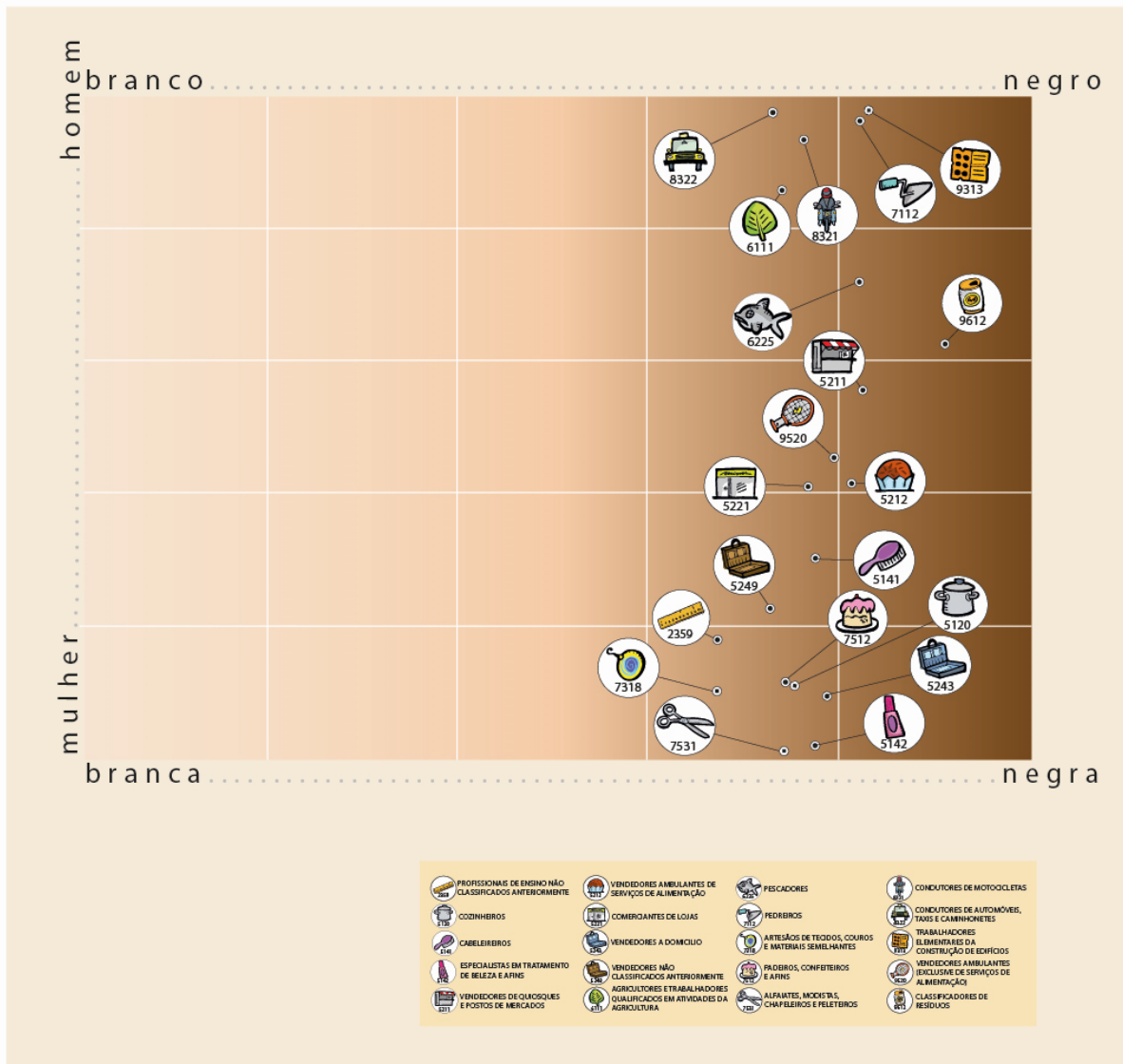


Gráfico 9 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$501 e R\$1000. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

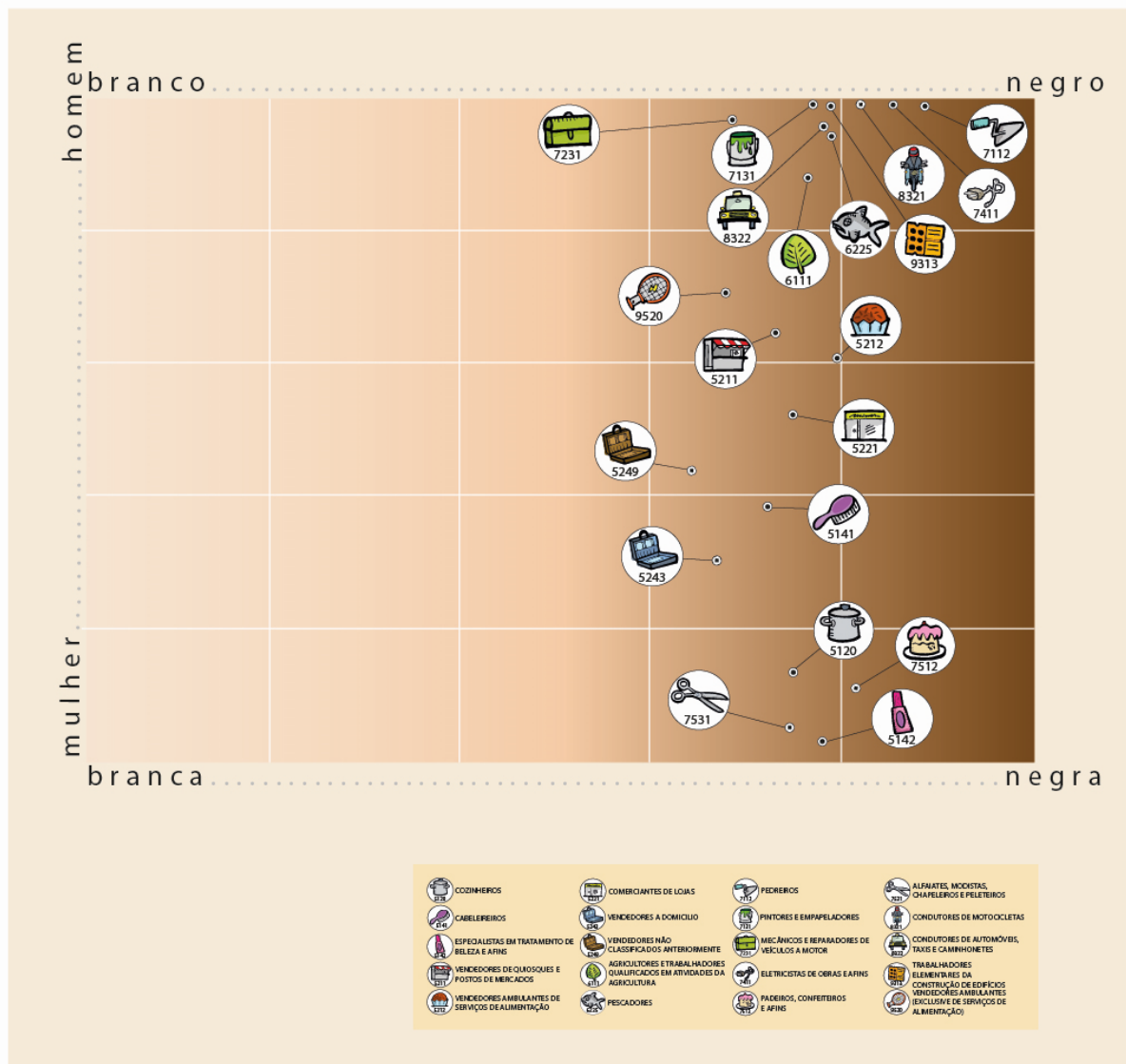


Gráfico 10 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

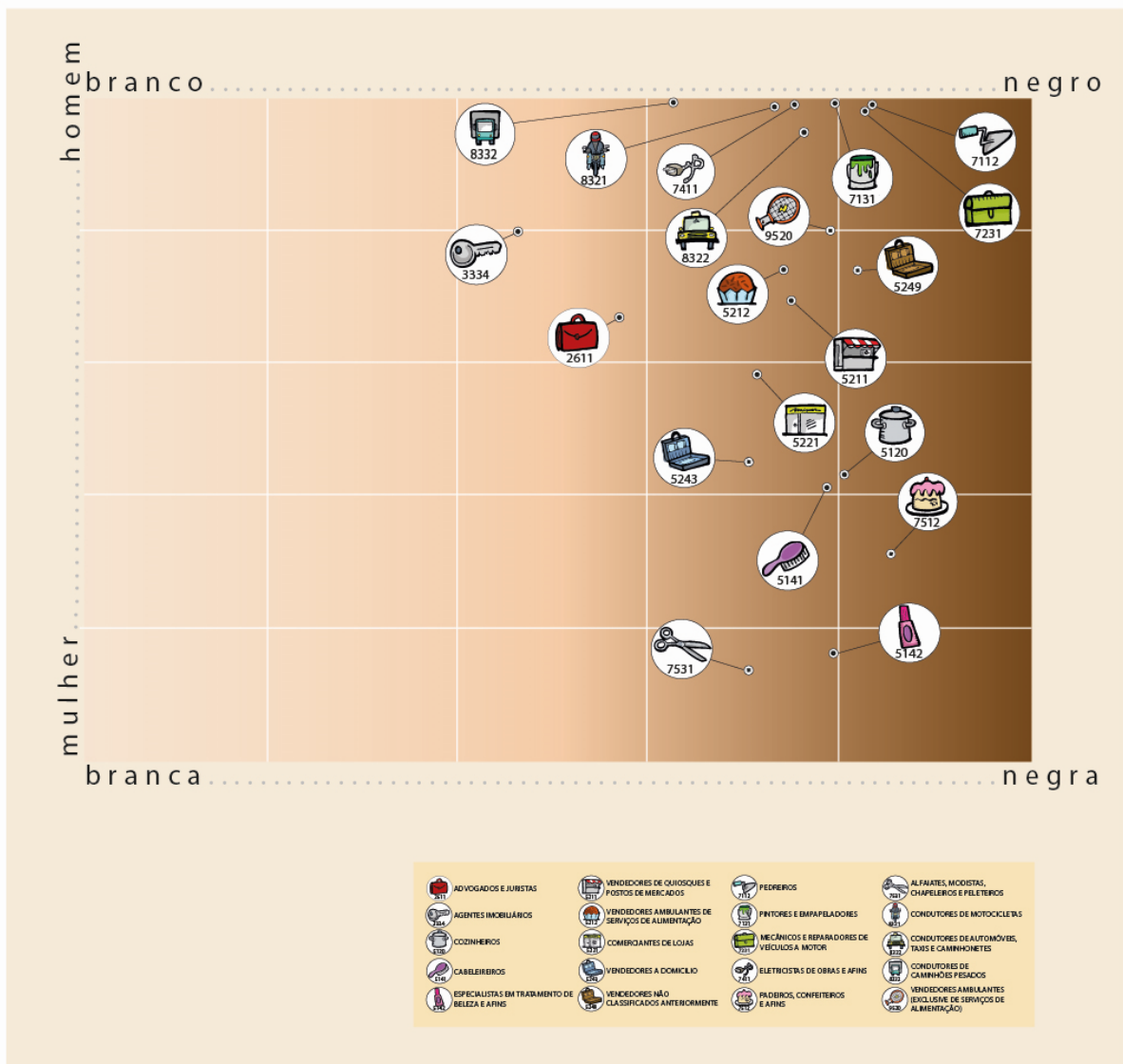


Gráfico 11 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: R\$2001 e R\$4000. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)

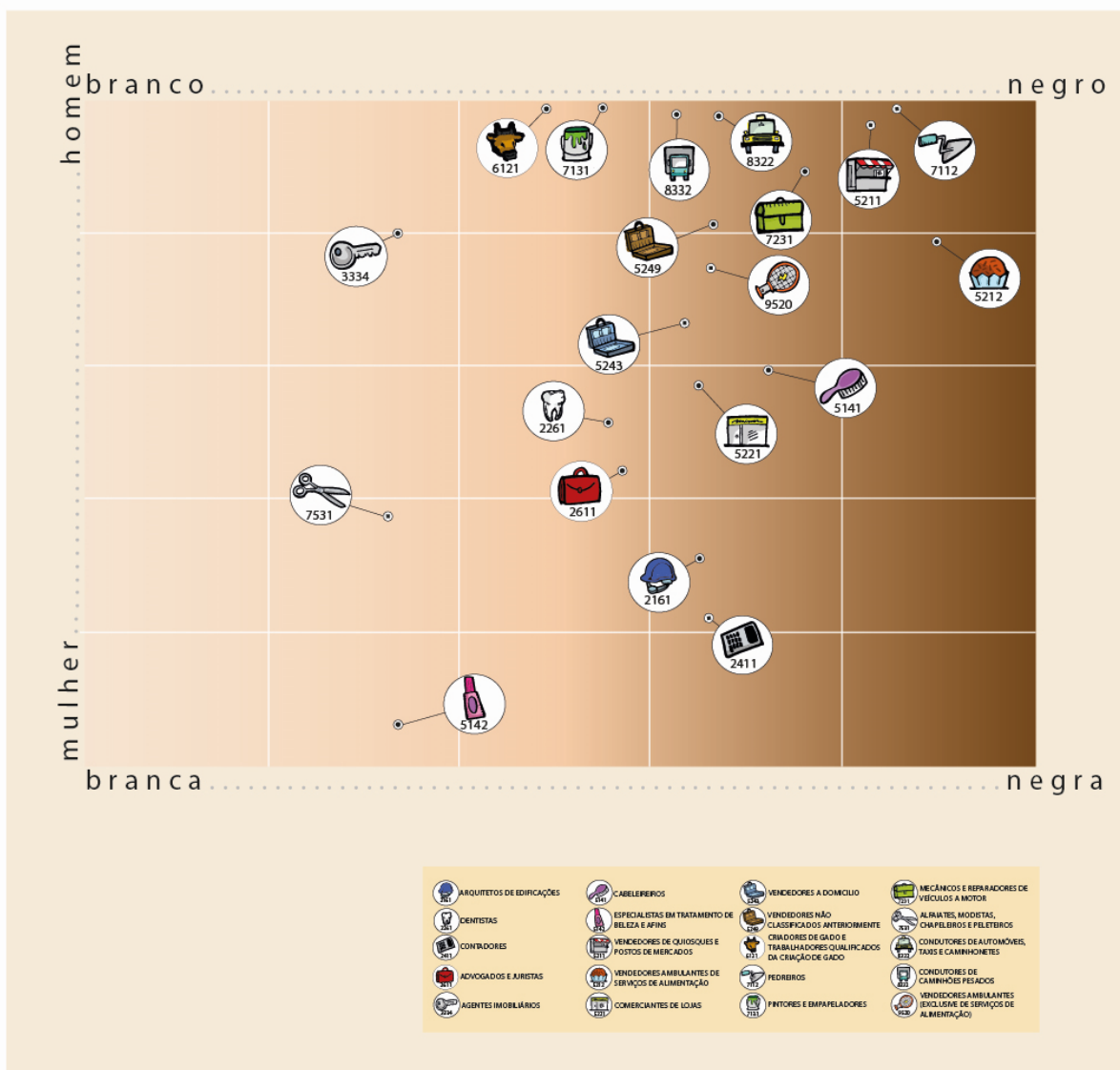
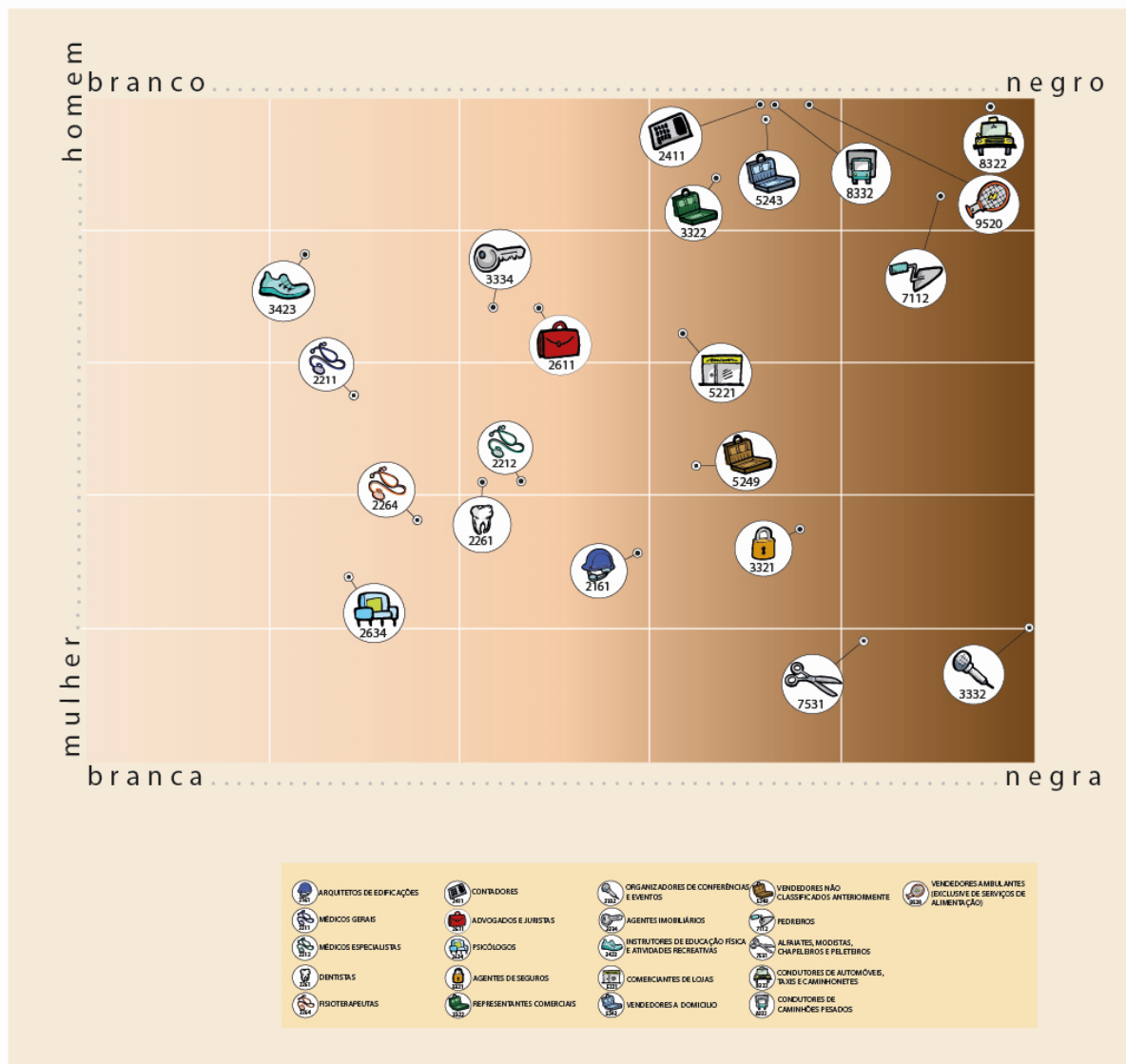


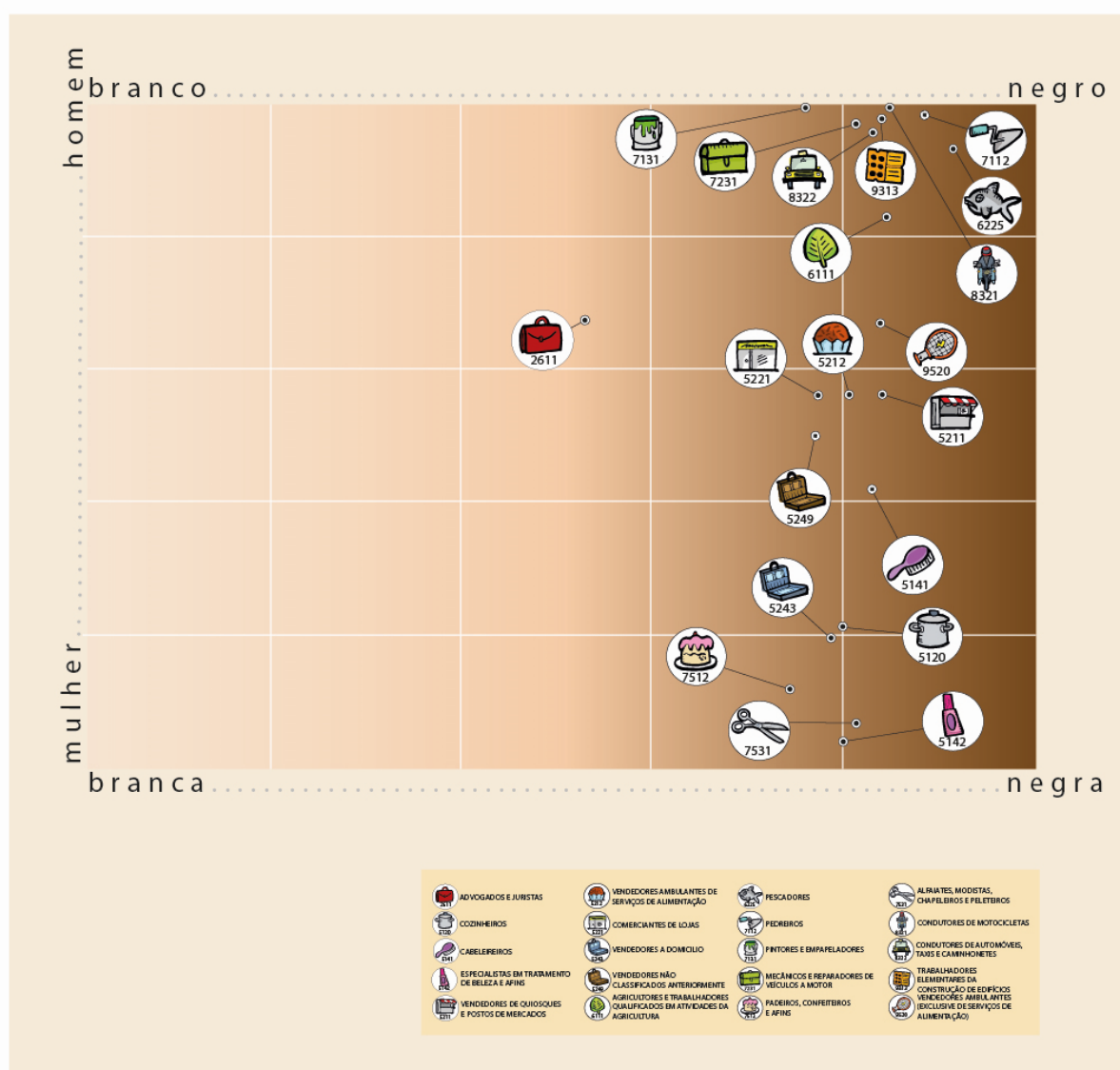
Gráfico 12 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda superior a R\$4000. Região Nordeste. (Brasil urbano, 2019)



2.3 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Norte

A análise dos quadrantes de atividades por conta própria para todas as faixas de renda da Região Norte (gráfico 13) aponta predominância da população negra (19 em 20 atividades), sendo nove majoritariamente de homens negros, como Pedreiros (7112) e Pescadores (6225), e dez de mulheres negras, como Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) e Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros (7531). Advogados e juristas (2611), únicas profissões no polo branco, são o grupo menos numeroso entre essas atividades.

Gráfico 13 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Todas as faixas de renda. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)



Os gráficos por renda esboçam um cenário parecido com o do Nordeste nas duas faixas inferiores, mas bem diferente nas duas superiores, indicando com maior nitidez a presença nelas de discriminação de gênero. O comportamento dos dados revela absoluta segregação racial sobre as atividades por conta própria de renda até R\$ 2.000 para a Região Norte (gráficos 14, 15 e 16). Nas três faixas, para homens negros, destacam-se atividades como as de Pedreiro (7112) e a de Pescadores (6225) e para as mulheres negras, as de Alfaiates, modistas, chapeleiros e peteleiros (7531) e Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Há também maioria absolutamente masculina em Mecânicos e reparadores de veículos a motor, Condutores de motocicleta (99%) e Pintores e empapeladores (99%). A população negra desponta ainda como Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (90%)] e Mecânicos e Reparadores de veículos a motor (87%).

Já na faixa superior de renda, surgem atividades predominantemente brancas, tanto para homens quanto para mulheres.. As atividades por conta própria de renda entre R\$2.001 e R\$4.000 para Região Norte (gráfico 17) possuem predominância dos homens negros (13 em 20 atividades). A ocupação mais dominada por negros é Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231). Há menos atividades desenvolvidas totalmente pela população negra nessa faixa de renda, como Cabeleireiros (5141) e Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Homens brancos aparecem no gráfico como agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)].

As atividades de renda superior a R\$4.000 para a Região Norte (gráfico 18), embora pouco numerosas, apresentam fortes disparidades interseccionais, surgindo pela primeira vez ocupações de homens e mulheres brancos. Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e Contadores (2411) são as mais brancas e masculinas e Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes (8322) é a mais negra e masculina nesse segmento. Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) é a mais feminina e branca enquanto Gesseiros (7123) é a mais feminina e negra. Há participação equilibrada em perspectiva racial para os homens brancos e negros em Representantes comerciais (3322).

Gráfico 14 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda até R\$500. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

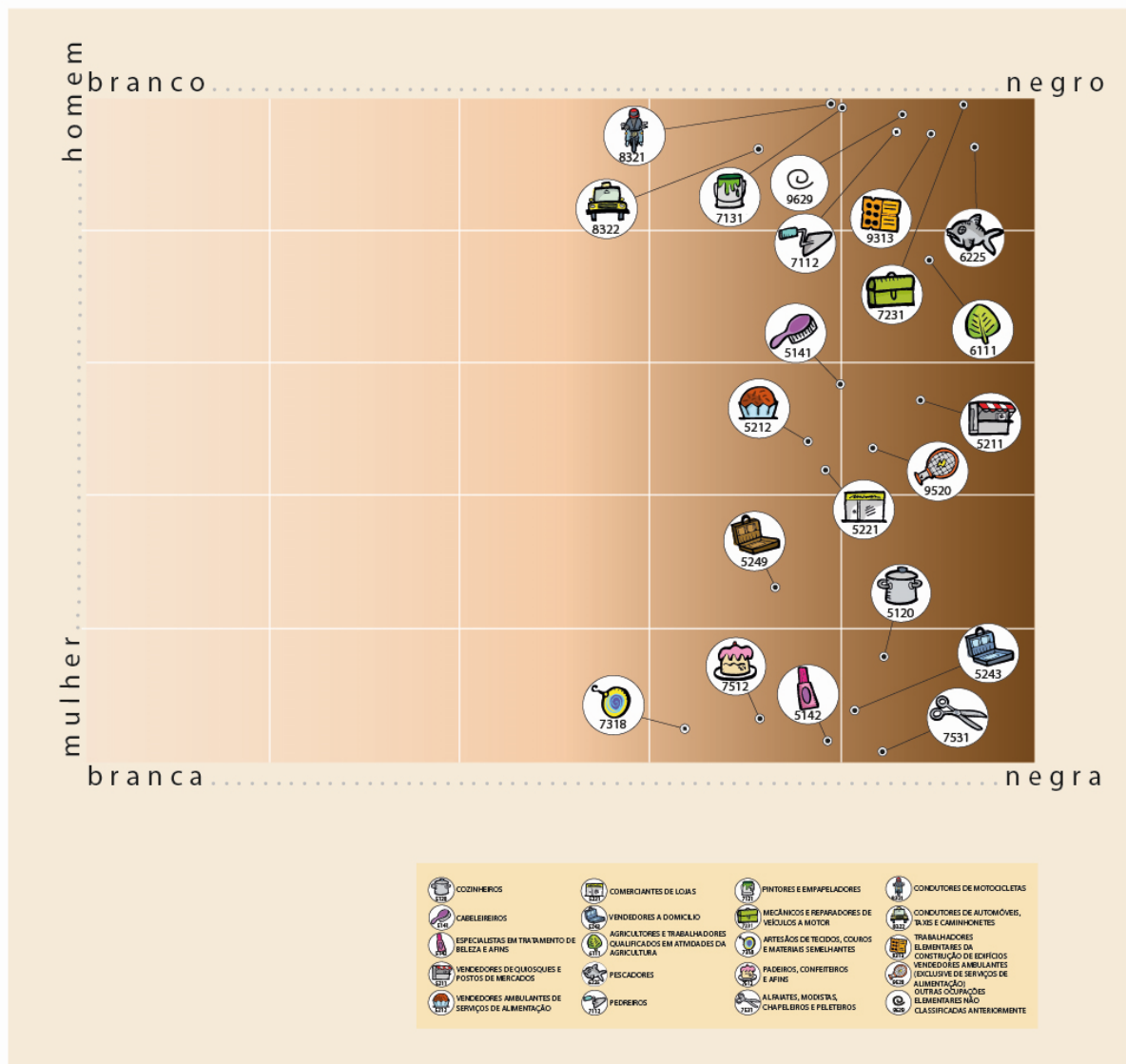


Gráfico 15 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$501 e R\$1000. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

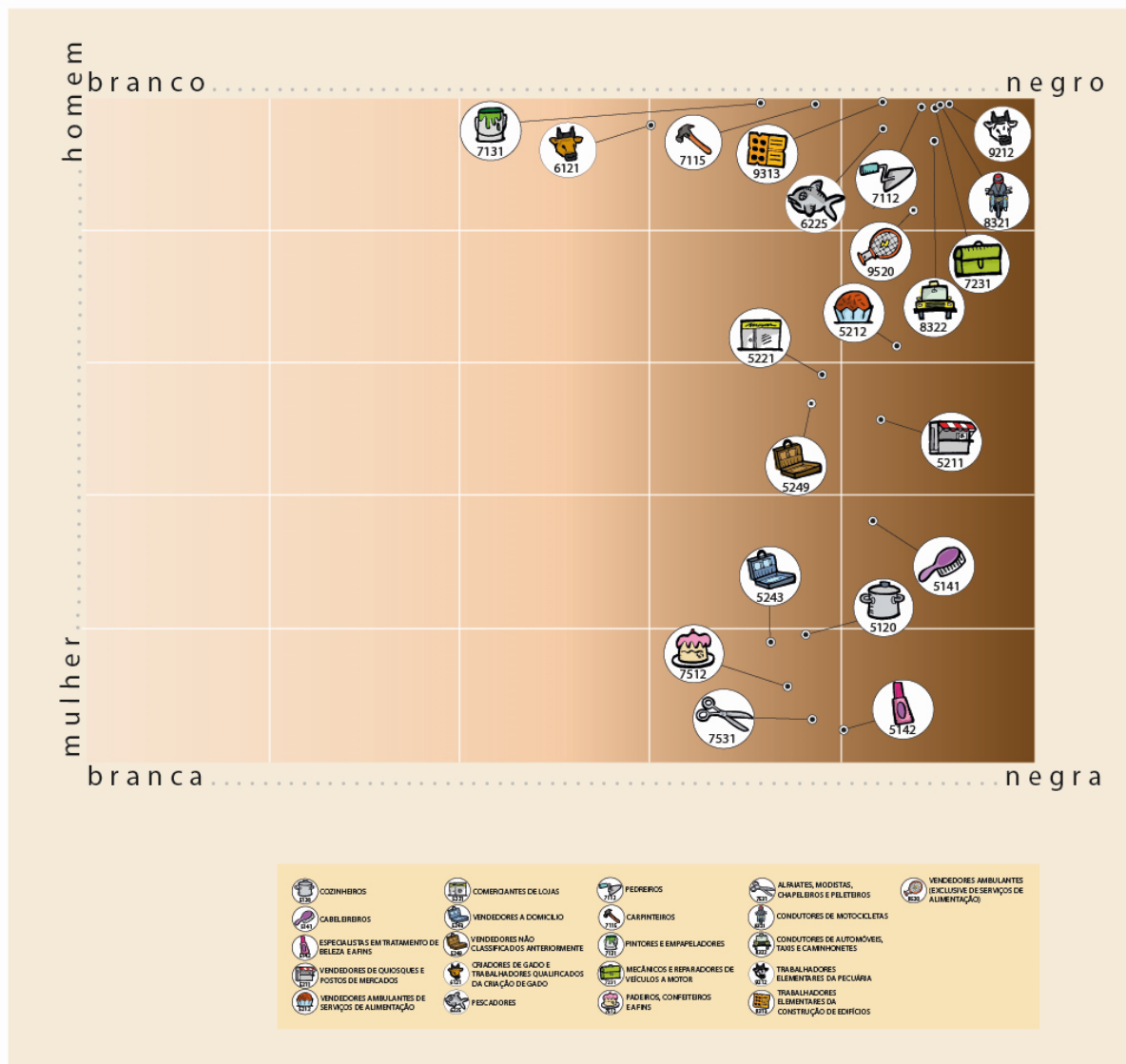


Gráfico 16 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

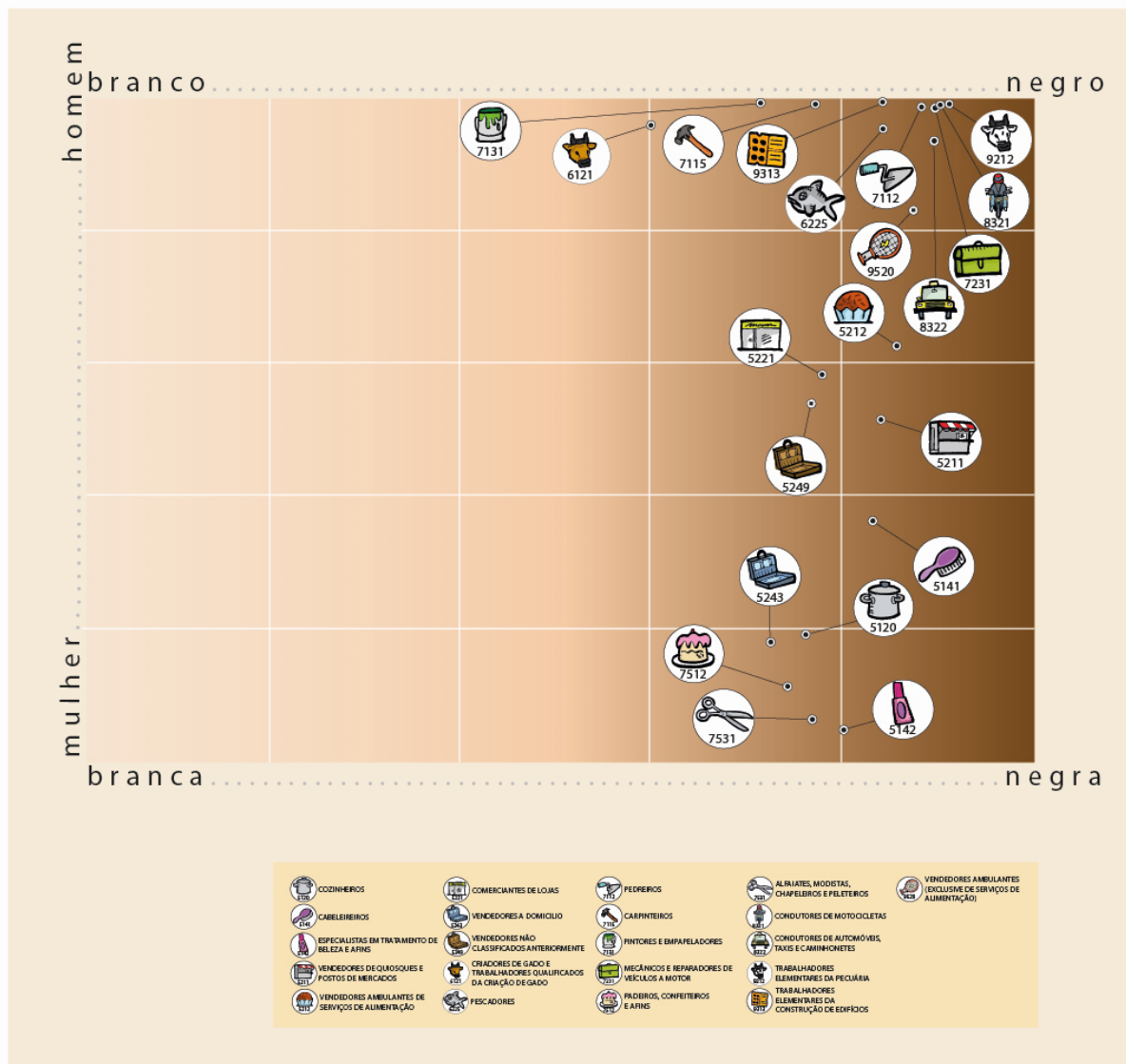


Gráfico 17 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: R\$2001 e R\$4000. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)

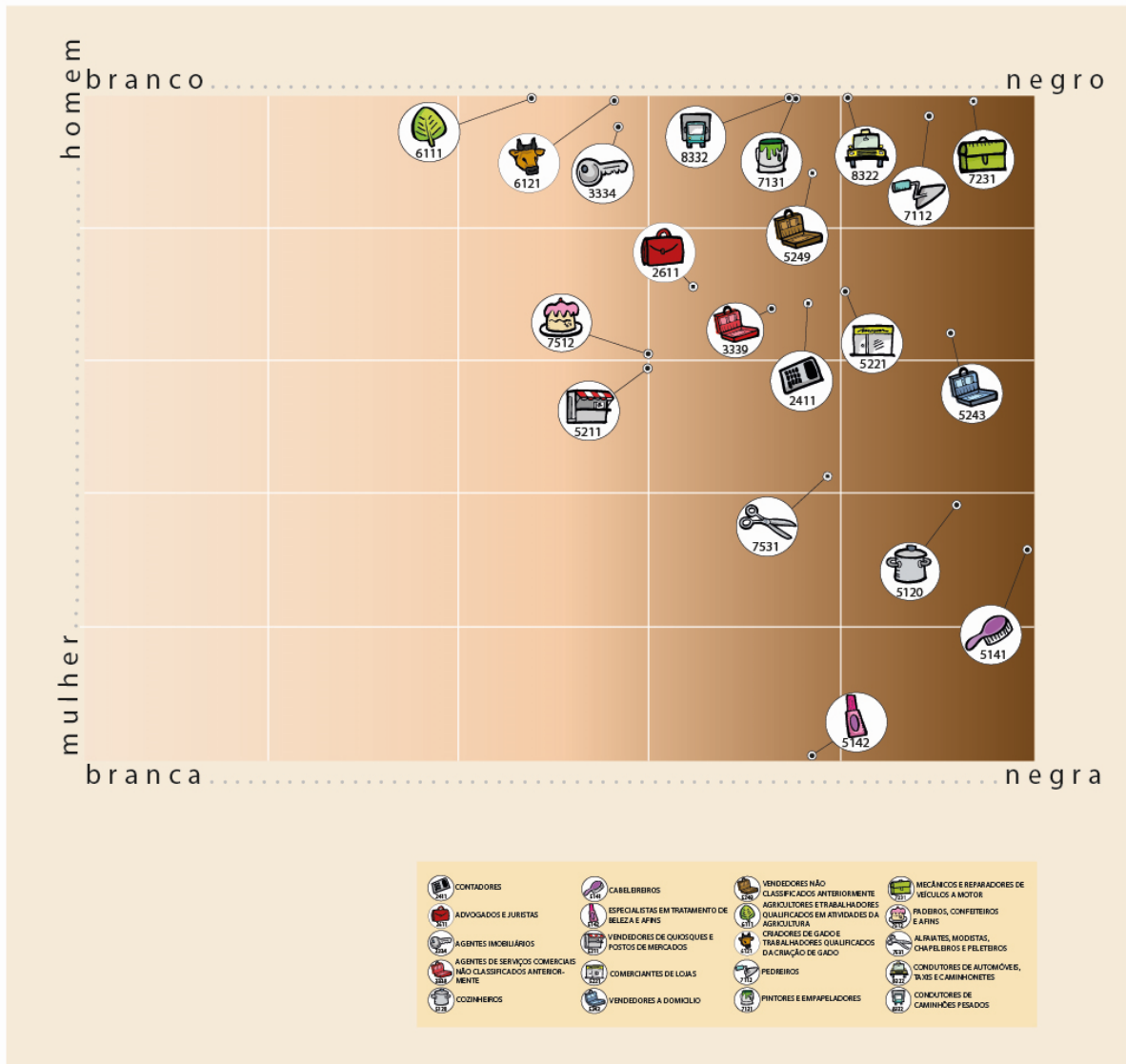
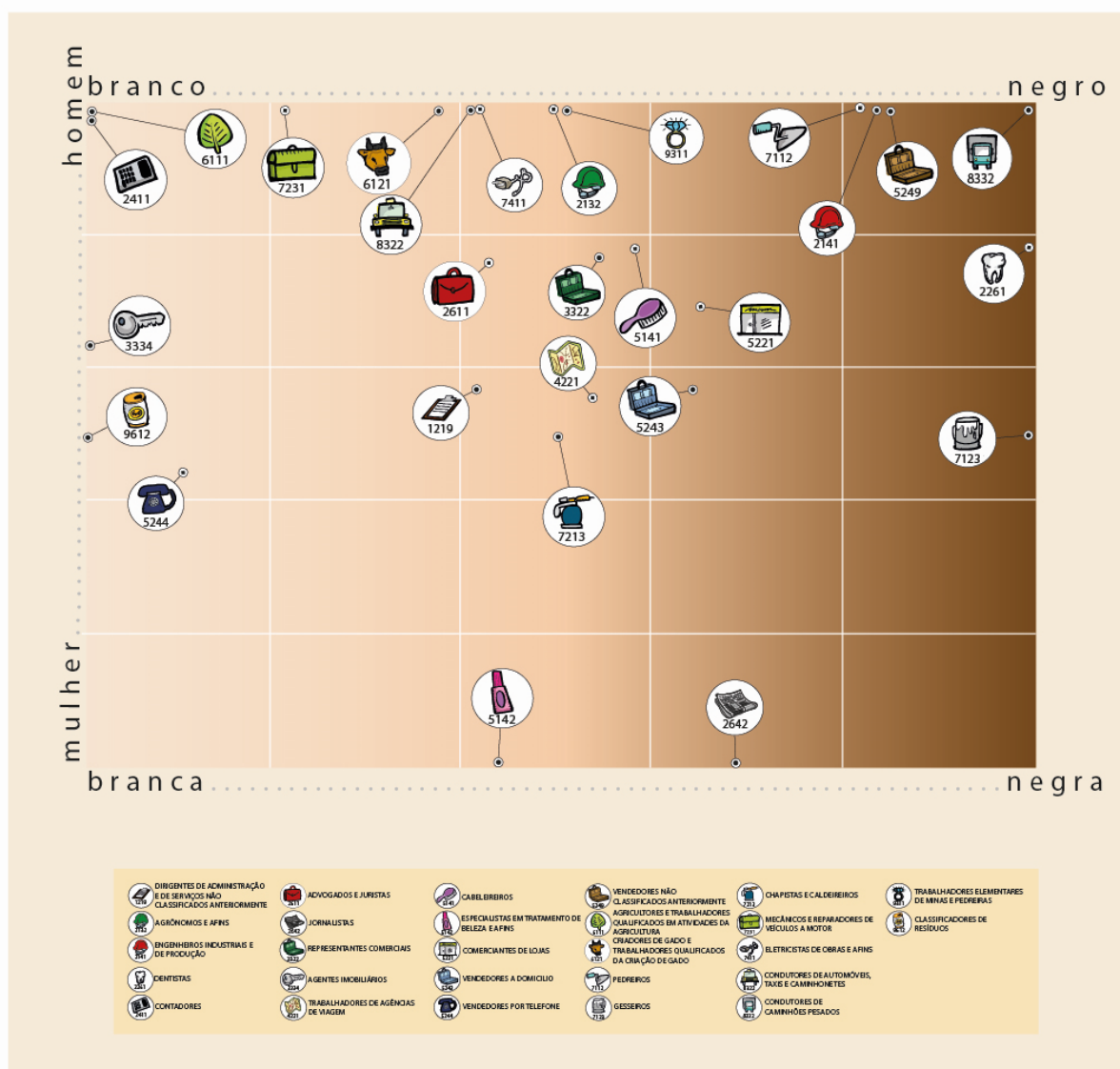


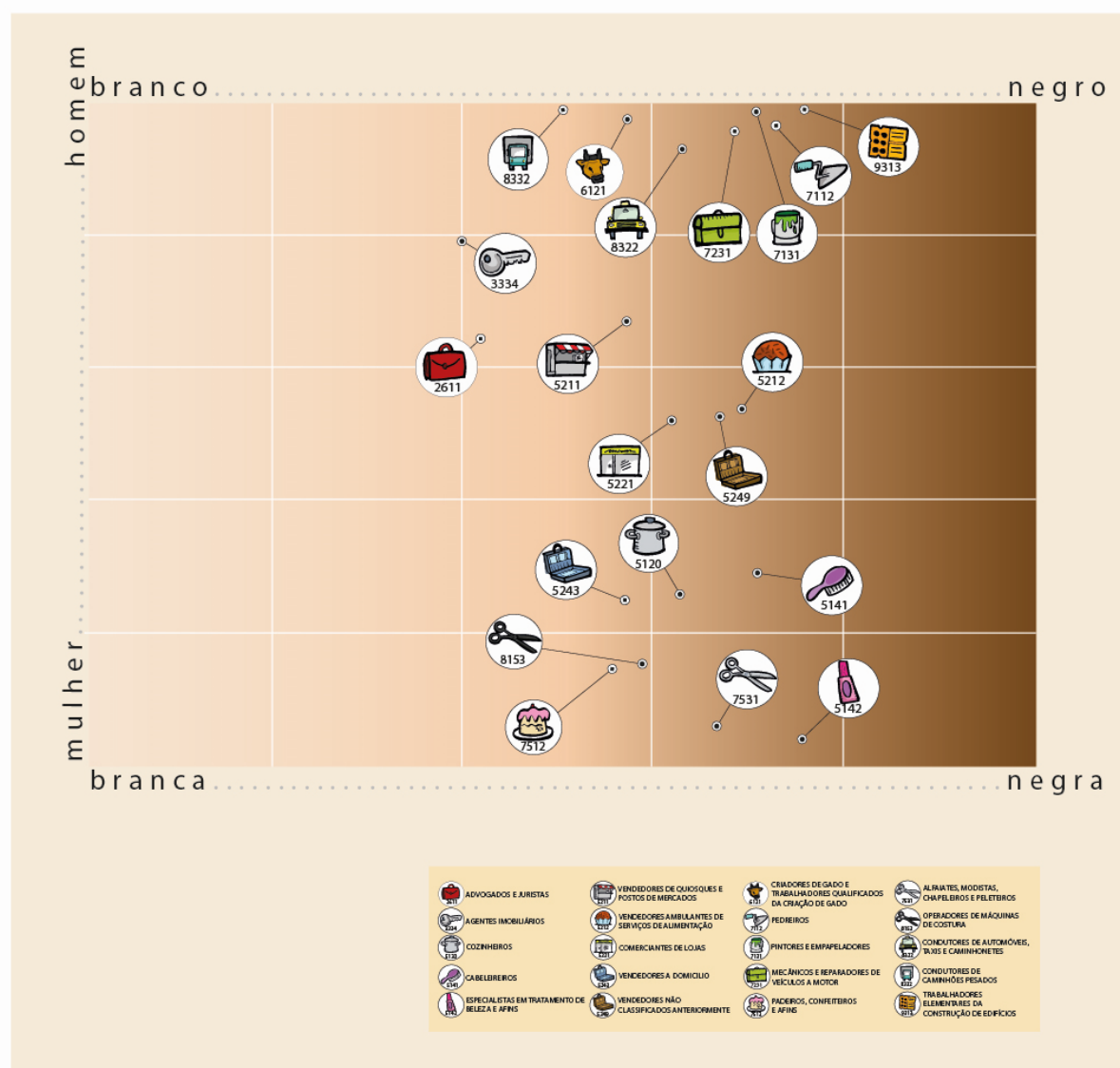
Gráfico 18 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda superior a R\$4000. Região Norte. (Brasil urbano, 2019)



2.4 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Centro-Oeste

Quando olhamos para o conjunto do trabalho por conta própria na Região Centro-Oeste (gráfico 19), prevalecem as atividades que apresentam recorte racial para negros (7 em 20) e mulheres negras (10 em 20). Aqui, os Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) são a mais masculina e negra das profissões enquanto Especialistas de beleza e afins (5142) são a mais negra e feminina. Agentes imobiliários (3334) e Advogados e juristas (2611) aparecem nos quadrantes de brancos, ambas predominantemente masculinas. Como veremos, a distribuição por faixa de renda é muito diferente dessa, sobretudo nos dois segmentos de remuneração mais elevada.

Gráfico 19 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Todas as faixas de renda. Região Centro-Oeste (Brasil urbano, 2019)



Os quadrantes de atividades por conta própria na Região Centro-Oeste considerando a renda até R\$ 1.000 reais (Gráficos 20 e 21) demonstram recorte racial para os negros (17 em 20 no Gráfico 20 e 19 no Gráfico 21) e para as mulheres negras (12 em 20 no Gráfico 20 e 12 no Gráfico 21). Em ambos Gráficos, destacam-se Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) e Pedreiros (7112) como ocupações masculinas e negras. Especialistas em tratamento de beleza (5142) são a mais feminina e negra das atividades. Na faixa de renda até R\$500 destacam-se Criadores de Gado e trabalhadores Qualificados da Criação de Gado (6121) como atividade majoritariamente negra, enquanto na faixa de R\$501 a R\$1.000 a ocupação mais negra é a de Pintores e empapeladores (7131).

As atividades por conta própria de renda entre R\$1.001 e R\$2000 (Gráfico 22) também concentram-se entre os negros (19 em 20), e mais nas mulheres negras (11 em 20). A profissão simultaneamente mais masculina e negra é a de Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) e a mais feminina e negra ainda é a de Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) Há quase equilíbrio de gênero entre homens e mulheres negras em Vendedores ambulantes [exclusive de serviços de alimentação (9520)].

Nas duas faixas superiores de renda, aumenta significativamente a presença de brancos, sobretudo homens, à medida que cai a presença de negros, especialmente mulheres. A análise do Gráfico 23 indica a mudança no comportamento dos dados. Quando consideradas as atividades por conta própria de faixa de renda R\$2.001 e R\$4.000 para o Centro-Oeste (gráfico 21), revela-se que o gênero sobrepuja a raça para a segregação. Há predominância nas atividades ocupadas por homens negros (11 em 20), cujo expoente é Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231), seguidas pelos homens brancos (5 em 20) presentes em Mecânicos e reparadores de máquinas agrícolas e industriais (7233). As mulheres negras (3 em 20) aparecem como Operadoras de máquina de costura (8153) e as brancas apenas como Vendedoras a domicílio (5243).

Para renda superior a R\$ 4 mil, os quadrantes de atividades por conta própria da Região Centro-Oeste (gráfico 24) denotam maior segregação por gênero do que por raça, tendo predominância dos homens brancos (13 em 20) como Engenheiros civis (2142). Os homens negros (4 em 20) atuam, por exemplo, como Cabeleireiros(5141) enquanto as mulheres brancas (3 em 20) se destacam entre os Arquitetos de edificações (2161). Há participação equilibrada quanto ao gênero, em Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142).

Gráfico 20 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda até R\$500. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

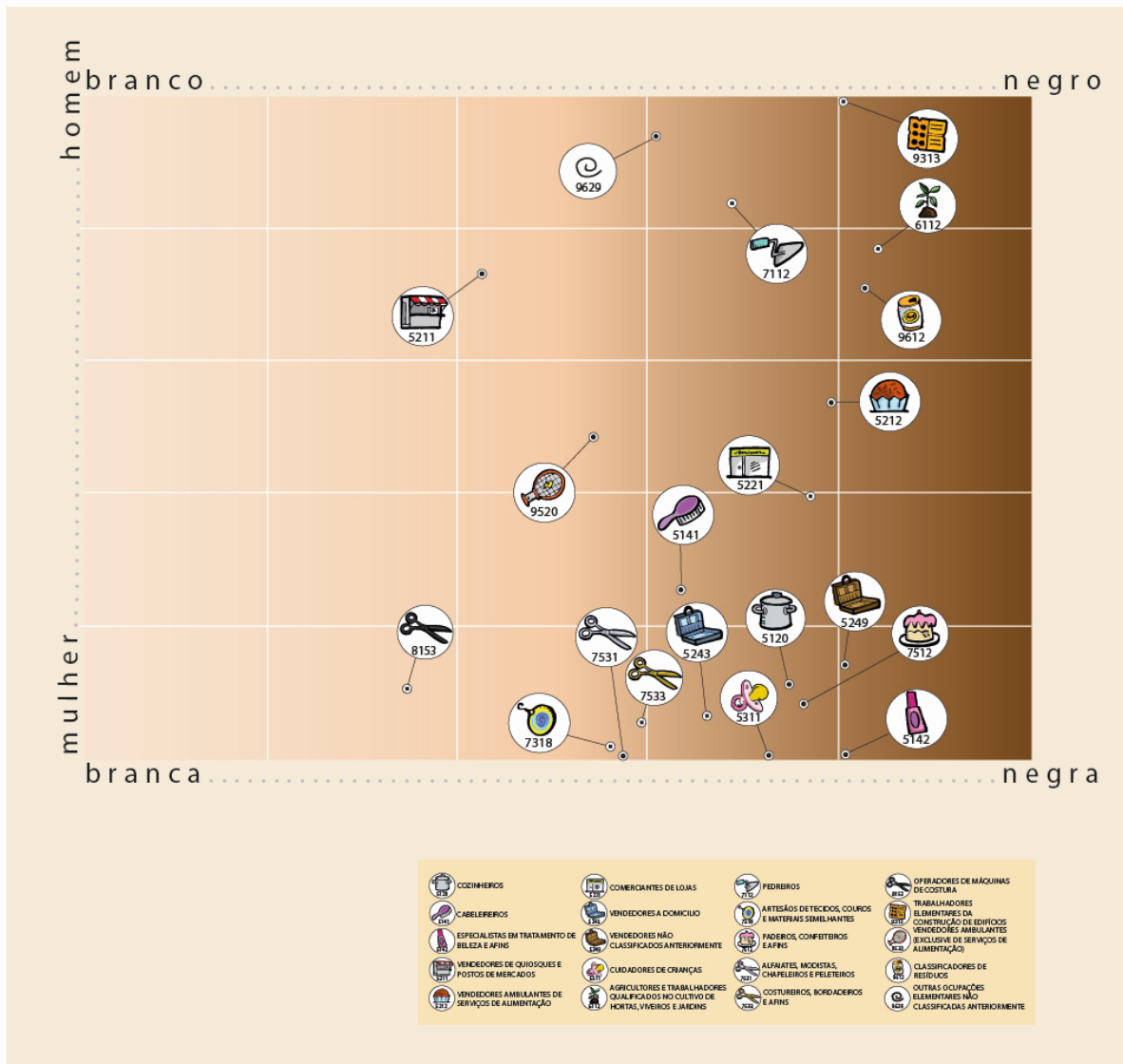


Gráfico 21 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$501 e R\$1000. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

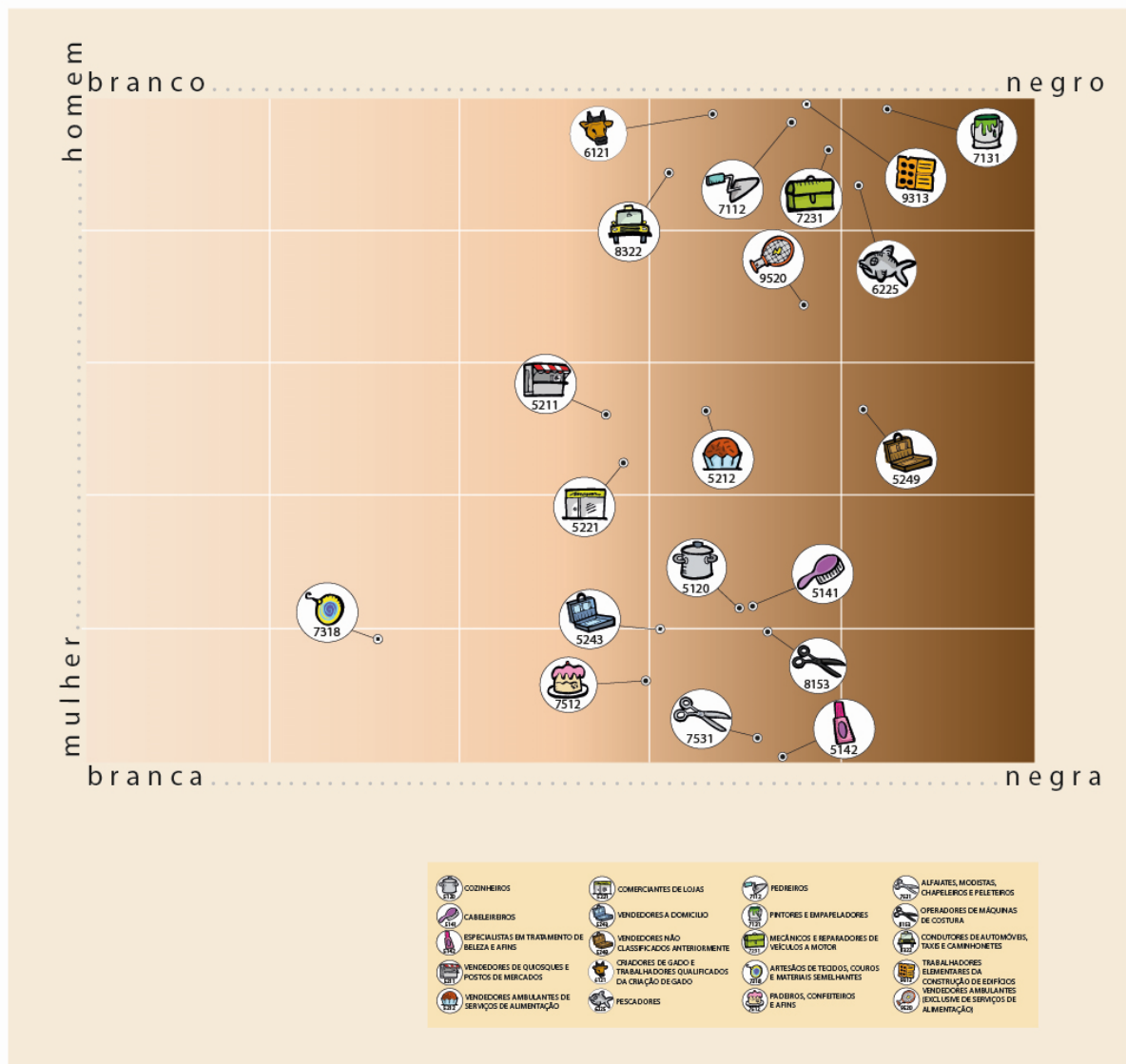


Gráfico 22 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

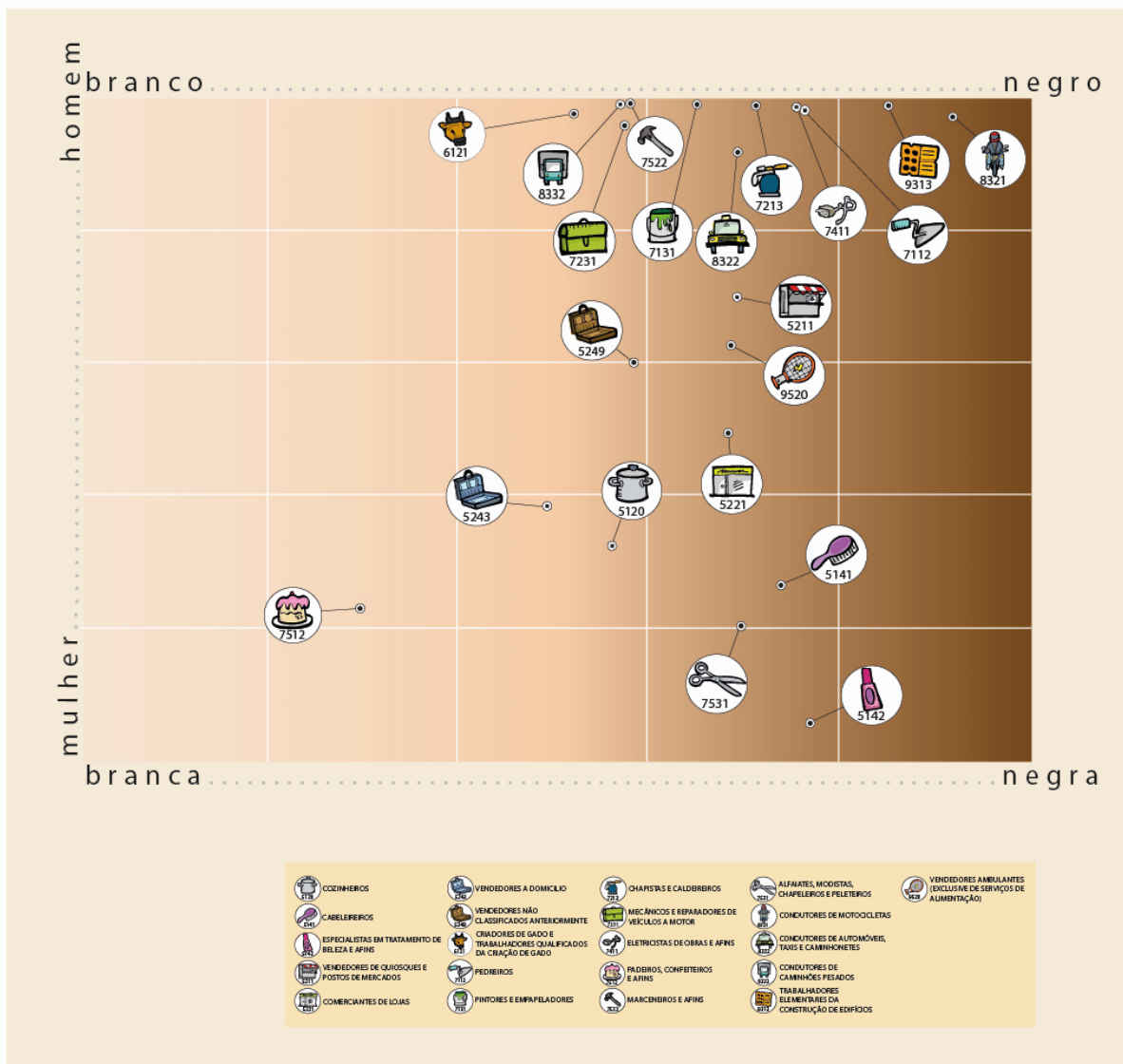


Gráfico 23 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: R\$2001 e R\$4000. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)

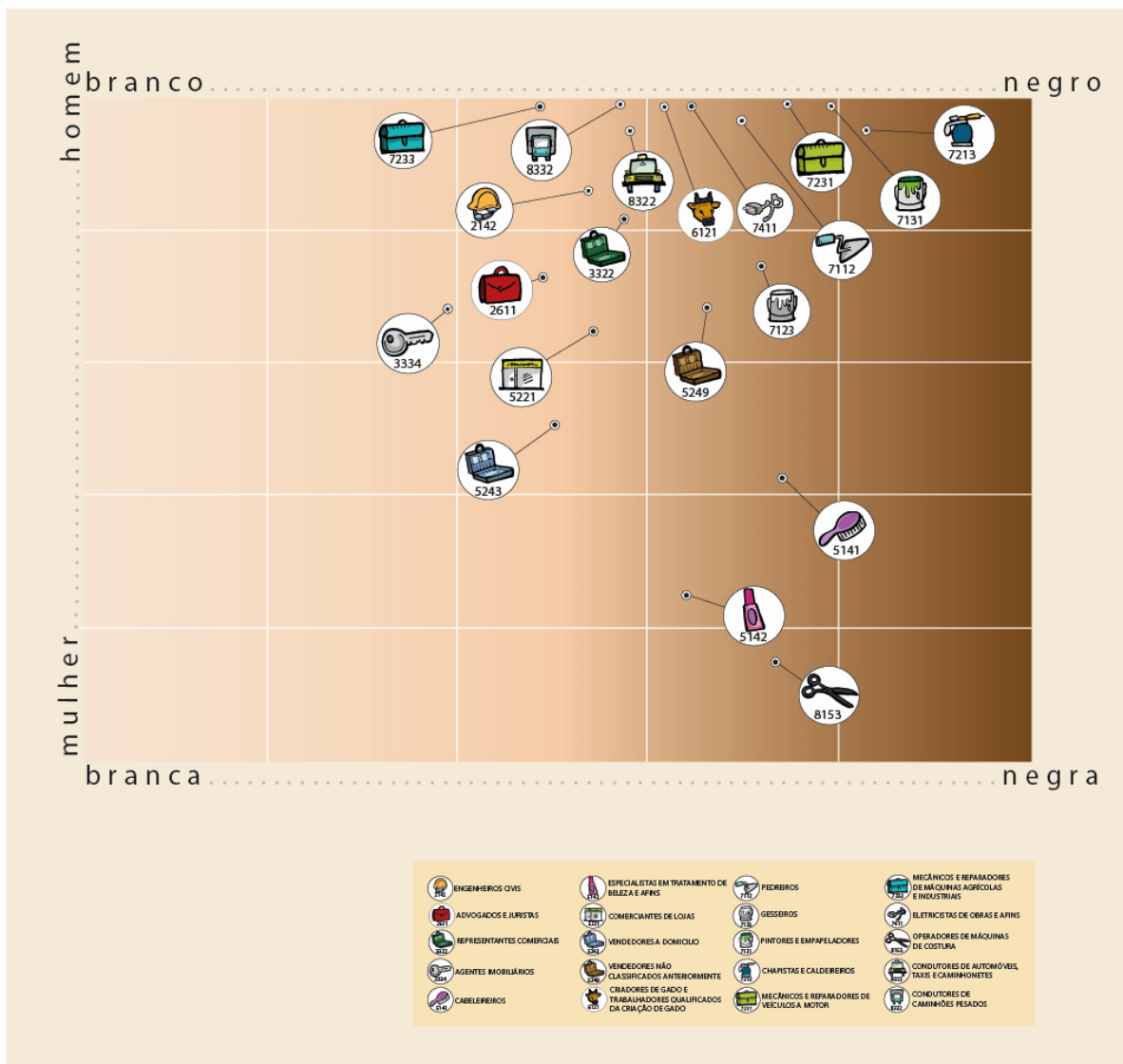
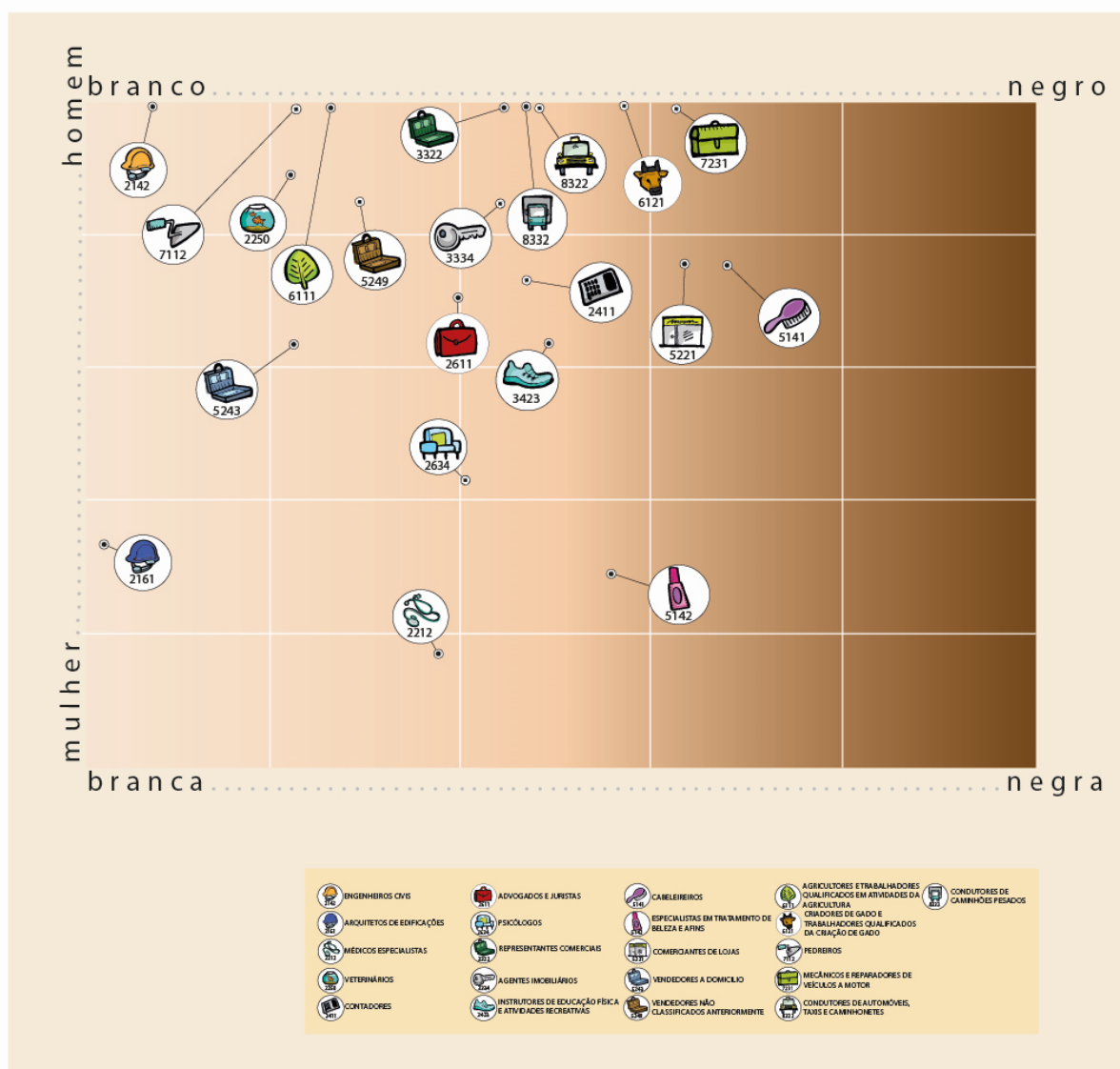


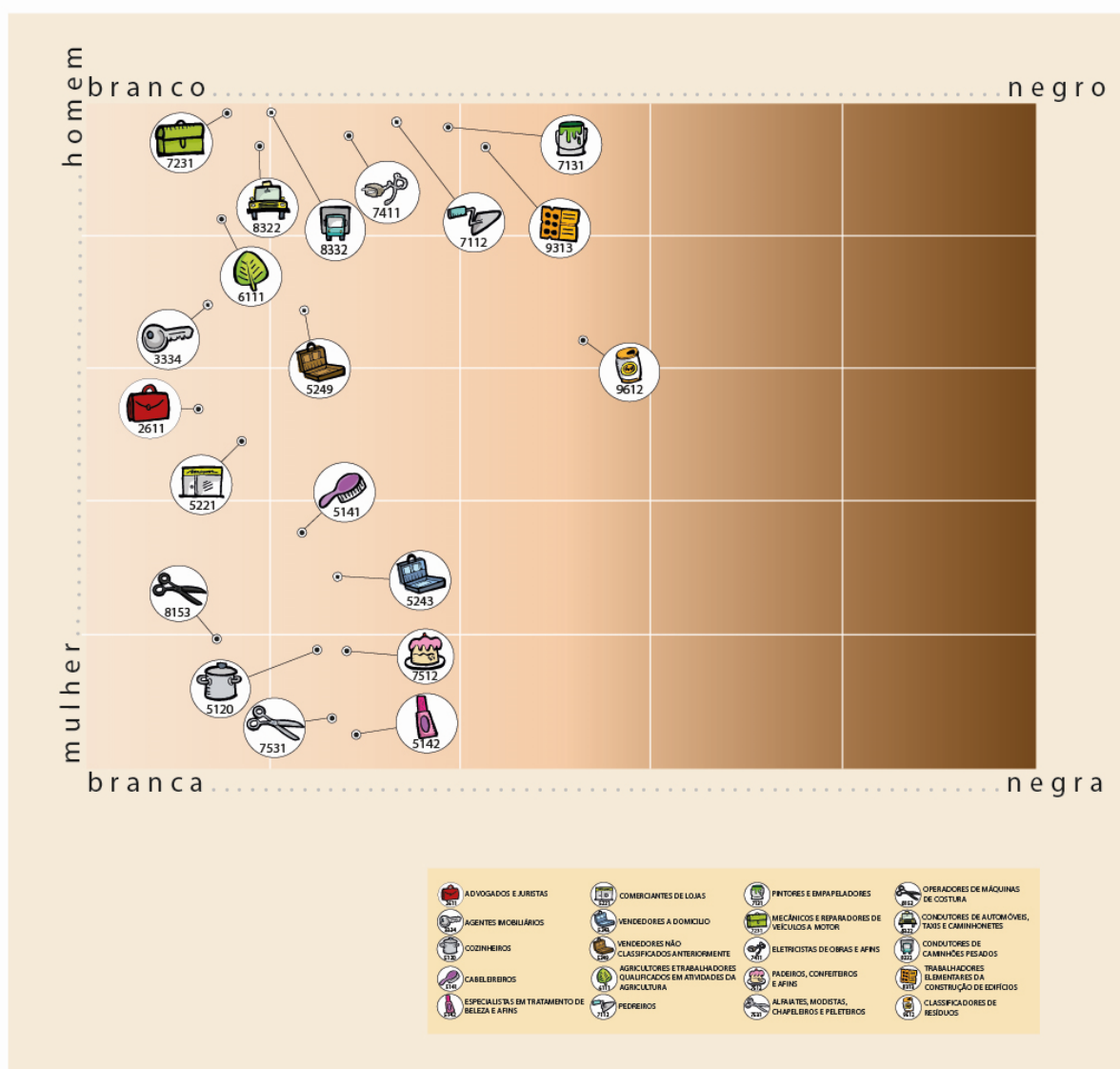
Gráfico 24 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda superior a R\$4000. Região Centro-Oeste. (Brasil urbano, 2019)



2.5 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sul

A região sul apresenta a menor taxa de população negra do país. Ao analisar os quadrantes de atividades dos conta própria por sexo e raça- cor (Gráfico 25), ela se torna o inverso do Brasil quando se consideram todas as faixas de renda. A atividade mais masculina e branca é a de Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) e a mais feminina e branca é a de Operadoras de máquinas de costura (8153). Há maior equilíbrio na participação quanto ao gênero-raça em Classificadores de resíduos (9612).

Gráfico 25 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Todas as faixas de renda. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)



A presença reduzida de população negra se reflete no conjunto das faixas de renda; ainda assim, repete-se o padrão de concentração de atividades no polo mais masculino e mais branco, à medida que a renda é mais elevada. No sul, o impacto dessa diferença é mais relevante, porque é mais significativo o percentual de respondentes com renda maior.

Na faixa de renda até R\$ 500 (Gráfico 26), apenas duas ocupações são mais negras do que a média nacional, ambas majoritariamente masculinas: Vendedores ambulantes [exclusive de serviços de alimentação (9520)] e Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313). Nesse quadro, as mulheres brancas possuem o maior número de ocupações (14 de 20). Verifica-se participação equilibrada quanto ao gênero-raça entre Classificadores de resíduos (9612).

No Gráfico 27, que representa a faixa de renda entre R\$500 e R\$1.000, destaca-se a categoria de automóveis, táxis e caminhonetes (8322) como a mais masculina e branca ao passo que Operadoras de máquinas de costura (8153) é a mais feminina e branca. Classificadores de resíduos (9612) compõe a única das 20 principais categorias cuja composição é mais negra do que a média nacional dos trabalhadores por conta própria.

As atividades por conta própria na faixa de renda entre R\$ 1.001 e R\$ 2 mil na região sul (Gráfico 28) predominam como brancas e femininas, dentre estas, Operadoras de máquinas de (8153) e Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros (7531). A mais masculina e branca é a de Condutores de Caminhões Pesados (8332). Há participação equilibrada quanto ao gênero-raça entre Classificadores de Resíduos (9612).

A presença de negros se reduz ainda mais nos quadrantes de atividades por conta própria da faixa de renda entre R\$2.001 e R\$4.000 na região sul (Gráfico 29). Majoritariamente masculina e branca, a atividade de Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) é seu expoente, enquanto as mulheres brancas se destacam entre Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142). Nesse cenário, não há qualquer equilíbrio na participação quanto à de raça, estando os Agentes imobiliários (3334) mais próximos de uma paridade homens e mulheres. Entre a população negra, destacam-se as atividades de Pintores e empapeladores (45%), Cabeleireiros (28%) e Marceneiros e afins (25%).

Por fim, a distribuição de atividades na faixa de renda superior a R\$ 4. 000 para a região sul (Gráfico 30) é no geral branca e masculina, com Mecânicos e reparadores de veículos a motor (7231) como a mais masculina e branca das ocupações e Psicólogas (2634) como a mais feminina e branca. Há equilíbrio na participação quanto ao gênero entre Comerciantes de loja (5221) e Advogados e juristas (2611). Os negros estão mais concentrados entre os vendedores a domicílio (25%), Condutores de caminhões pesados (21%) e Profissionais de vendas técnicas e médicas [exclusive tic (20%)].

Gráfico 26 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda até R\$500. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

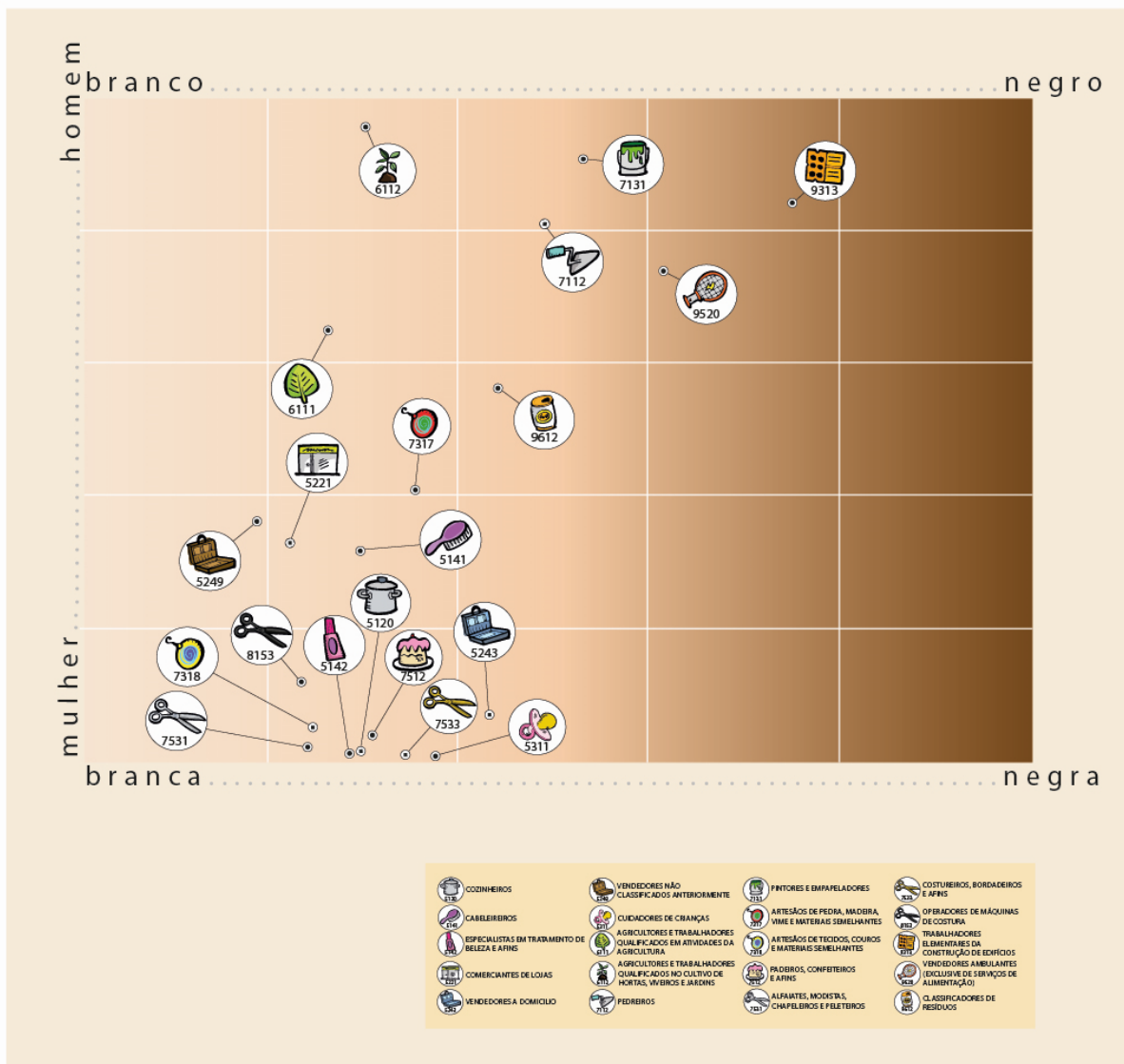


Gráfico 27 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda entre R\$501 e R\$1000. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

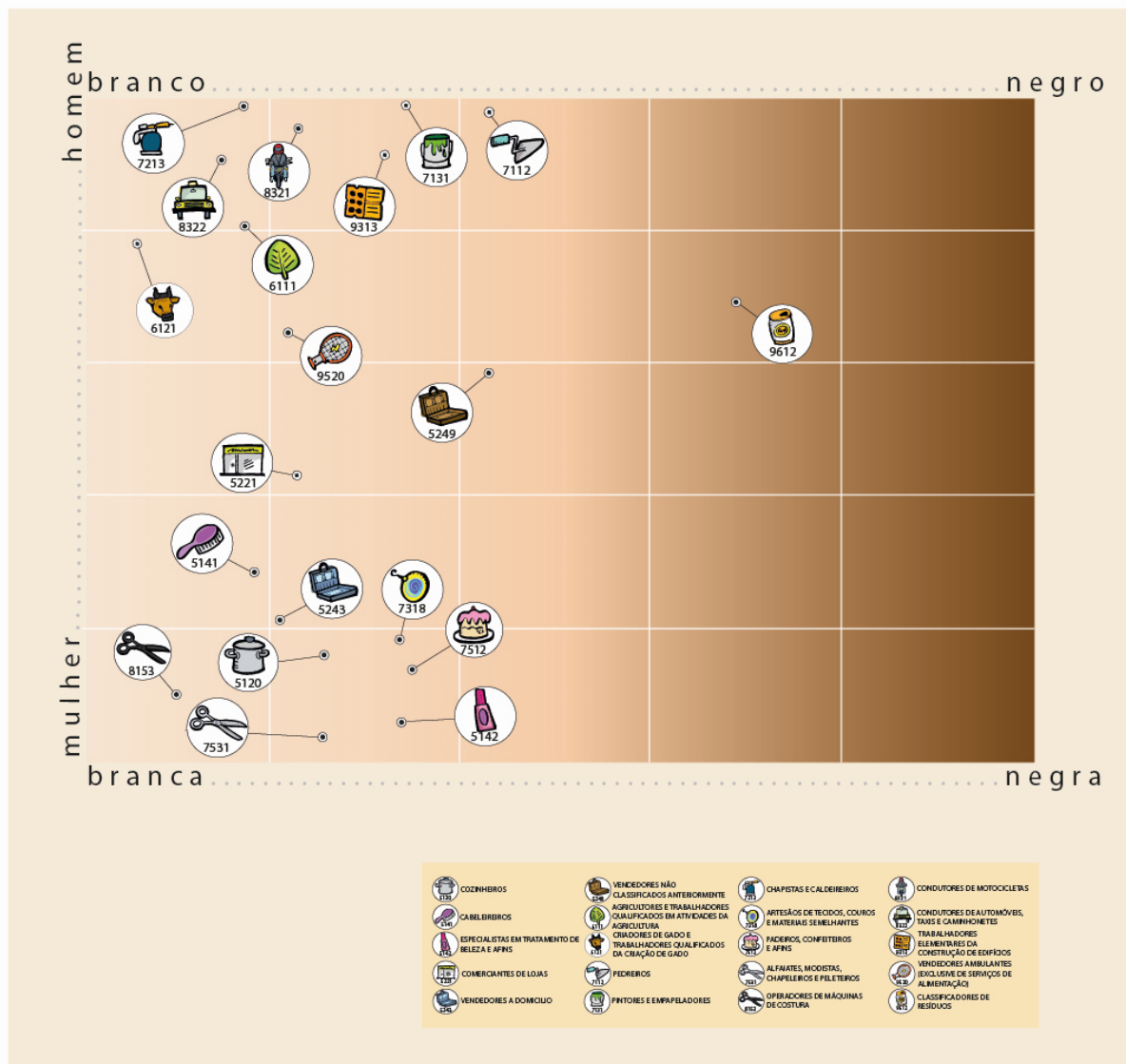


Gráfico 28 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

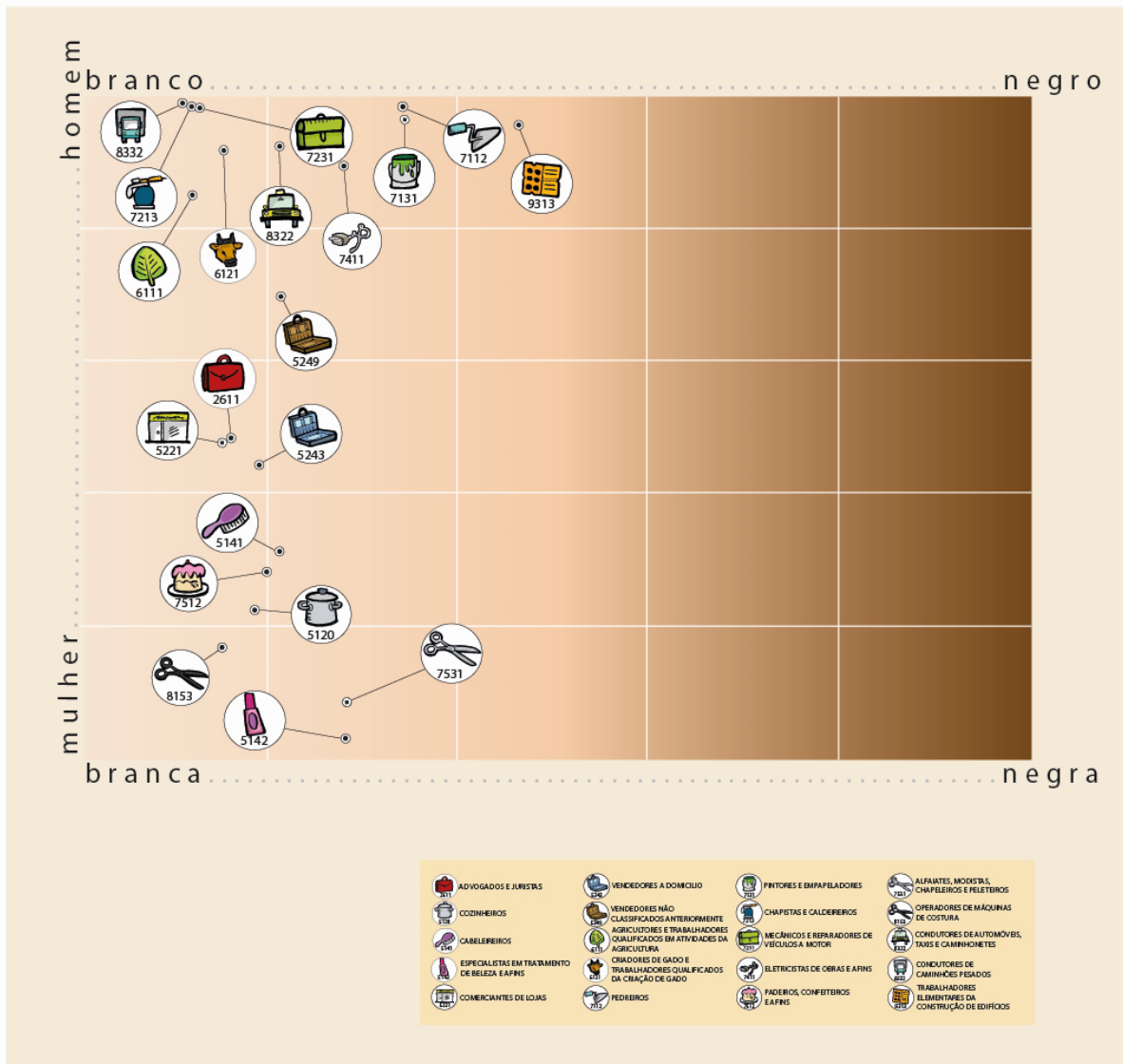


Gráfico 29 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: R\$2001 e R\$4000. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)

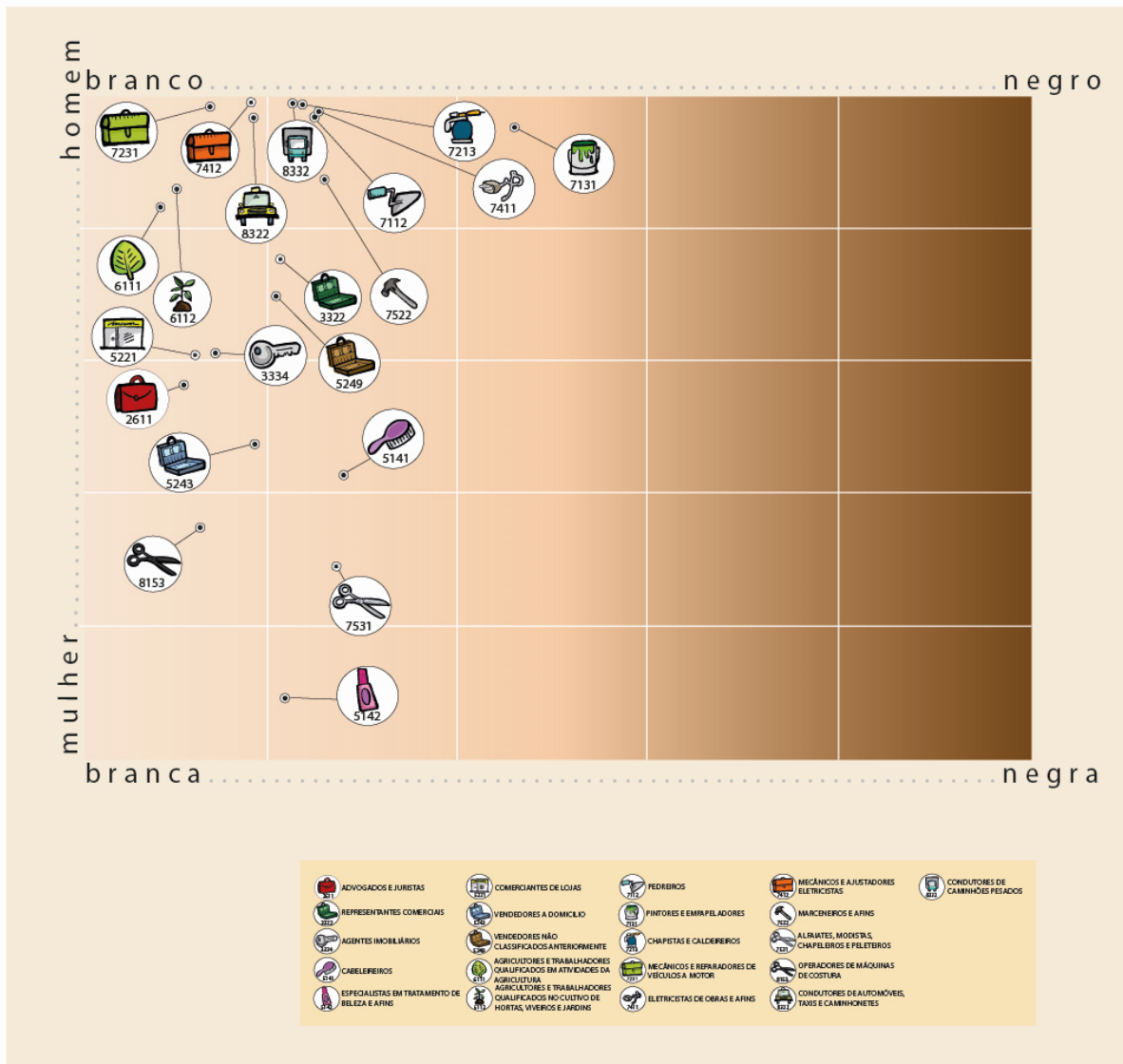
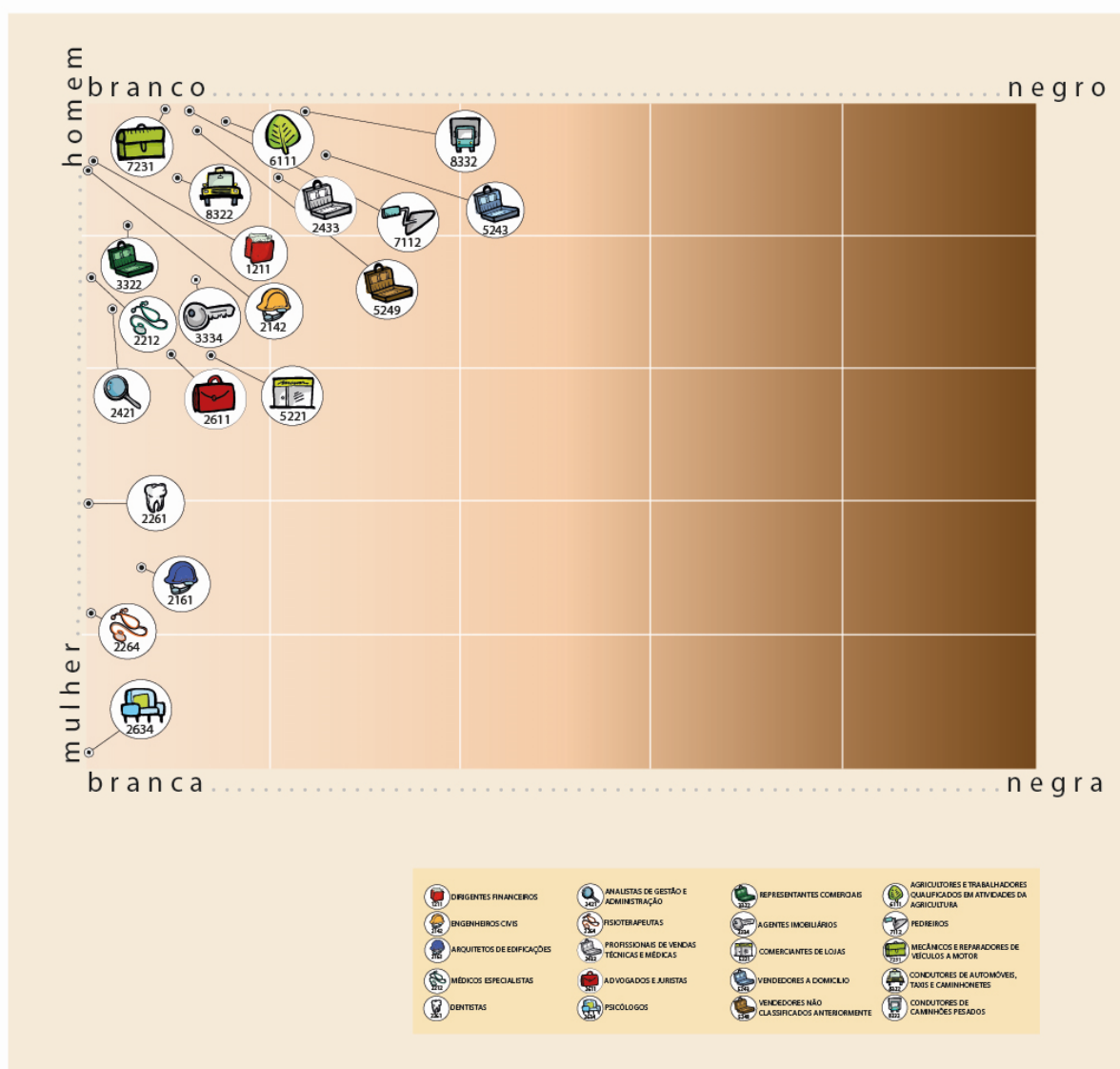


Gráfico 30 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda superior a R\$4000. Região Sul. (Brasil urbano, 2019)



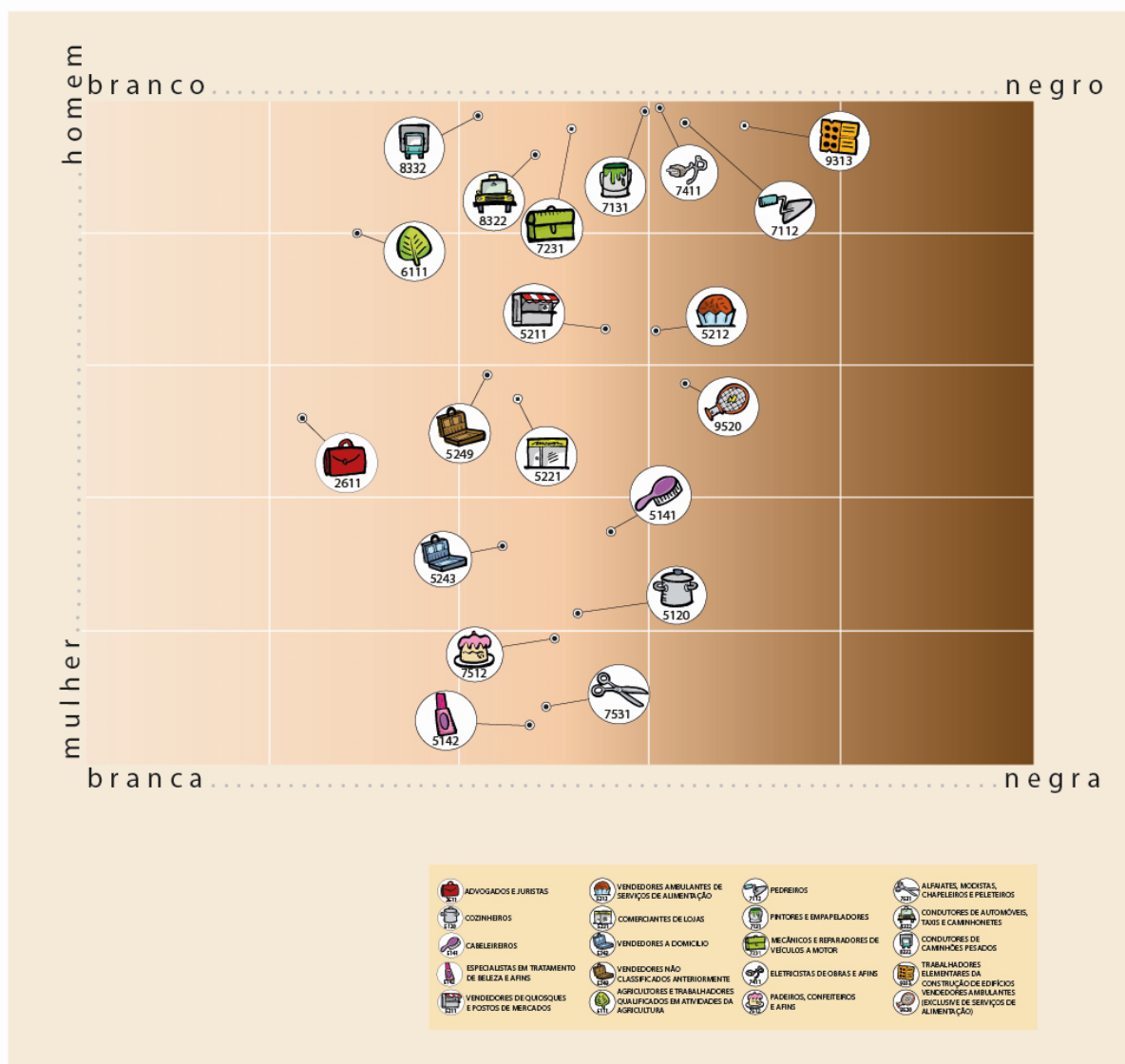
2.6 Desigualdades regionais e interseccionalidade de classe, gênero e raça no trabalho por conta própria no Brasil: a região Sudeste

A Região Sudeste concentra a maior parte do trabalho por conta própria no Brasil. É também uma região, além de bastante populosa, muito miscigenada, o que se reflete em parte dos dados que analisaremos nesta seção. No desenho geral das faixas de renda, contudo, constata-se mais uma vez a concentração gradativa de brancos, especialmente homens, nas atividades com maiores rendimentos.

Ao se considerar todas as faixa de renda para as atividades por conta própria na Região Sudeste (Gráfico 31) percebe-se predominância das mulheres brancas (8 em 20 atividades),

seguidas por homens negros (6/20), homens brancos (4/20) e mulheres negras (2/20). A profissão mais masculina e branca é a de Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) é a mais feminina e branca. Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) é a ocupação mais negra e masculina enquanto Vendedores Ambulantes [exclusive de serviços de alimentos (9520)] é a mais negra e feminina. Há quase equilíbrio na participação quanto ao gênero e à raça em Vendedores de quiosques e postos de mercado (5211). Homens são quase a totalidade dos Eletricistas de obras e afins (99%), Pintores e empapeladores (99%) e Condutores de Caminhões pesados (98%), enquanto a maior percentagem de pessoas negras está entre os trabalhadores elementares das construções de edifícios (69%), Pedreiros (63%) e Vendedores ambulantes [exclusive de serviço de alimentação (63%)].

Gráfico 31 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Todas as faixas de renda. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)



Os quadrantes de atividades por conta própria com renda até R\$500 para a região sudeste (Gráfico 32) se apresentam de forma mais concentrada em mulheres brancas (10 em 20), ainda que a desigualdade de gênero seja mais incidente do que a racial. Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] é a atividade mais masculina e branca e Costureiros, bordadeiros e afins (7533) a mais feminina e branca. Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) é a mais masculina e negra, enquanto Vendedores ambulantes [exclusive serviços de alimentação (9520)] é a mais feminina e negra. Há participação equilibrada no que se refere à raça para as mulheres em Padeiros, confeitores e afins (7512) e Especialistas em tratamento de beleza e afins (5142) e quase um equilíbrio de gênero e raça em Vendedores ambulantes de serviços de alimentação (5212).

A faixa de renda entre R\$501 e R\$1.000 (Gráfico 33) é marcadamente mais masculino do que o Gráfico 32, com 11 das 20 profissões sendo exercidas principalmente por homens (em relação a apenas 5 do Gráfico 32). Apenas nas ocupações Cabeleireiros (5141) e Padeiros, confeitores e afins (7512) predominam mulheres negras. Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes (7318) é a profissão mais feminina e branca. Entre os homens, repetem-se Trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313) como profissão majoritariamente negra e Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] entre os brancos.

Para os quadrantes de atividades com renda entre R\$1.001 e R\$ 2.000 (Gráfico 34), a região sudeste apresenta predominância das mulheres brancas (9/20), sendo Advogados e juristas (2611) a profissão mais característica desse segmento. Entre os homens negros (5/20), a atividade principal é trabalhadores elementares da construção de edifícios (9313); homens brancos (4/20) como Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)]; e mulheres negras (2/20) como Cabeleireiros (5141). Nessa faixa, a desigualdade racial é maior do que a de gênero. Há equilíbrio de gênero entre os brancos para Vendedores de quiosques e postos de mercado (5211).

A região sudeste apresenta para a faixa de renda R\$2.001 e R\$4.000 disparidade racial maior do que de gênero para as atividades por conta própria (Gráfico 35). Entre os brancos, pela primeira vez os homens (9 em 20) ocupam mais posições do que as mulheres (7/20). Eles estão concentrados em Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura [exclusive hortas, viveiros e jardins (6111)] e elas, sobretudo, como Psicólogas (2634) e Especialistas em tratamento de beleza (5142). Os homens negros (4/20) marcam presença principalmente como Chapistas e Caldereiros (7213).

Por fim, os quadrantes de atividades por conta própria com renda superior a R\$ 4.000 (Gráfico 36) apresentam todas as atividades dominadas pelos brancos. Pelo recorte interseccional, as profissões mais destacadas tornam-se Contadores (2411) e Representantes comerciais (3322) para os homens e Psicólogos (2634) para as mulheres. Há maioria masculina entre os Condutores de Caminhões Pesados, Pedreiros e Vendedores não classificados anteriormente (95%). A população negra se apresenta minoritária nessa

categoria como instrutores de atividades físicas e atividades recreativas (48%), Condutores de Caminhões pesados (36%) e Vendedores não classificados anteriormente (36%).

Gráfico 32 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça-cor: Renda até R\$500. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

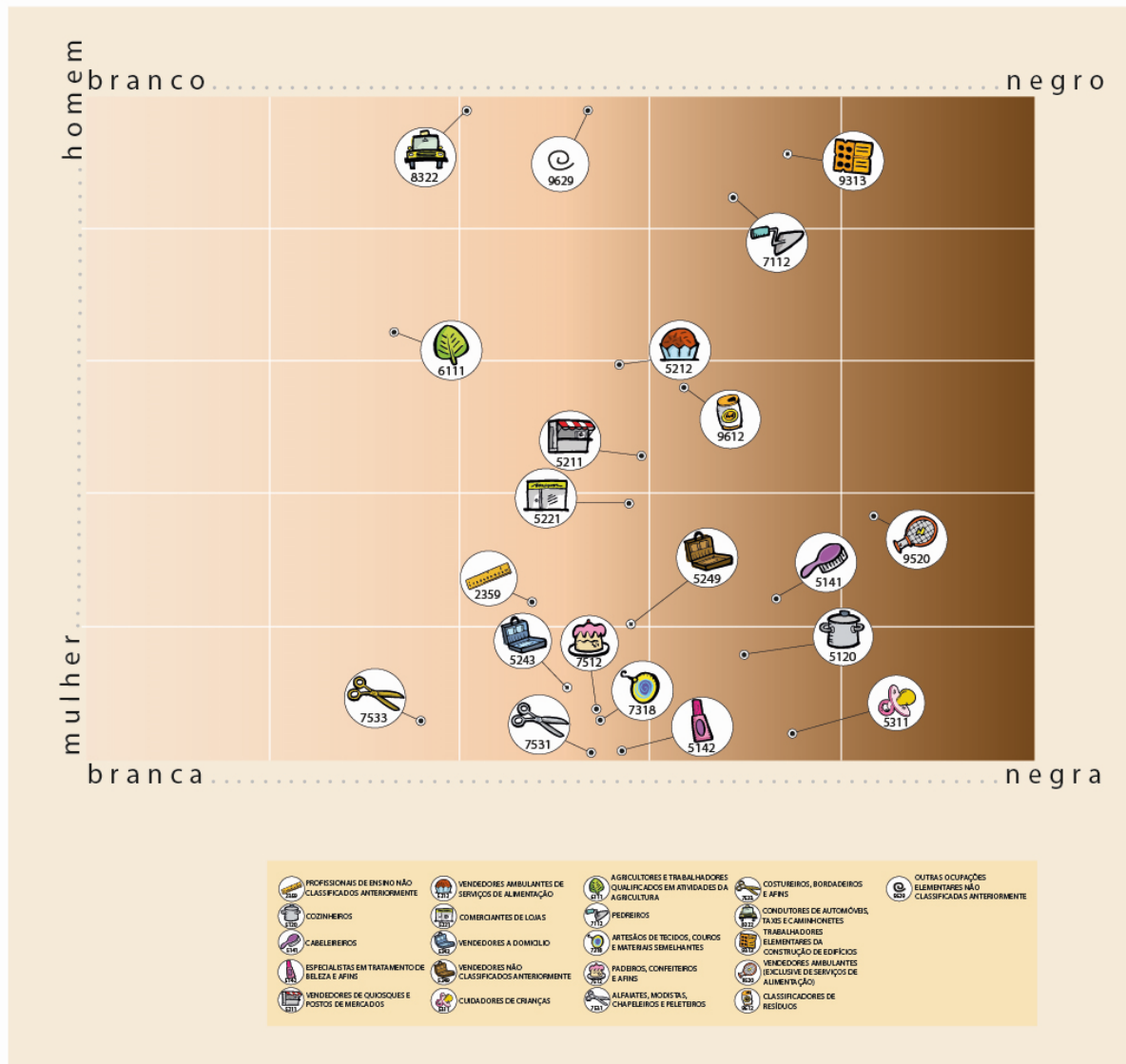


Gráfico 33 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$501 e R\$1000. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

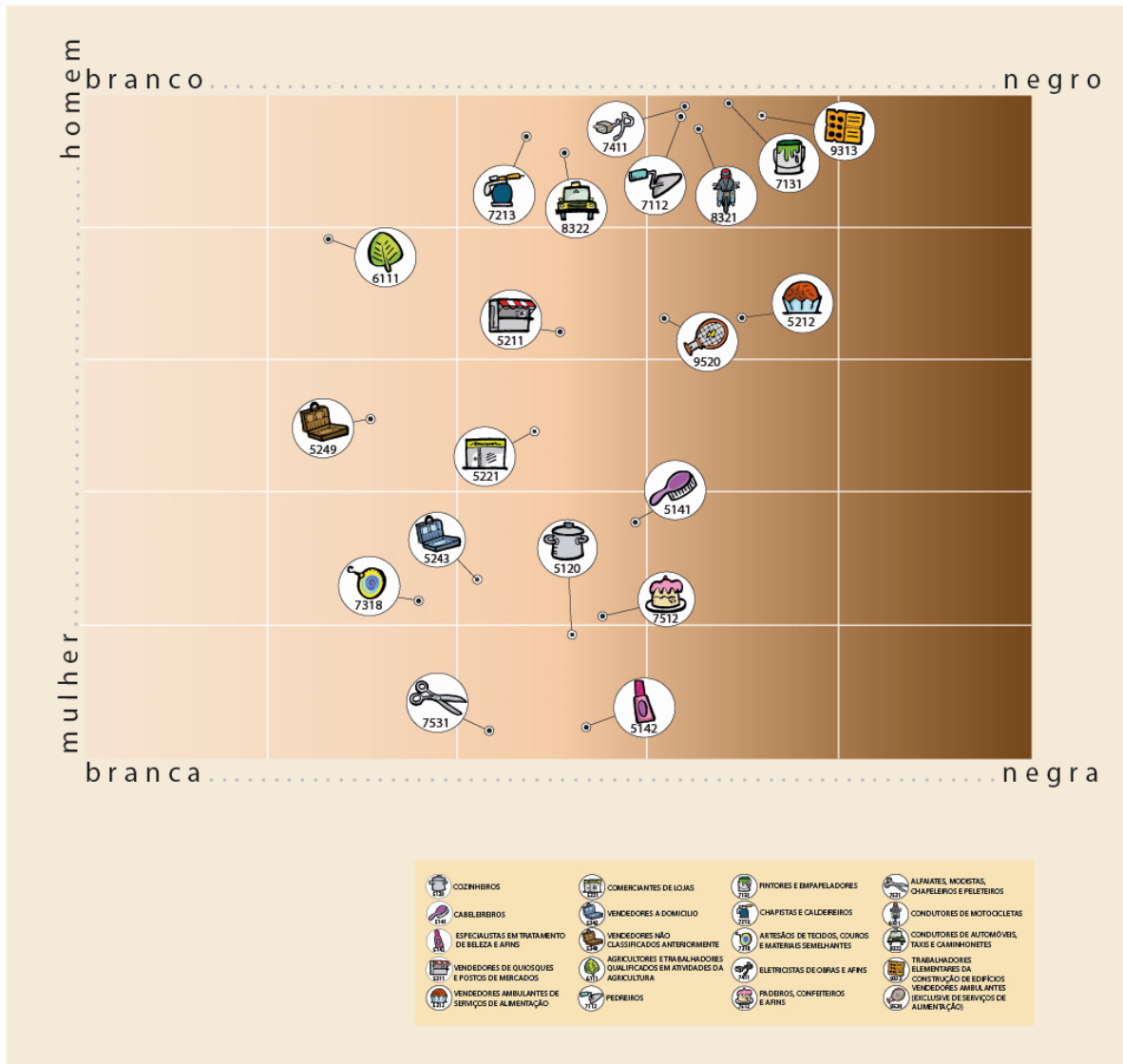


Gráfico 34 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda entre R\$1001 e R\$2000. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

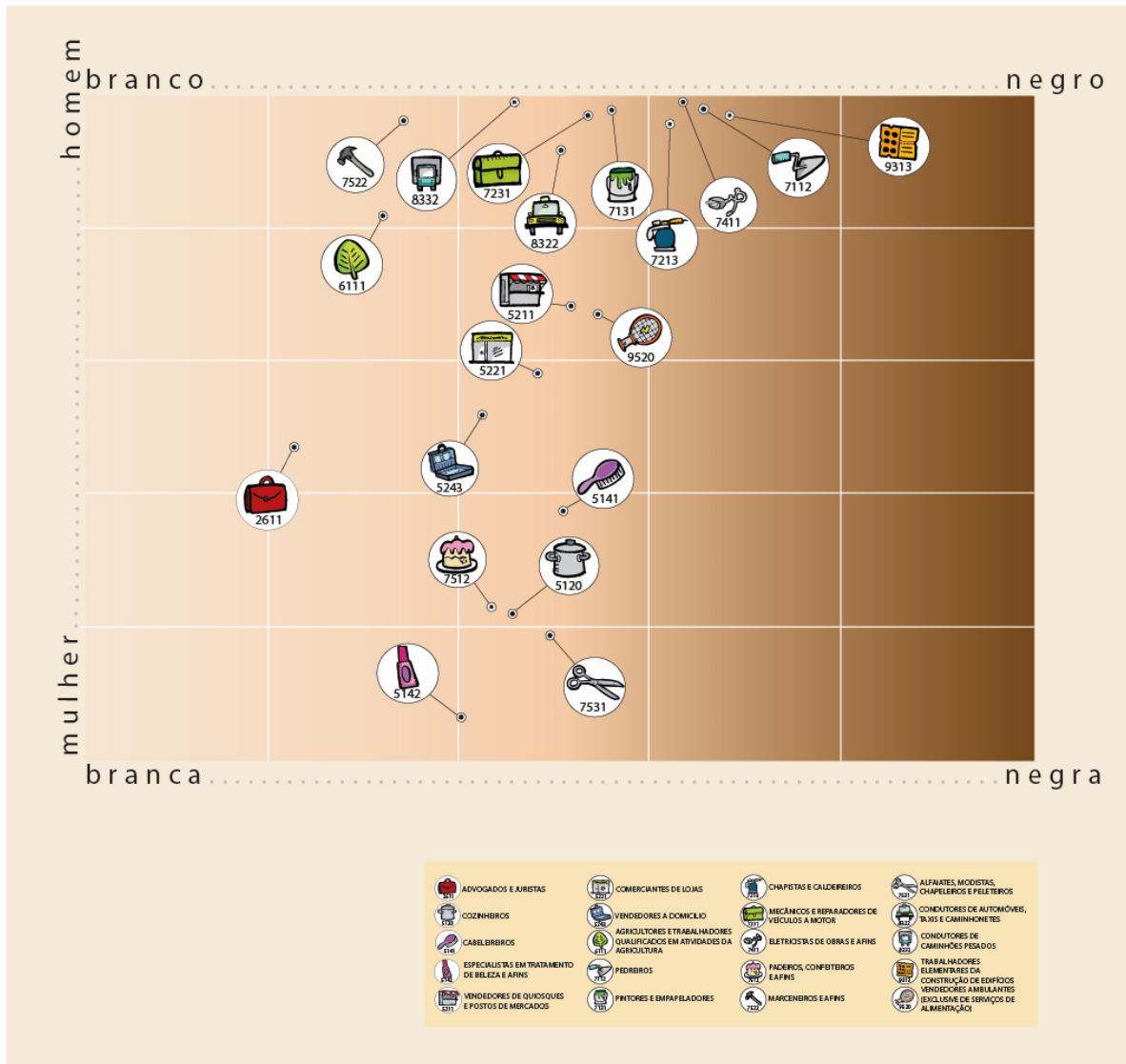


Gráfico 35 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: R\$2001 e R\$4000. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)

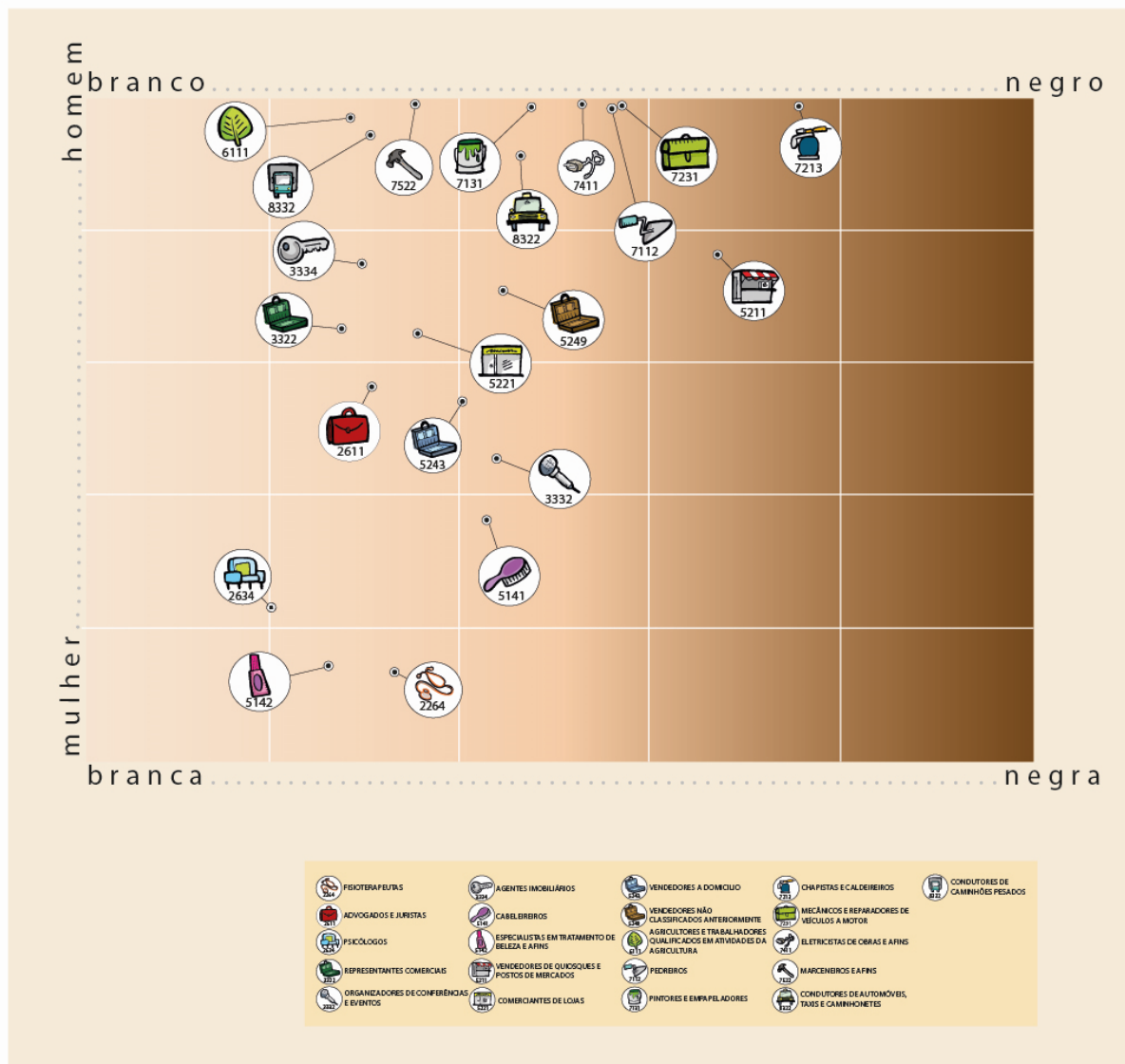
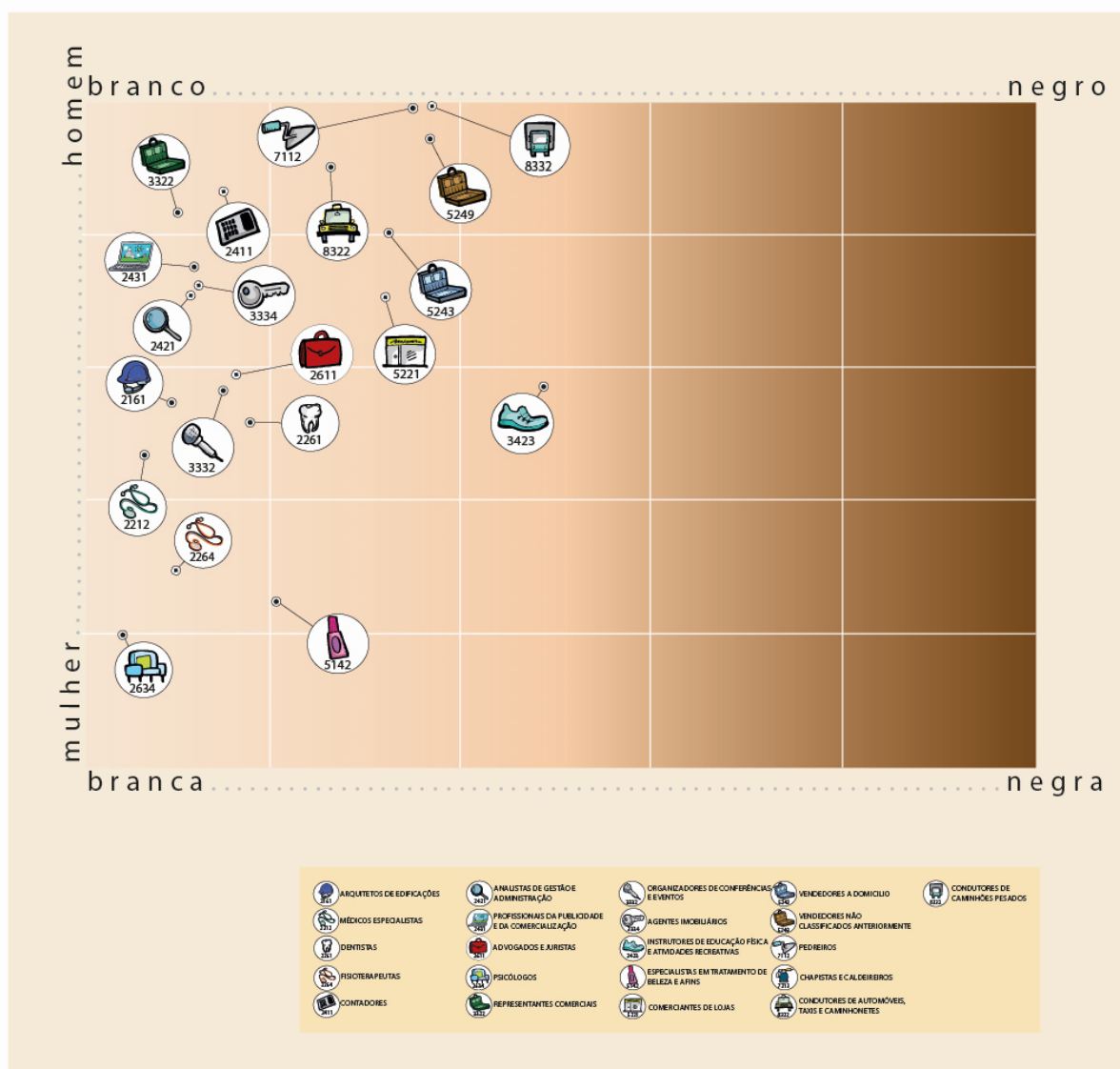


Gráfico 36 - Quadrantes de atividades por conta própria por faixa de renda, sexo e raça- cor: Renda superior a R\$4000. Região Sudeste. (Brasil urbano, 2019)



À guisa de síntese, as diferenças regionais no perfil do trabalho por conta própria apontadas neste capítulo refletem as distintas dinâmicas de transição do trabalho escravo ao trabalho livre nas várias províncias brasileiras oitocentistas. Como observa Adalberto Cardoso, “a transição para o trabalho livre não foi coextensiva com a construção de um mercado de força de trabalho tipicamente capitalista, ou assalariado. Ao longo dos séculos, os escravos e/ou seus descendentes se libertaram da escravidão, ajudando a compor a população não diretamente envolvida com a economia escravista, que se avolumou com o tempo por meio da miscigenação” (CARDOSO, 2019, p. 48).

Parte 3. Desigualdades de renda, raça e gênero no interior das principais ocupações e dos setores de atividades

Nesta seção, vamos observar os marcadores de raça, gênero e renda nas 20 principais atividades e 9 principais grupos de atividade do trabalho por conta própria¹². Em cada grupo ou atividade, os respondentes da PNAD-C foram distribuídos conforme a renda, em gráficos com quadrantes de gênero e raça. Em seu conjunto, os gráficos permitem observar como, em quase todos os casos, a renda mais baixa se localiza no polo em que se concentram os negros, tanto nas ocupações marcadamente masculinas, como nas femininas e mistas. Divisão sexual e divisão racial do trabalho indicam a longa duração da sociedade colonial, uma herança ainda nítida na economia brasileira contemporânea, dependente e pós-industrial.

Para a exposição dos dados, as atividades e grupos foram reagregados em cinco blocos, correspondentes às ocupações dominadas por mulheres negras, homens negros, homens brancos, mulheres brancas e àquelas mistas quanto ao gênero.

3.1 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres negras

As ocupações majoritariamente desenvolvidas por mulheres negras no trabalho por conta própria se referem aos cuidados do corpo e à produção de roupas e alimentos, atividades que remontam à divisão do trabalho constituída durante a erosão do regime escravocrata¹³.

Entre as cabeleireiras e as especialistas em tratamentos de beleza e afins (Gráficos 37 e 38), a renda está concentrada nos pólos mais baixos (até R\$1.000,00) e é tanto maior, quanto mais branco o grupo de trabalhadores. As trabalhadoras da beleza são quase todas mulheres, mas, no grupo de cabeleireiros, há homens brancos - e justamente nesse grupo se concentra o segmento com renda maior que R\$ 4 mil.

¹² As 20 principais ocupações entre trabalhadores por conta própria são: Comerciantes de lojas - Pedreiros - Vendedores a domicílio - Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes - Cabeleireiros - Especialistas em tratamento de beleza e afins - Trabalhadores elementares da construção de edifícios - Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros - Vendedores não classificados anteriormente - Vendedores de quiosques e postos de mercados - Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades de - Advogados e juristas - Pintores e empapeladores - Vendedores ambulantes de serviços de alimentação - Padeiros, confeitores e afins - Cozinheiros - Mecânicos e reparadores de veículos a motor - Condutores de motocicletas.

- Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação) - Condutores de caminhões pesados. Os 10 setores de atividade são: - Alojamento e alimentação - Indústria geral - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas - Construção - Outros serviços - Transporte, armazenagem e correio - Educação, saúde humana e serviços sociais - Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura - Informação, comunicação e atividades financeiras - Atividades mal definidas. Pouco representativo, o setor de atividades mal definidas foi excluído da descrição dos dados.

¹³ O trabalho doméstico e o de limpeza não são contemplados na categoria "conta própria": o primeiro compõe uma categoria específica na PNAD-C e em outros levantamentos do IBGE; o segundo, quando não doméstico, é majoritariamente assalariado, com baixa renda, por empresas de intermediação de força-de-trabalho.

Gráfico 37 - Especialistas em tratamento de beleza e afins por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

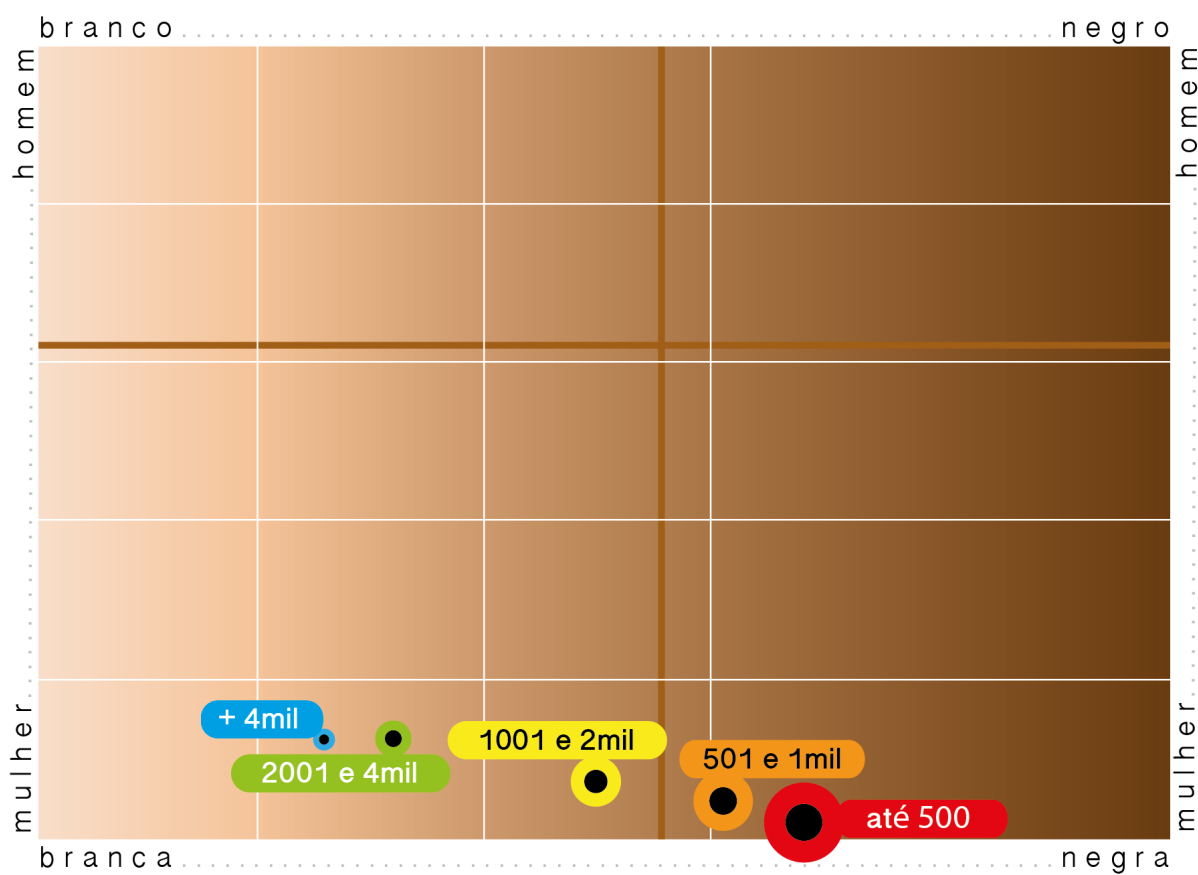
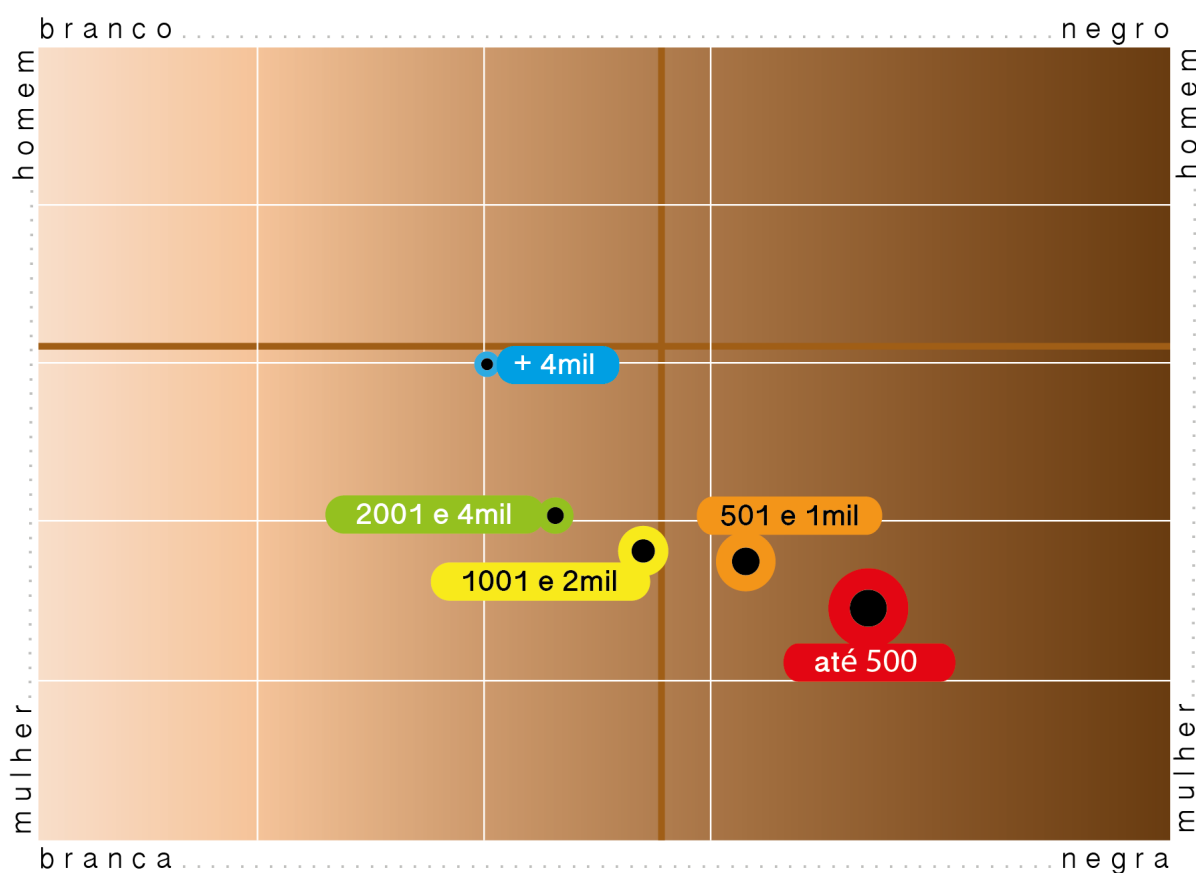
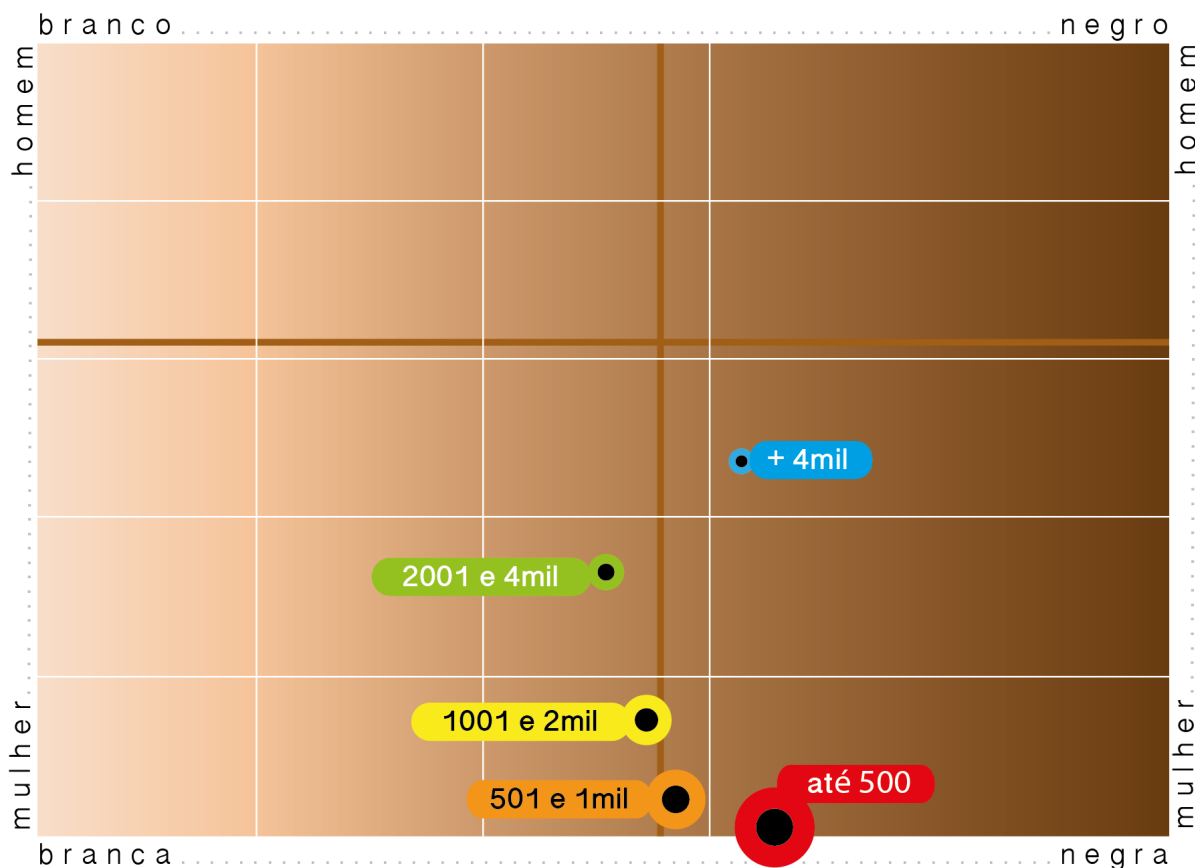


Gráfico 38 - Cabeleireiros por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Com o grupo de trabalhadores envolvidos na produção de vestimentas - alfaiates, modistas, chapeleiros, peleteiros (Gráfico 39) - ocorre distribuição de renda diferente. Esse é um segmento predominantemente pardo, em que as variações de renda têm distribuição vertical, ou seja, na mesma faixa de raça-cor. Ainda assim, o contingente de renda mais alta (acima de R\$ 4 mil) é o que tem maior participação de homens, enquanto o grupo mais feminino é também o de renda mais baixa (até R\$500).

Gráfico 39 - Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Nas atividades de alimentação, que reúnem cozinheiras, padeiras, confeitadeiras e afins (Gráficos 40 e 41), repete-se o padrão de concentração de renda baixa em mulheres pardas e distribuição das faixas superiores em grupos cada vez mais brancos, mas sempre femininos. Há, contudo, uma diferença importante no topo da renda: se, entre as cozinheiras, o bloco das que recebem mais de R\$ 4 mil é de mulheres pardas, nas demais atividades aparece um raro segmento de renda alta mais próximo do pólo formado pelos 20% mais negros.

Gráfico 40 - Padeiros, confeiteiros e afins por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

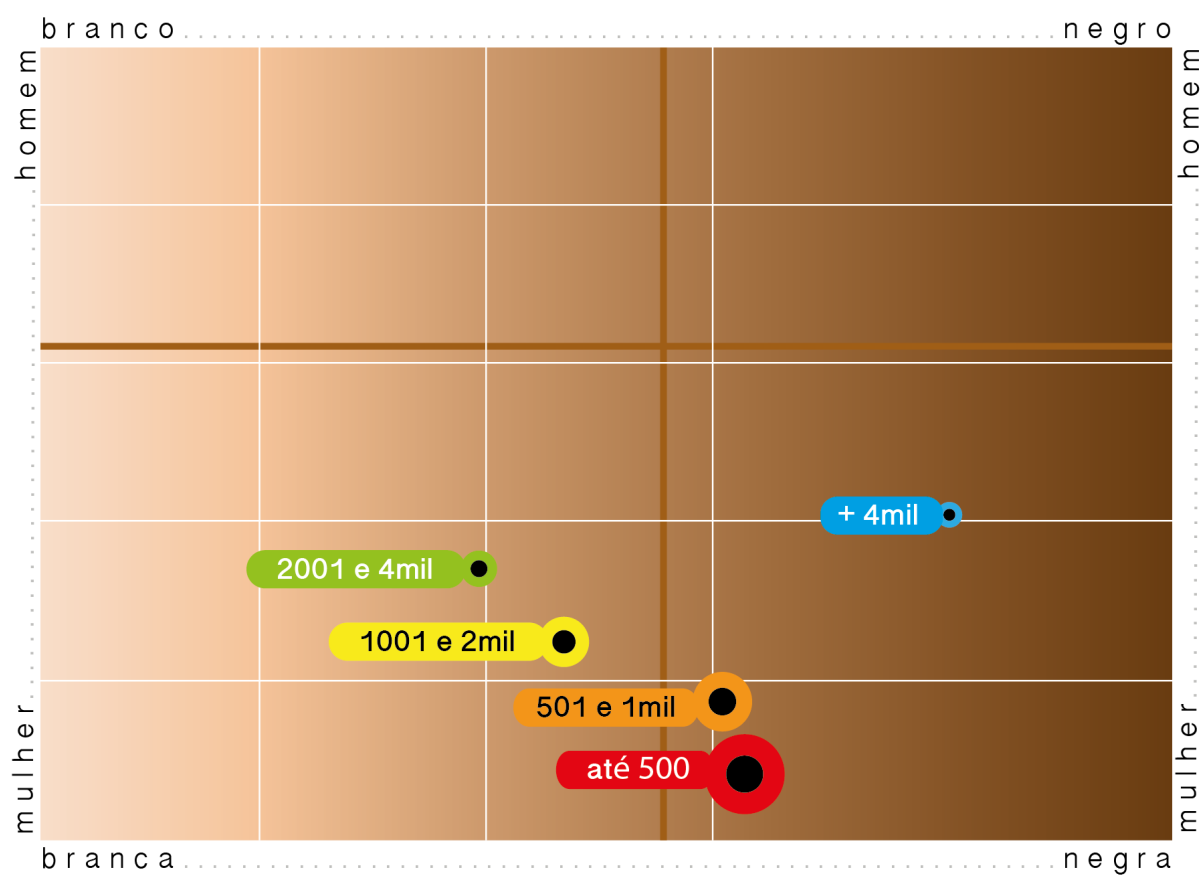
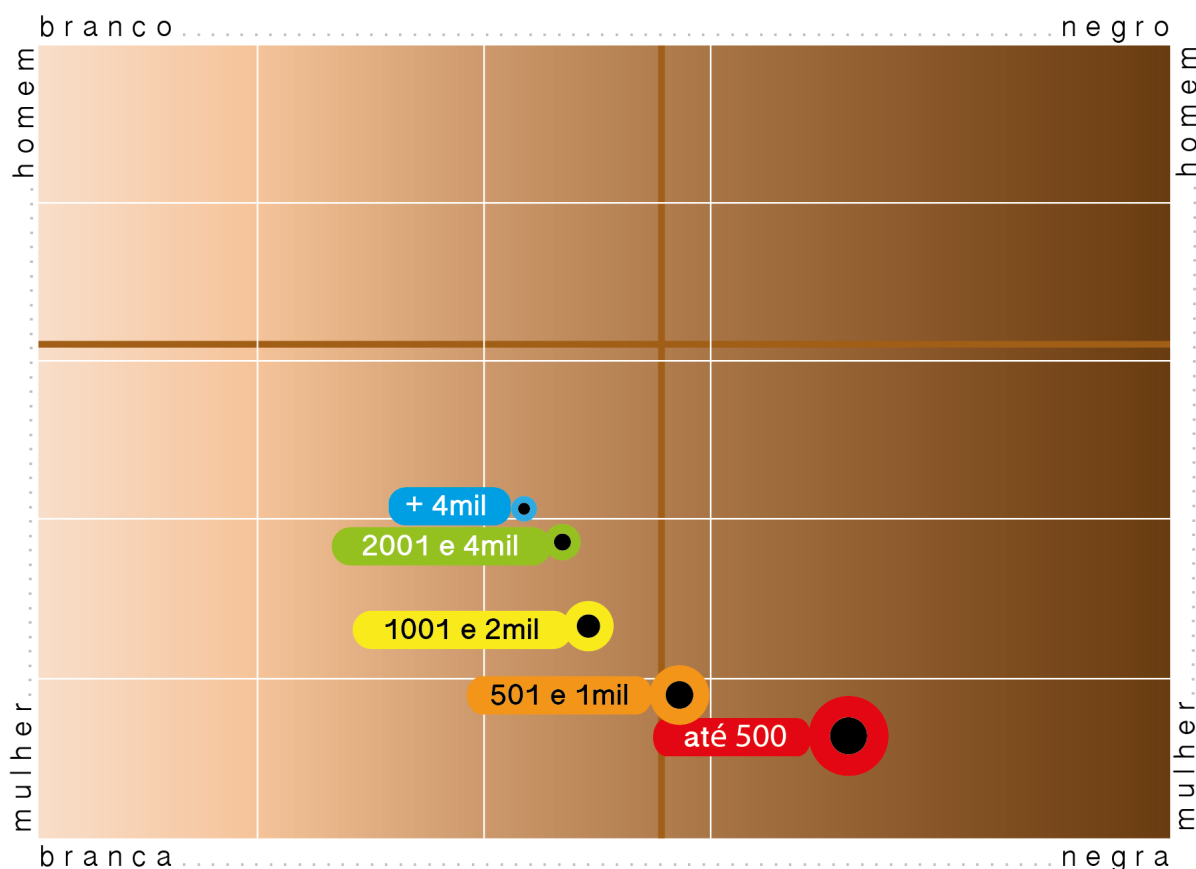


Gráfico 41 - Cozinheiros por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



3.2 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens negros

As ocupações por conta própria com predomínio de homens negros se agregam em três grandes grupos: pedreiros e outras atividades ligadas à construção civil; motoristas de carros, táxis, caminhonetes ou motocicletas e trabalhadores de transporte; e manutenção de veículos. Todas as ocupações são quase integralmente masculinas.

As atividades ligadas à construção (pedreiros, pintores e empapeladores, trabalhadores elementares na construção de edifícios e todo o setor da construção, Gráficos 42, 43, 44 e 45) têm o mesmo padrão de distribuição de renda: quanto mais branco o trabalhador, maior a chance de ter renda acima de R\$ 4 mil; quanto mais negro, maior a presença de renda abaixo de R\$ 500. Em todos os casos, as remunerações inferiores a R\$ 2 mil são amplamente predominantes.

Gráfico 42 - Pedreiros por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

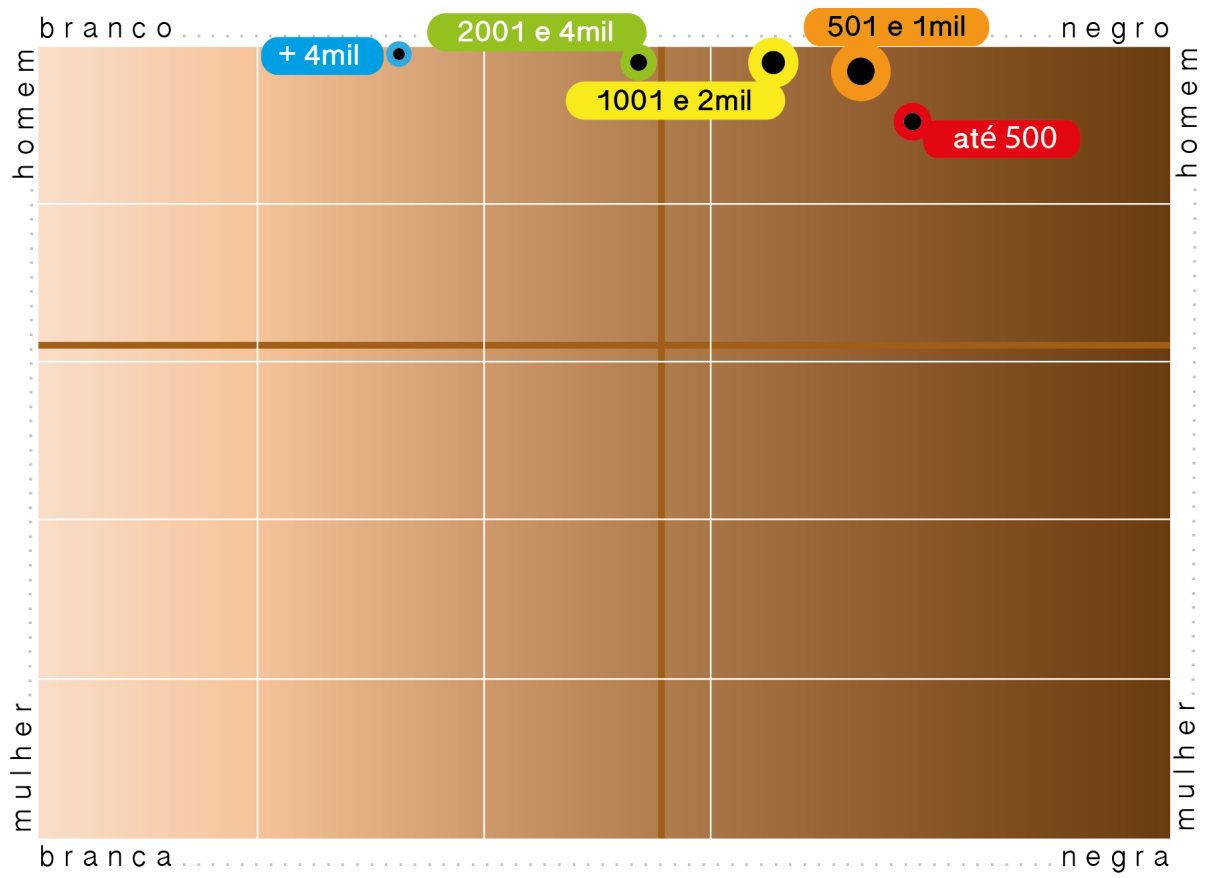


Gráfico 43 - Trabalhadores elementares da construção de edifícios por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

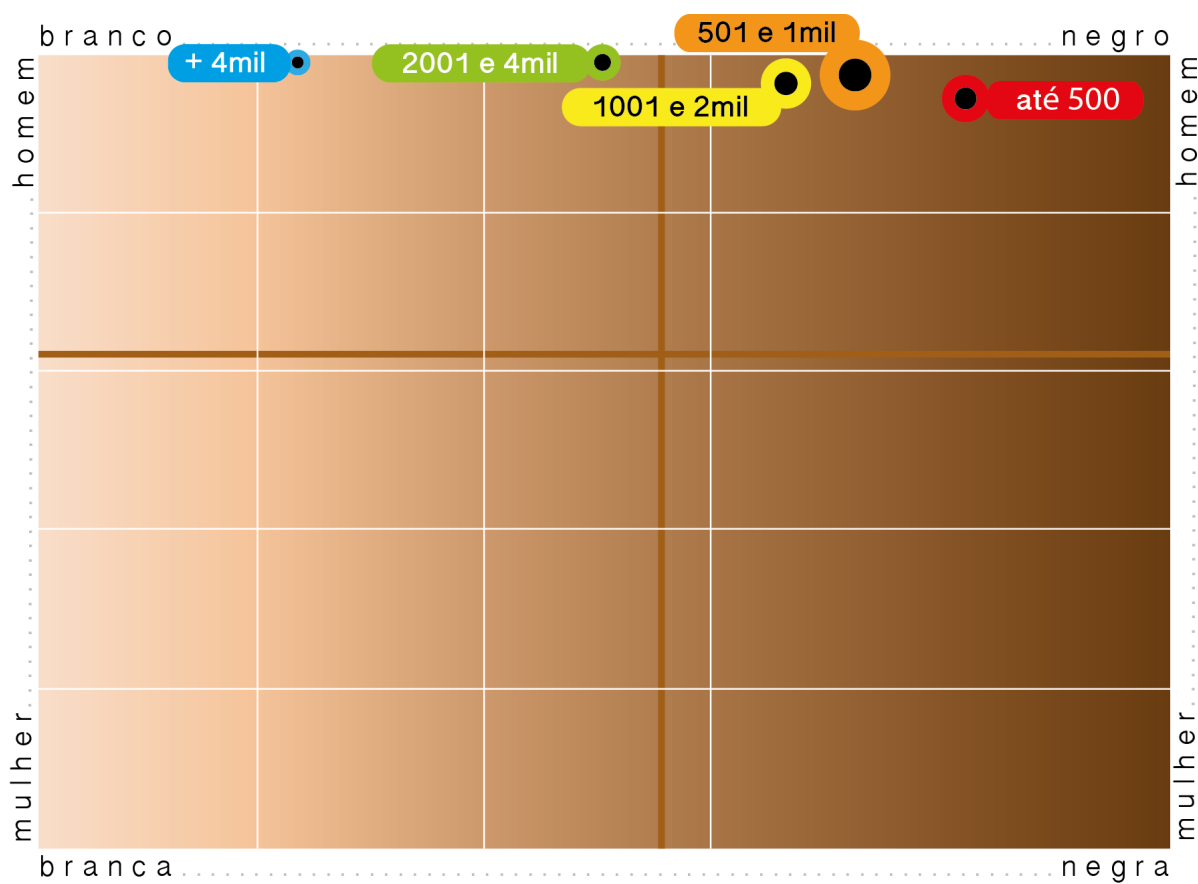


Gráfico 44 - Setor construção por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

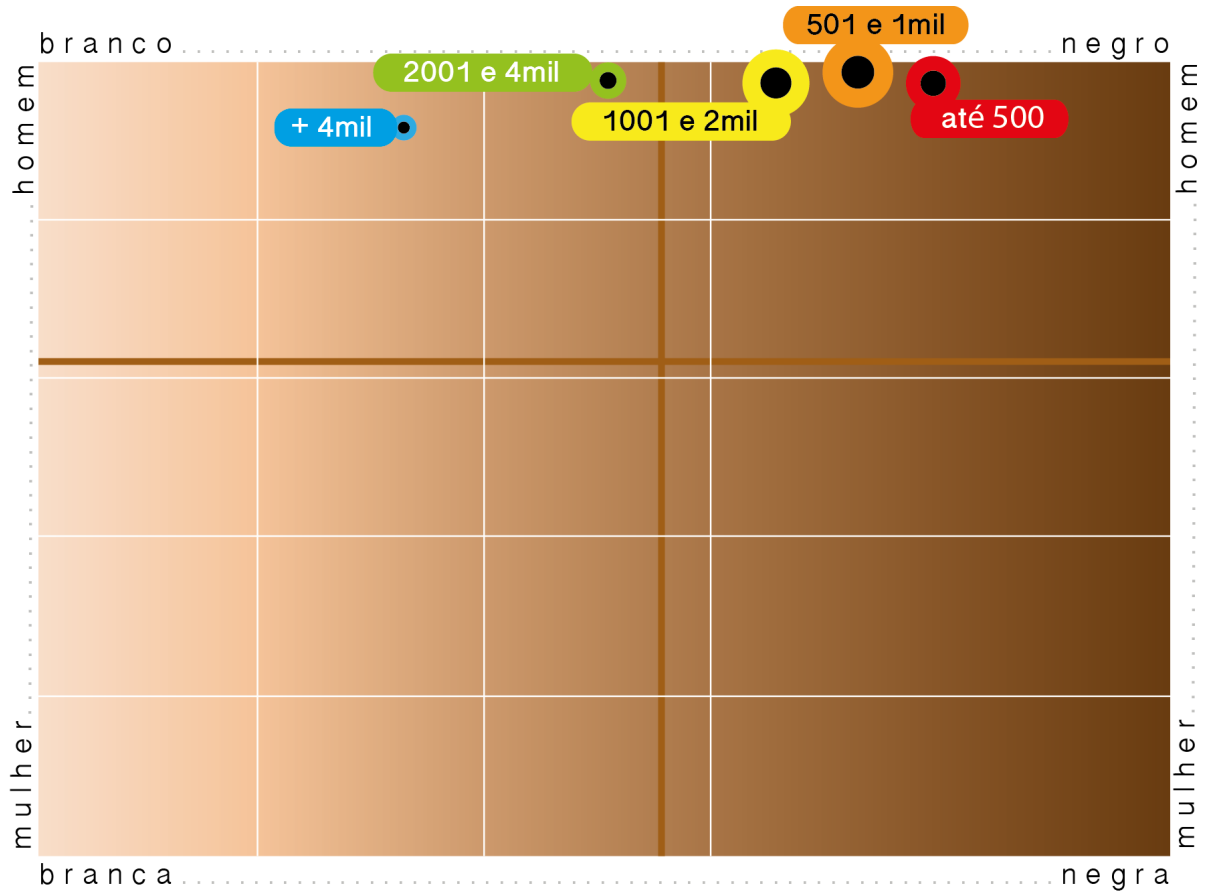
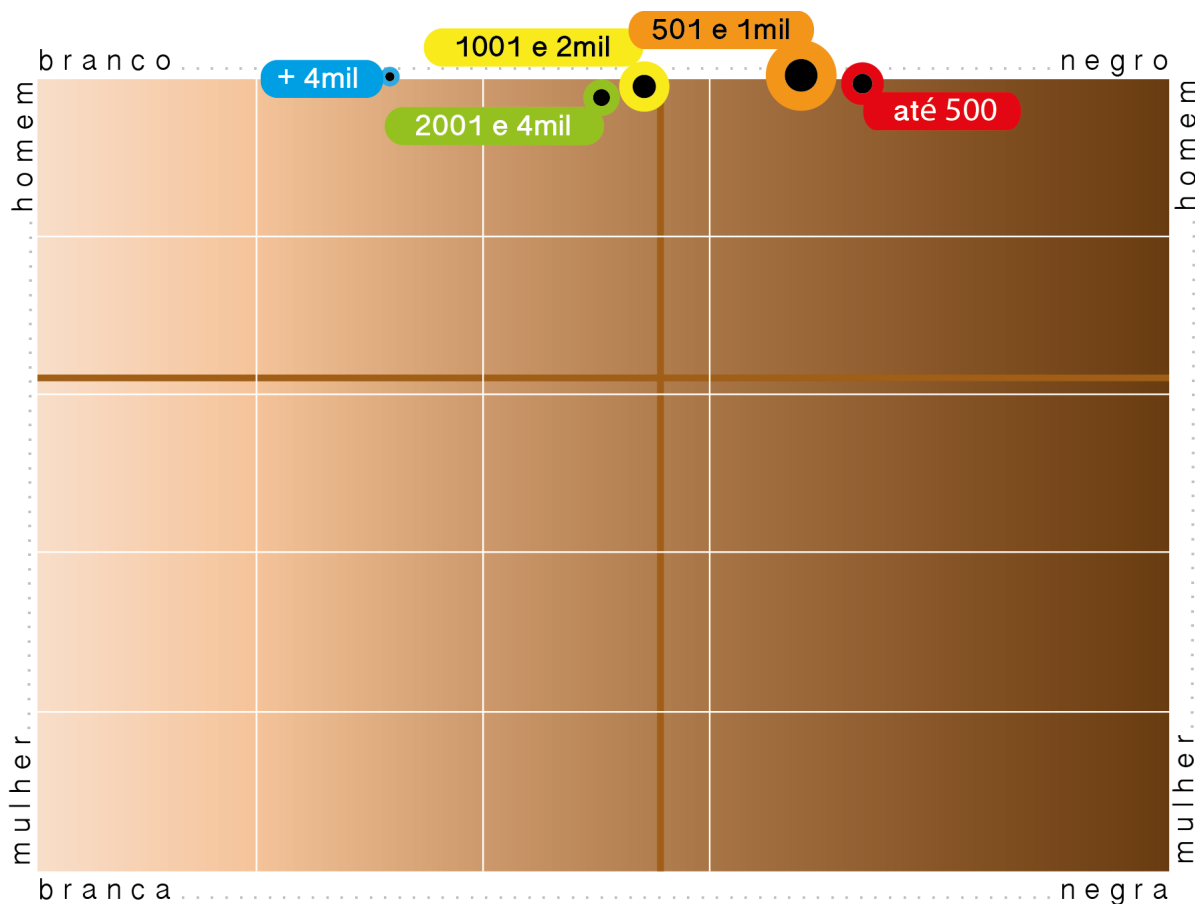


Gráfico 45 - Pintores e empapeladores por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



O desenho da distribuição de renda é um pouco diferente nas atividades relacionadas à logística - motoristas de carro, táxi, caminhonete, motocicletas e no setor de transporte, armazenagem e correio (Gráficos 46, 47 e 48). Entre motoboys e mototaxistas, prevalecem as faixas de renda inferiores a R\$ 1 mil concentradas no grupo negro, e uma pequena parcela dos trabalhadores, formada por brancos, ganha mais de R\$ 4 mil. Nos outros dois segmentos, contudo, a faixa de renda predominante está entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil e a distância entre os que ganham mais e os que ganham menos é menos larga (em termos de raça-cor). Prevalece nessas atividades o grupo pardo.

Gráfico 46 - Condutores de automóveis, táxis e camionetes por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

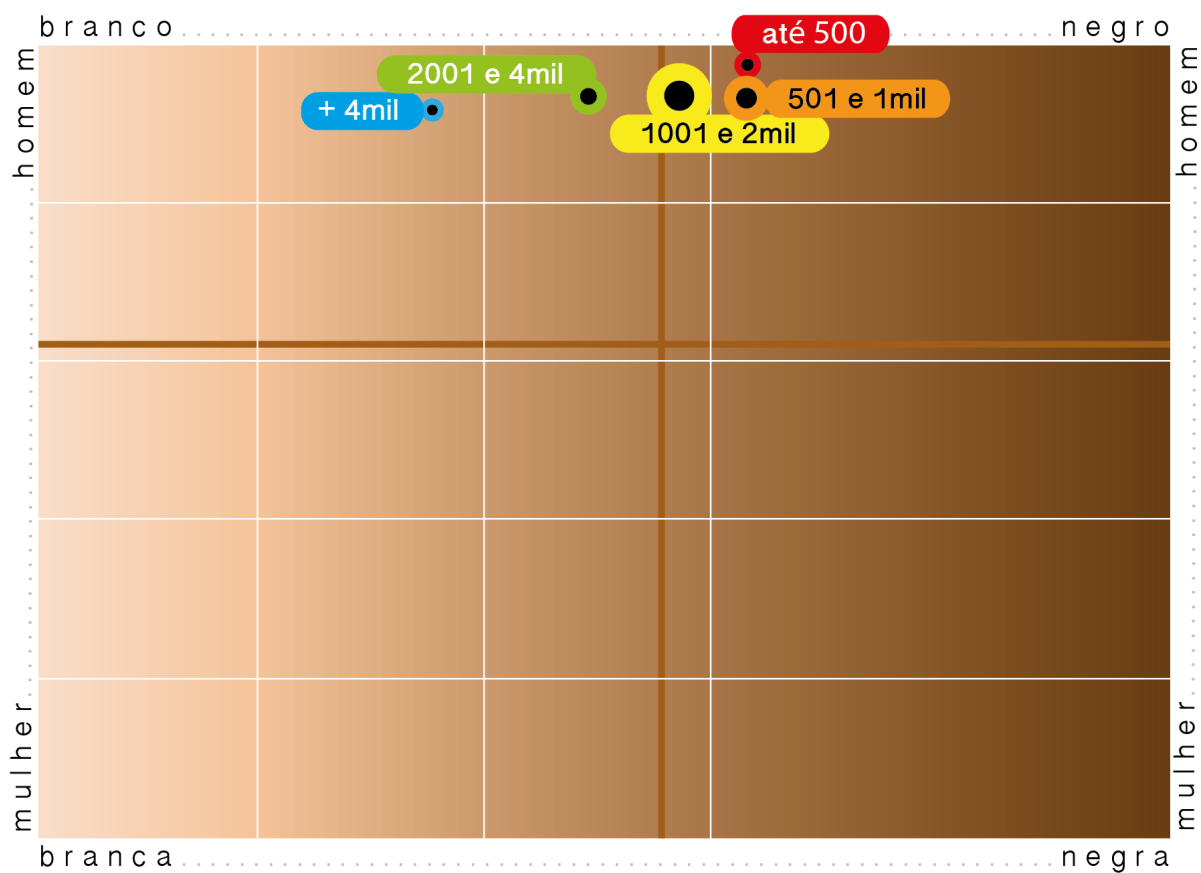


Gráfico 47 - Condutores de motocicletas por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

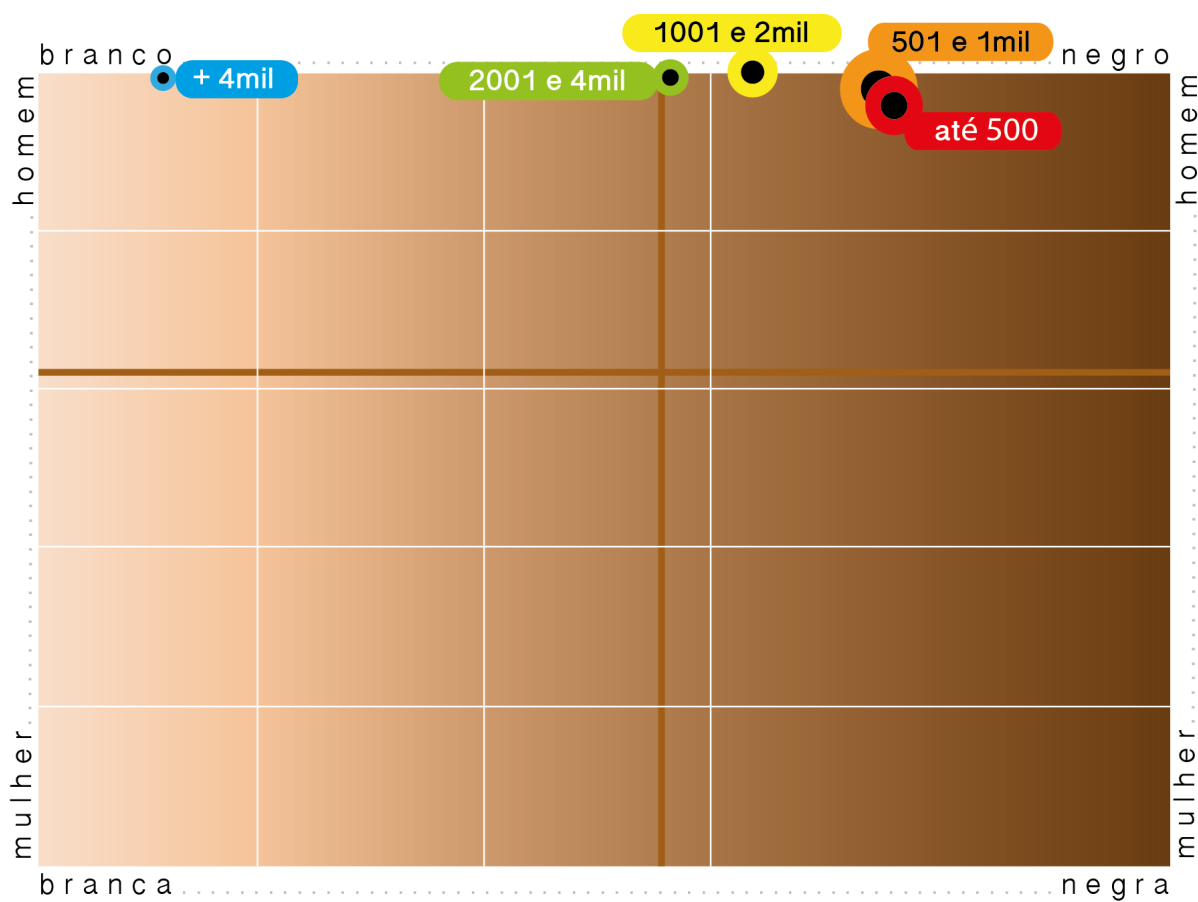
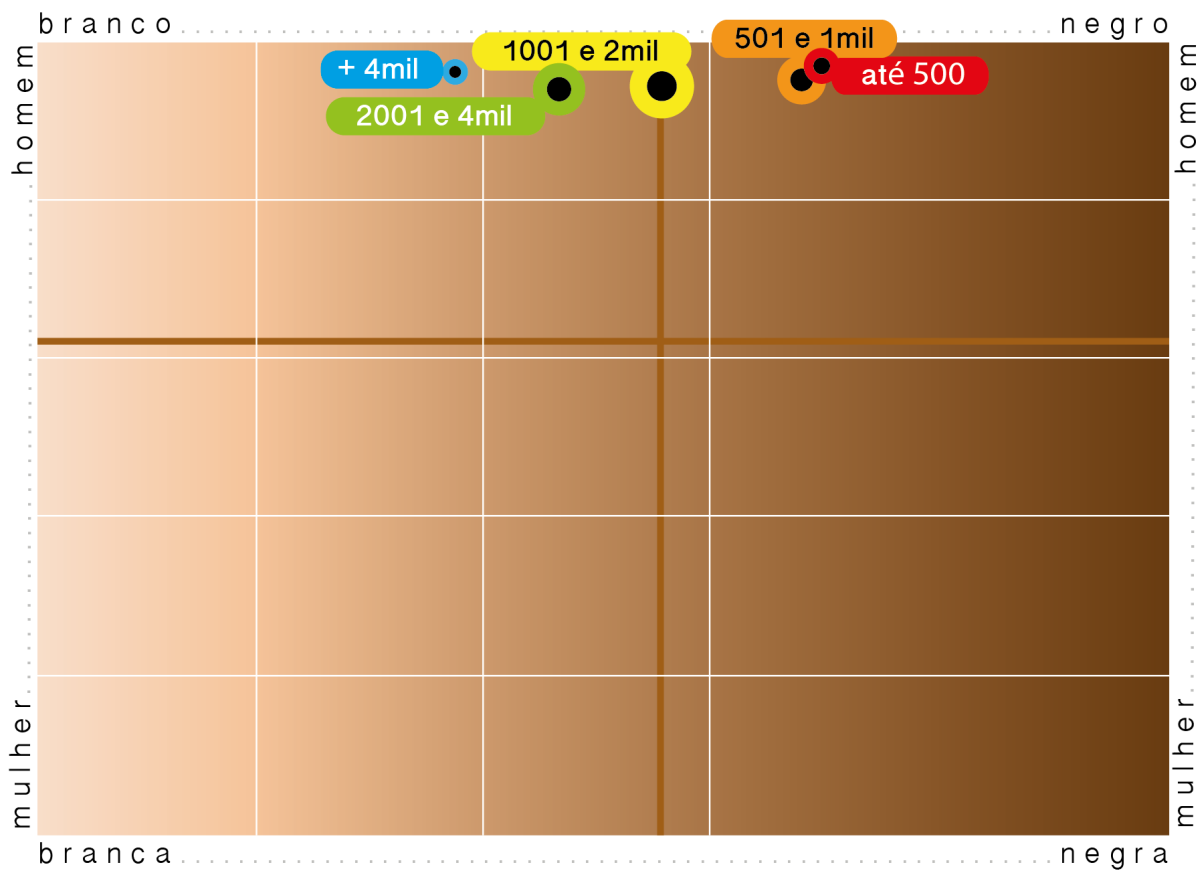
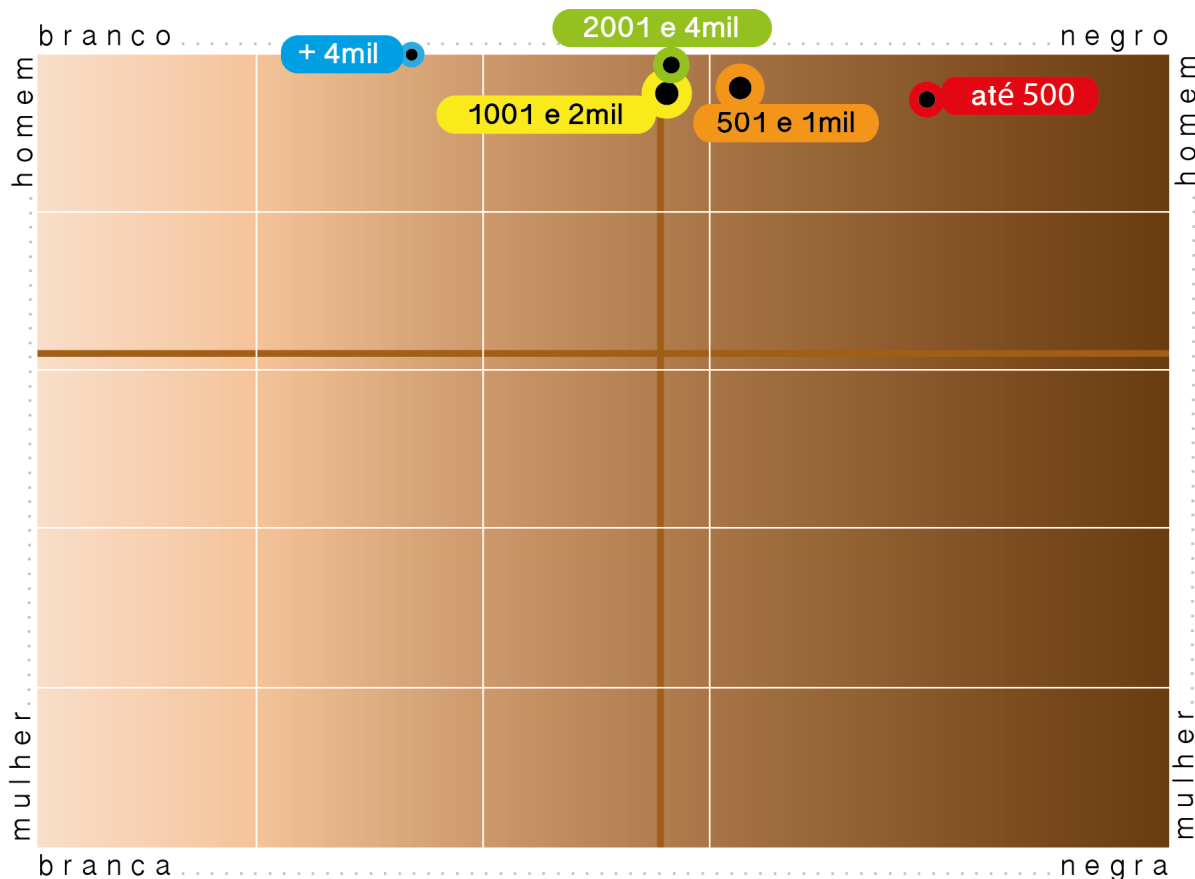


Gráfico 48 - Setor transporte, armazenagem e correio por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Em situação semelhante à maioria dos casos do segmento de logística, os mecânicos e reparadores de veículos (Gráfico 49) também têm importante faixa de renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil. Nesse grupo, contudo, os trabalhadores com renda maior que R\$ 4 mil estão mais distanciados das demais faixas, mais próximos do grupo branco.

Gráfico 49 - Mecânicos e reparadores de veículos a motor por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

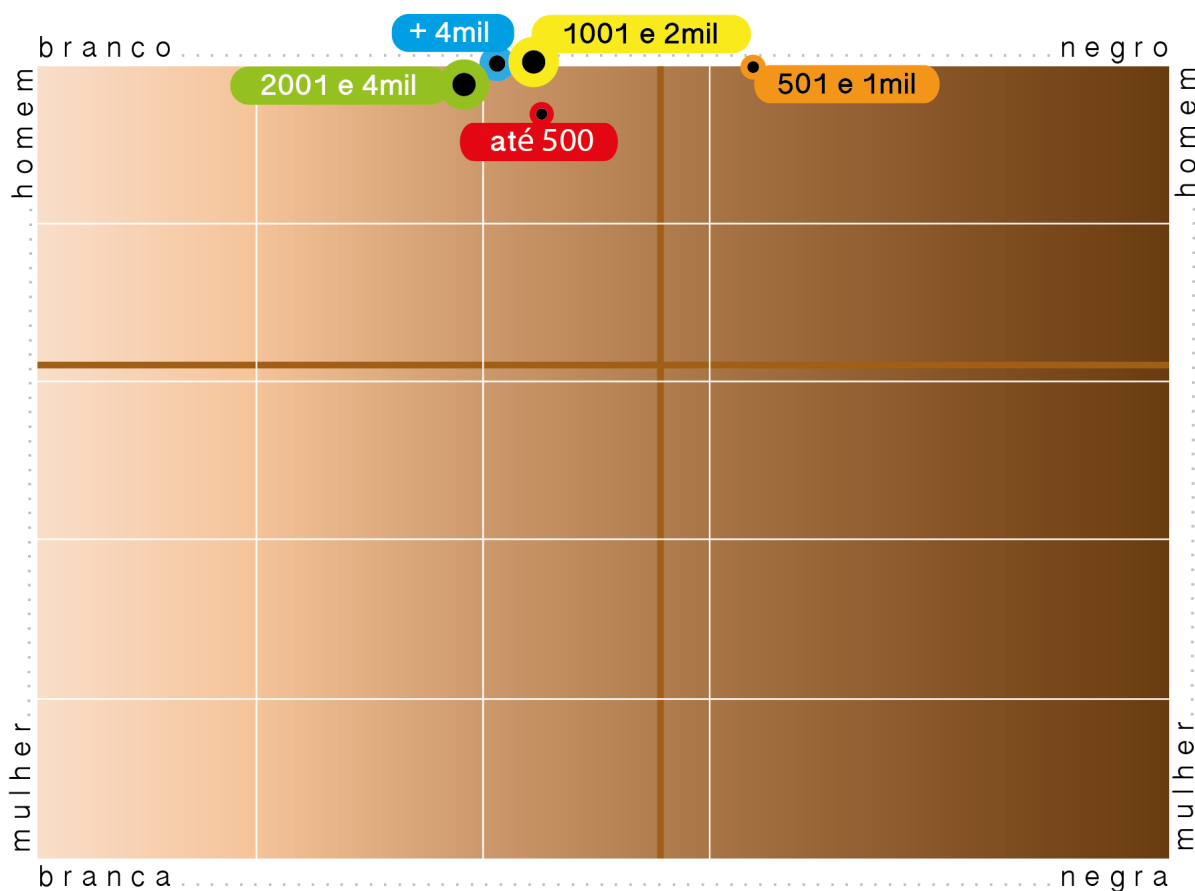


3.3 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por homens brancos

Em termos de acesso à renda, as quatro ocupações por conta própria dominadas por homens brancos são muito diferentes daquelas mais frequentes entre os negros. Essas atividades formam três blocos distintos em que encontram os caminhoneiros, os trabalhadores agrícolas e os de serviço (profissionais de informação e comunicação, finanças, imóveis, administração e outros).

O bloco dos caminhoneiros (Gráfico 50) é uma das poucas ocupações em que a faixa de renda predominante é aquela entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil. Além de quase toda masculina, essa ocupação é bastante concentrada em brancos. Apesar disso, é no grupo dos pardos que se encontram aqueles trabalhadores de renda mais baixa.

Gráfico 50 - Condutores de caminhões pesados por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



O grupo de atividades agrícolas, dominadas por homens brancos, é formado por agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exceto hortas, viveiros e jardins), e pelo setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Gráficos 51 e 52). Nos dois conjuntos de atividades se observa praticamente o mesmo desenho linear da distribuição de renda: há mais trabalhadores no grupo de renda mais baixa, até R\$500,00, formado por pardos; as faixas de renda superiores se deslocam continuamente na direção do polo ocupado pelos mais brancos, onde se encontra a minoria de casos com renda superior a R\$ 4 mil mensais.

Gráfico 51 - Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins) por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

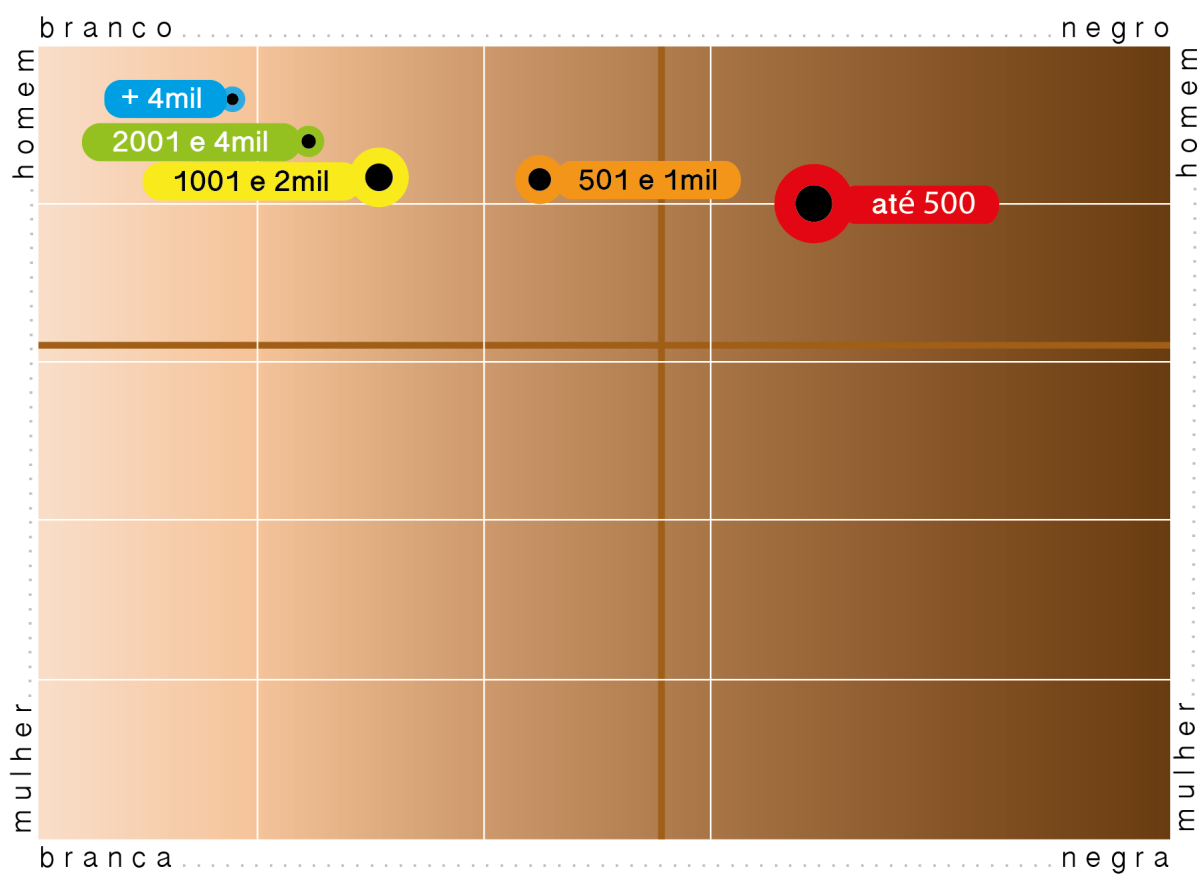
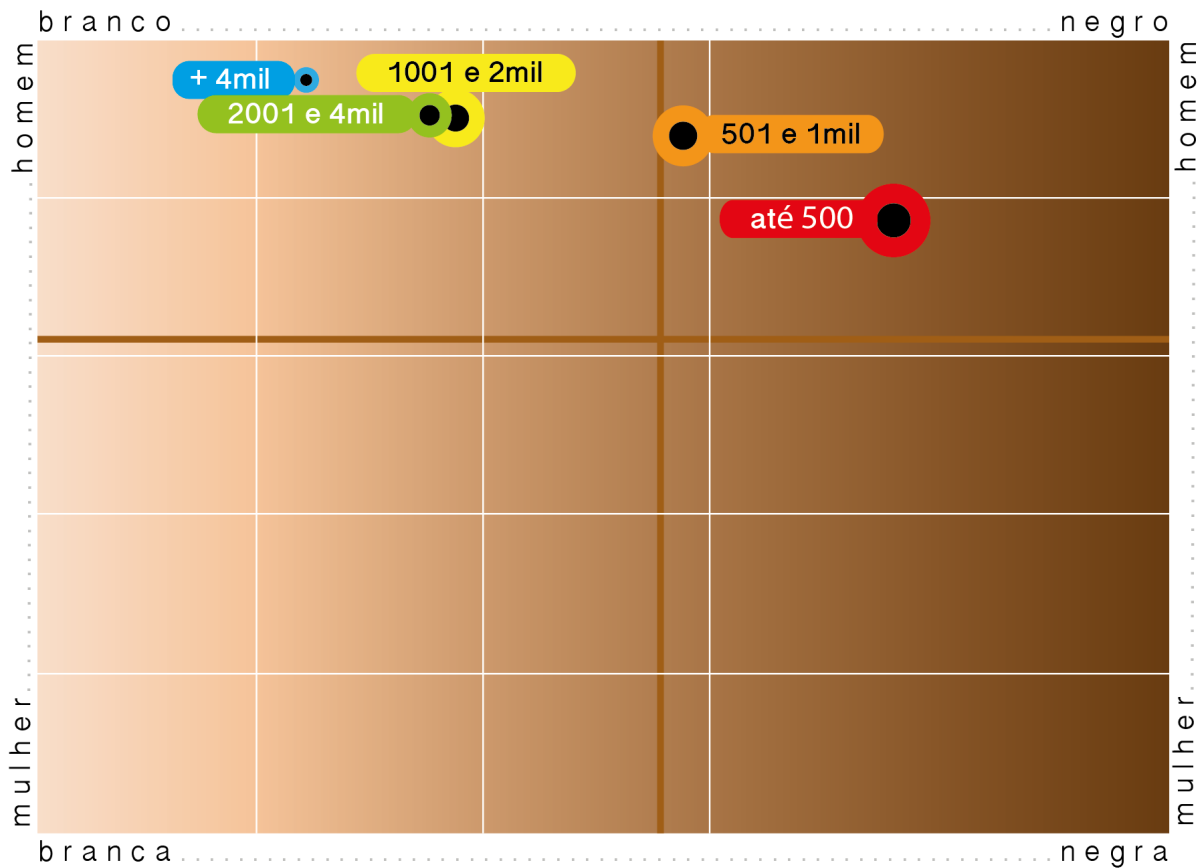
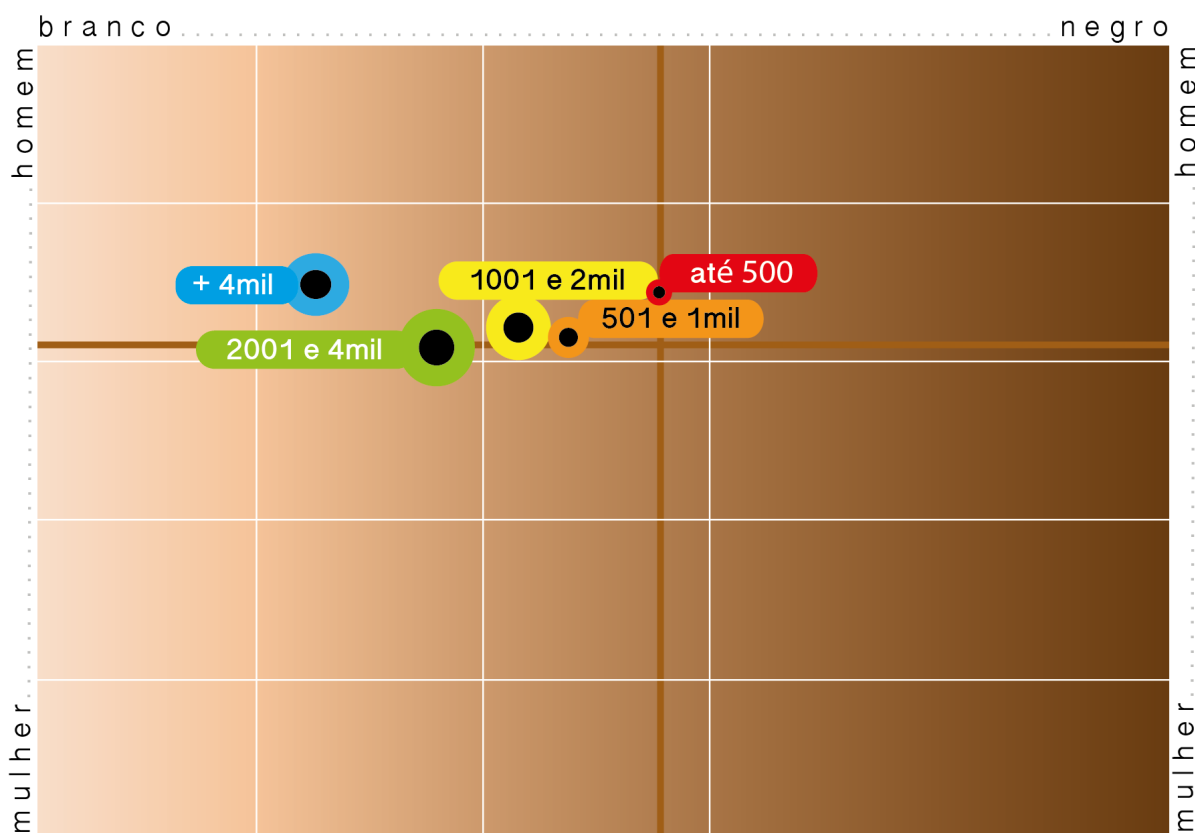


Gráfico 52 - Setor agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Por fim, o segmento que agrupa várias atividades de serviço também guarda duas diferenças importantes em relação aos demais casos estudados neste capítulo. No setor de informação, comunicação e atividades financeiras e nas atividades imobiliárias, profissionais e administrativas (Gráfico 53), há mais mulheres trabalhando que nas outras três categorias aqui analisadas e a faixa de renda predominante é a entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil. Essa faixa está mais próxima dos marcadores de participação feminina na atividade. Apesar disso, e já sem surpresas, a faixa de renda mais alta é mais masculina e branca, enquanto a renda mais baixa concentra homens pardos.

Gráfico 53 - Setor informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

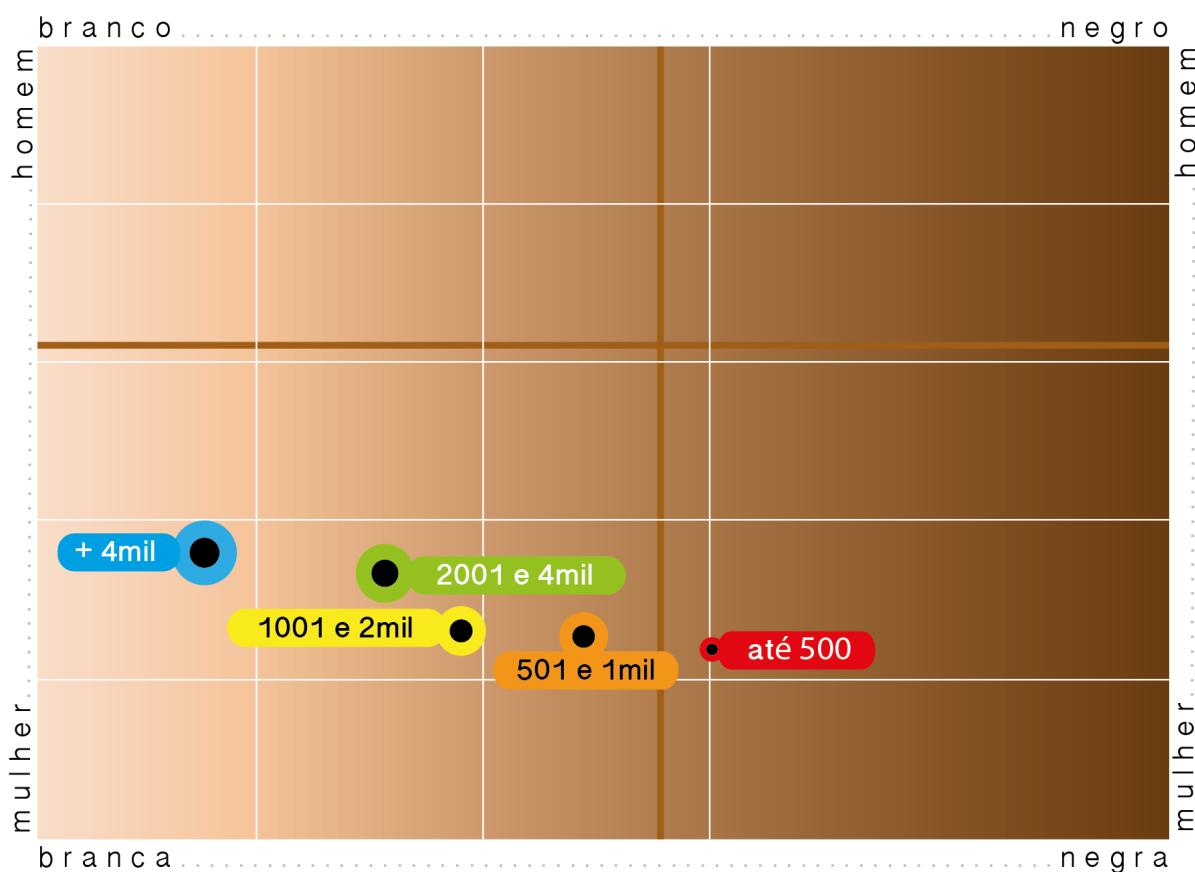


3.4 Distribuição da renda nas atividades por conta própria dominadas por mulheres brancas

Mulheres brancas são o grupo menos representado no trabalho por conta própria, mas elas prevalecem em três conjuntos de atividades, todas no setor de serviços e algumas delas caracterizadas pelo acesso a formação superior.

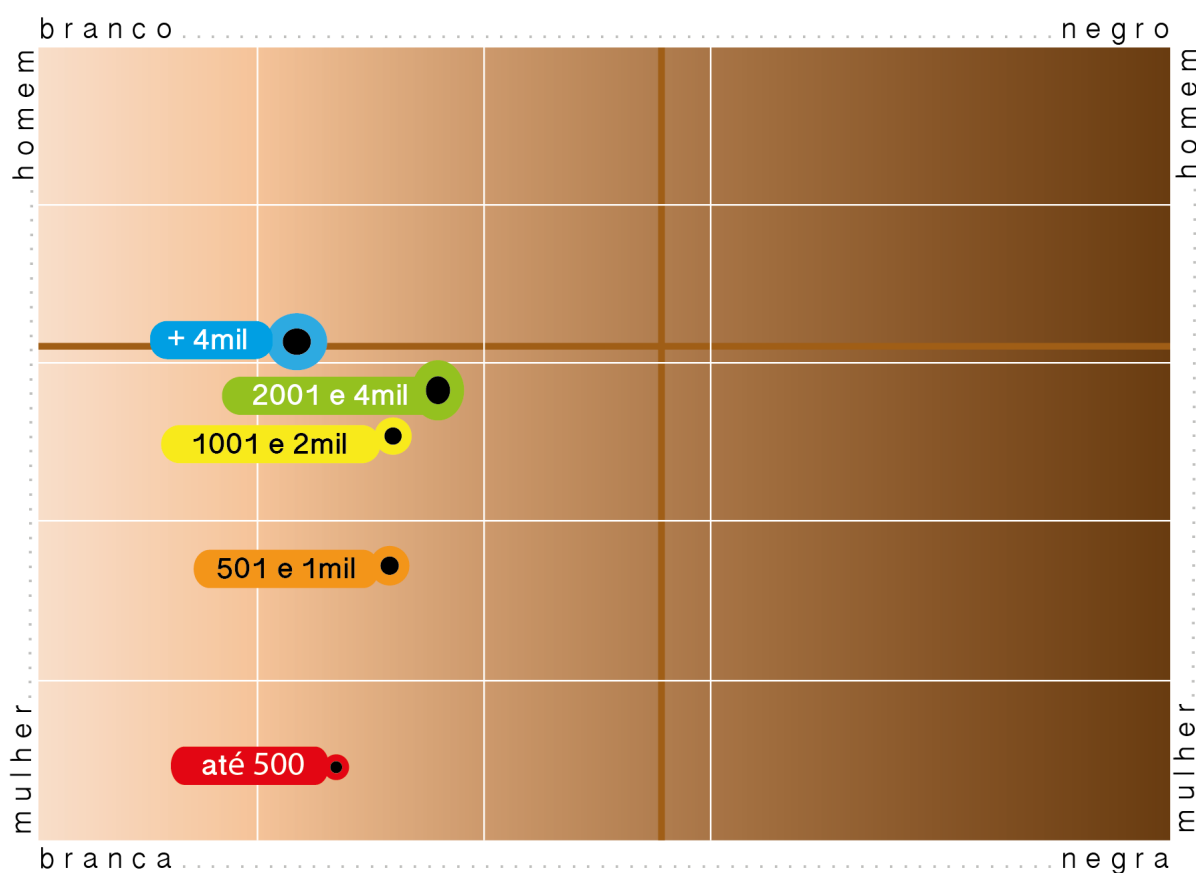
O trabalho no setor de educação, saúde humana e serviços sociais é todo feminino e predominantemente malpago (Gráfico 54). Contudo, o segmento com renda mais baixa é concentrado entre as mulheres pardas, enquanto as demais faixas de renda se distribuem em direção ao polo mais branco. Uma singularidade dessas atividades está no fato de que o segmento de renda acima de R\$ 4 mil é mais numeroso do que na maior parte das categorias analisadas neste capítulo.

Gráfico 54 - Setor educação, saúde humana e serviços sociais por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



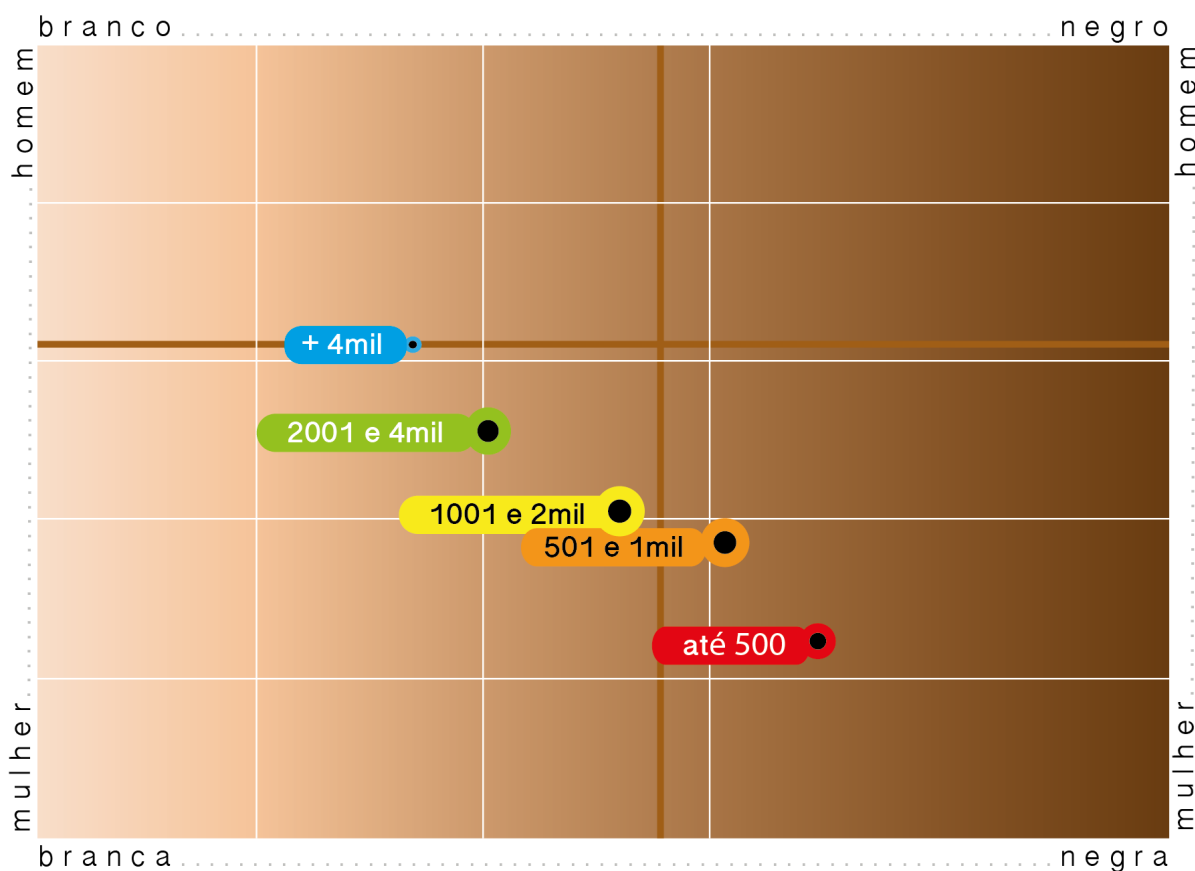
Situação mais incomum no trabalho por conta própria observa-se entre advogados e juristas (Gráfico 55). Embora este grupo tenha importante participação feminina e renda majoritariamente concentrada nas faixas mais altas, aqui o que se destaca é a desigualdade de gênero: são mais masculinos os dois segmentos com renda superior a R\$ 2 mil, enquanto é claramente mais feminino o contingente com renda inferior a R\$500,00 (ainda que pequeno). A notar que essa atividade se encontra inteiramente nos quadrantes brancos, o que indica pequena participação de pardos.

Gráfico 55 - Advogados e juristas por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



A discriminação de gênero e raça se reitera no trabalho por conta própria no setor de outros serviços, grupo também fortemente feminino (Gráfico 56). Nele, a faixa de renda mais alta é concentrada em homens brancos, enquanto a renda mais baixa, bastante majoritária, está com mulheres pardas.

Gráfico 56- Setor outros serviços por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



3.5 Distribuição da renda nas atividades por conta própria mistas em termos de gênero e raça

As atividades comerciais são as mais mistas em termos de gênero e raça, mas isso também se verifica no trabalho por conta própria nos setores de alojamento e alimentação e indústria em geral. Em todos os casos, a diversidade de composição tem relação com o fato de que as categorias são elásticas e dão conta de atividades muito variadas; certamente há divisão sexual e racial do trabalho dentro de cada um desses três segmentos.

O comércio responde por várias categorias do trabalho por conta própria, aqui agrupadas pela semelhança nos padrões de acesso à renda. Um primeiro conjunto corresponde aos grupos de trabalhadores em que a renda mais baixa é mais expressiva e concentrada em mulheres negras, enquanto a renda mais alta, minoritária, se encontra com homens brancos. É o caso de vendedores a domicílio, comerciantes de lojas, e no setor de comércio e reparação de veículos e outros tipos de vendedores (Gráficos 57, 58 59 e 60). Entre vendedores a domicílio, a distância de gênero entre os polos de renda é notável e as mulheres brancas respondem pelos estratos intermediários de renda. Os comerciantes de

lojas são um grupo menos heterogêneo, mas mesmo assim os marcadores de raça e gênero reiteram a distribuição desigual da renda, em desfavor de negros e mulheres. Por fim, no setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, assim como no grupo de outros vendedores formam-se dois blocos bem distantes em termos de acesso à renda; neles, mulheres pardas concentram nas duas faixas de renda mais baixas e, nas outras três faixas, prevalecem homens.

Gráfico 57 - Vendedores a domicílio por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

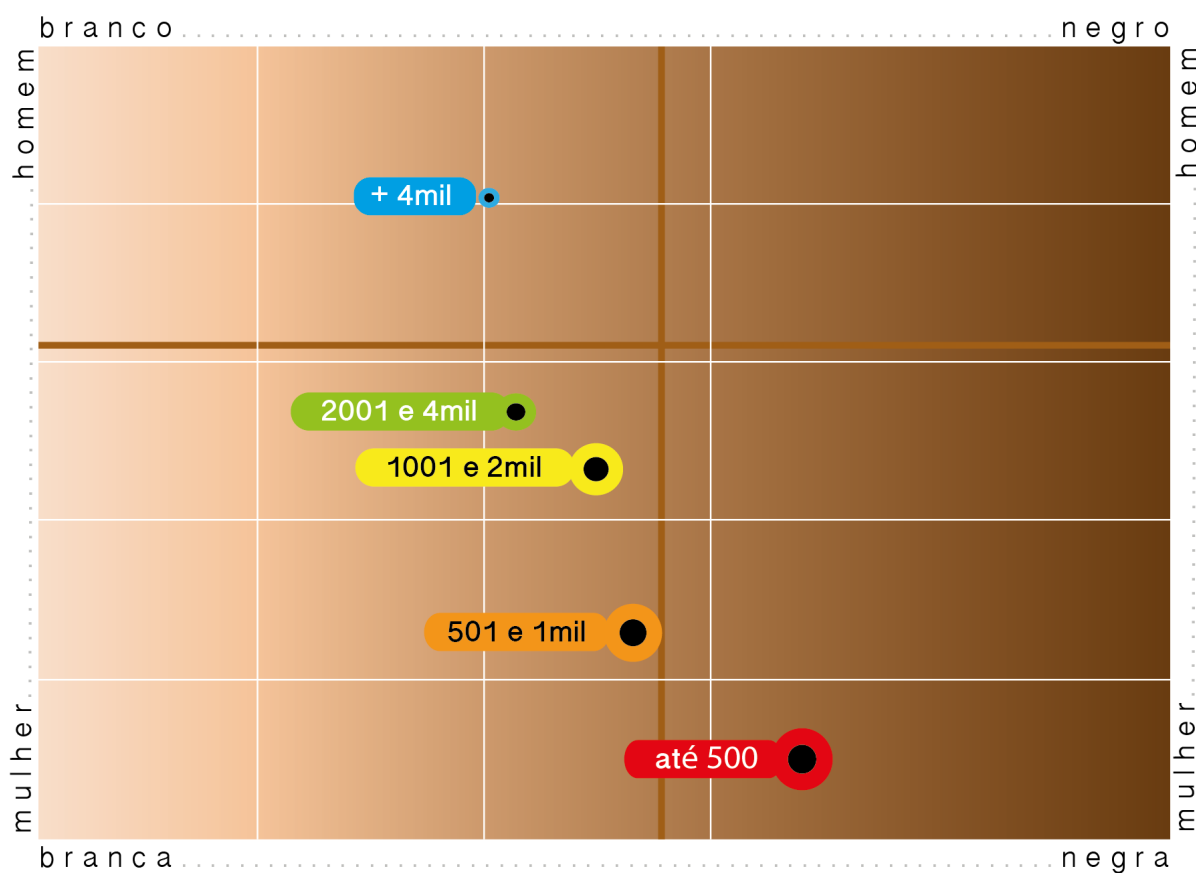


Gráfico 58 - Comerciantes de lojas por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

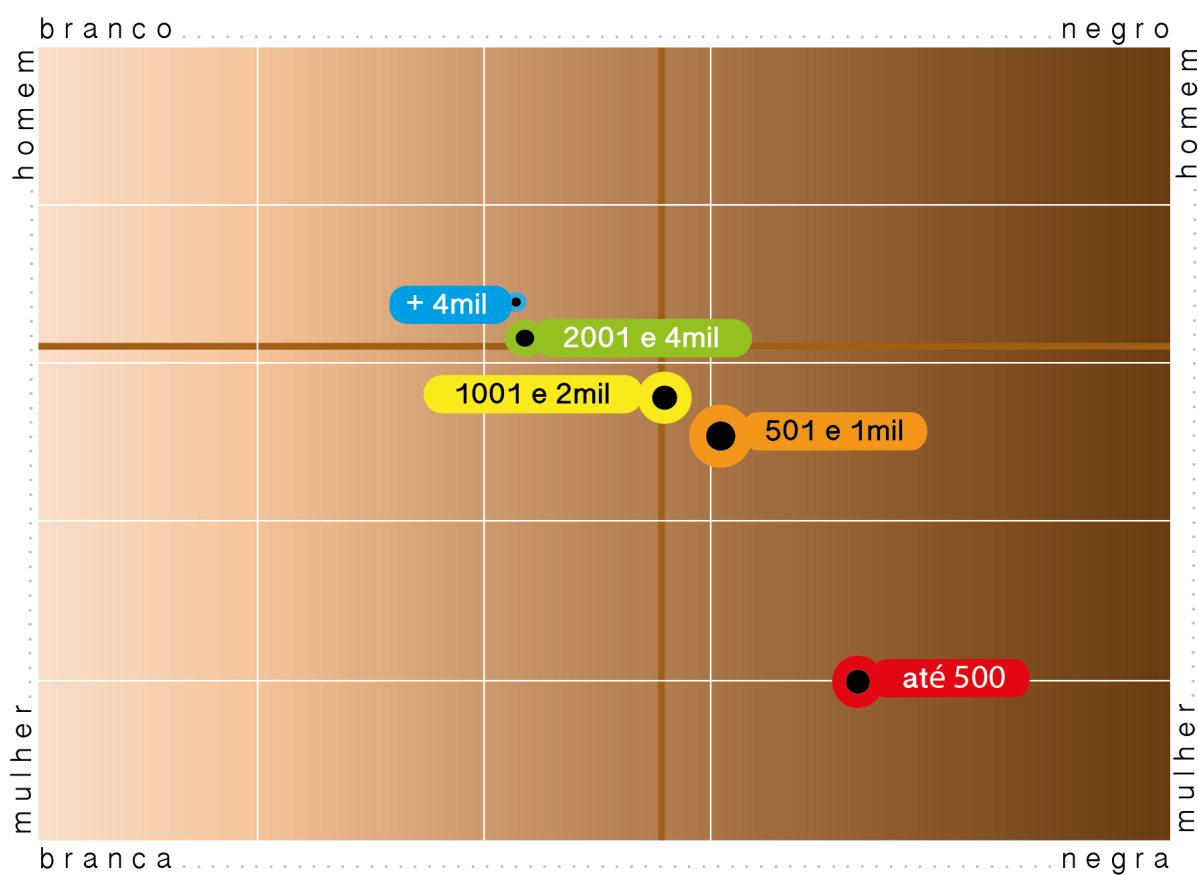


Gráfico 59 - Setor comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

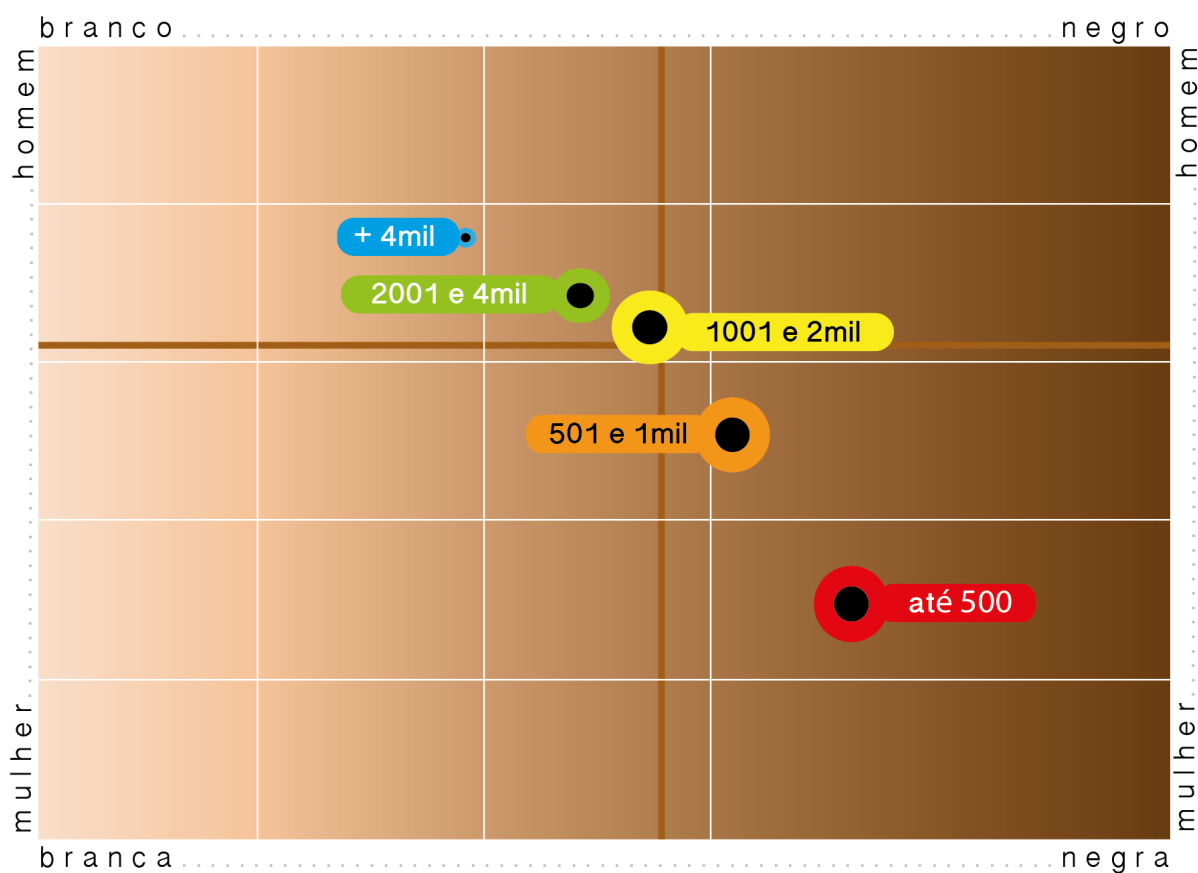
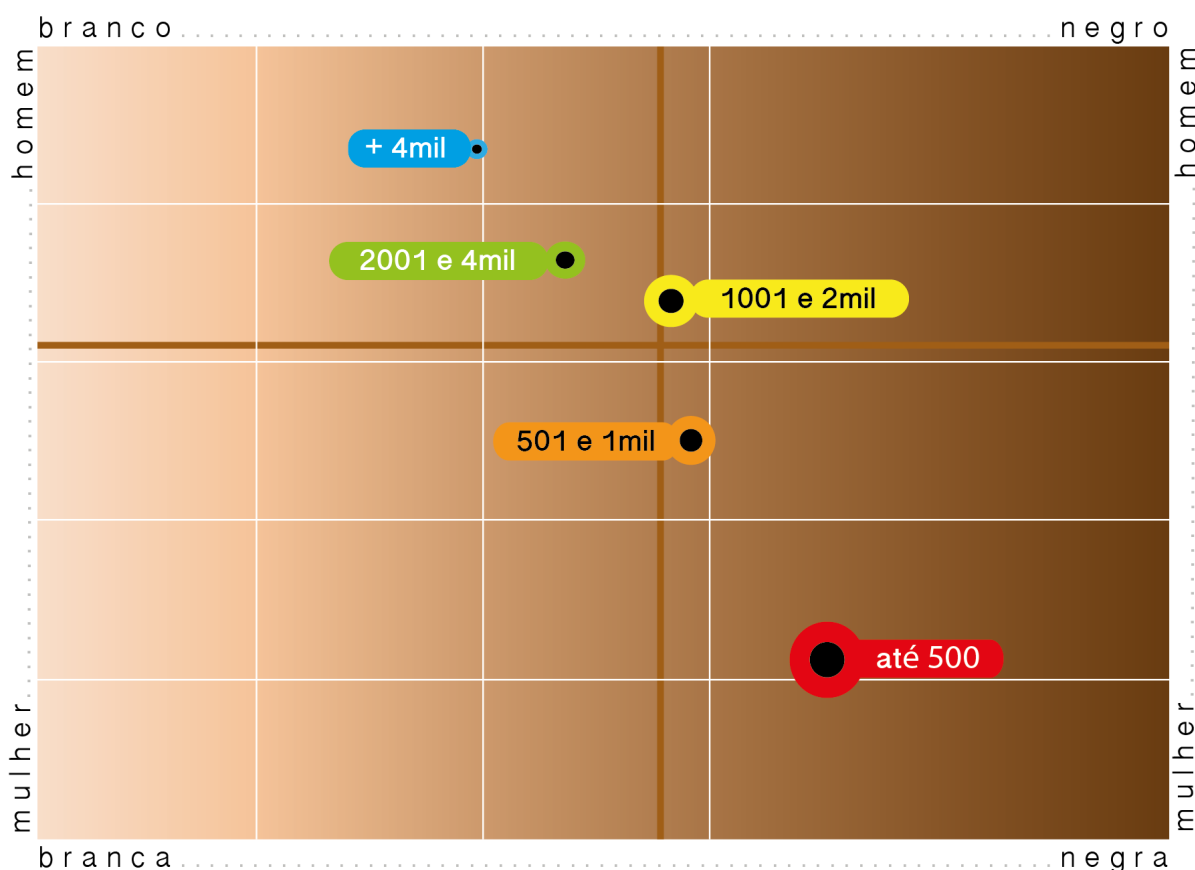


Gráfico 60 - Vendedores não classificados anteriormente por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Os vendedores de quiosques e os ambulantes têm distribuições singulares de acesso à renda por raça e gênero (Gráficos 61, 62 e 63). Os vendedores de quiosques e postos de mercado são majoritariamente negros. A faixa de menor renda concentra maior número de mulheres, o que é quase um padrão no mundo dos conta própria, mas há uma especificidade nessa atividade: o segmento de renda mais alta é negro, o que quase nunca ocorre. Entre os vendedores ambulantes de alimentação, os quatro quadrantes se organizam numa hierarquia de raça-gênero em relação às faixas de renda: nos segmentos mais pobres, mulheres negras; na faixa de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil, homens negros; na faixa entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil, mulheres brancas; e acima disso, homens brancos. Por fim, entre os ambulantes que não trabalham com alimentação, a distribuição do acesso à renda é original: nessas atividades, mulheres brancas têm renda mais alta, enquanto os homens negros dividem os três estratos de renda inferior.

Gráfico 61 - Vendedores de quiosques e postos de mercados por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

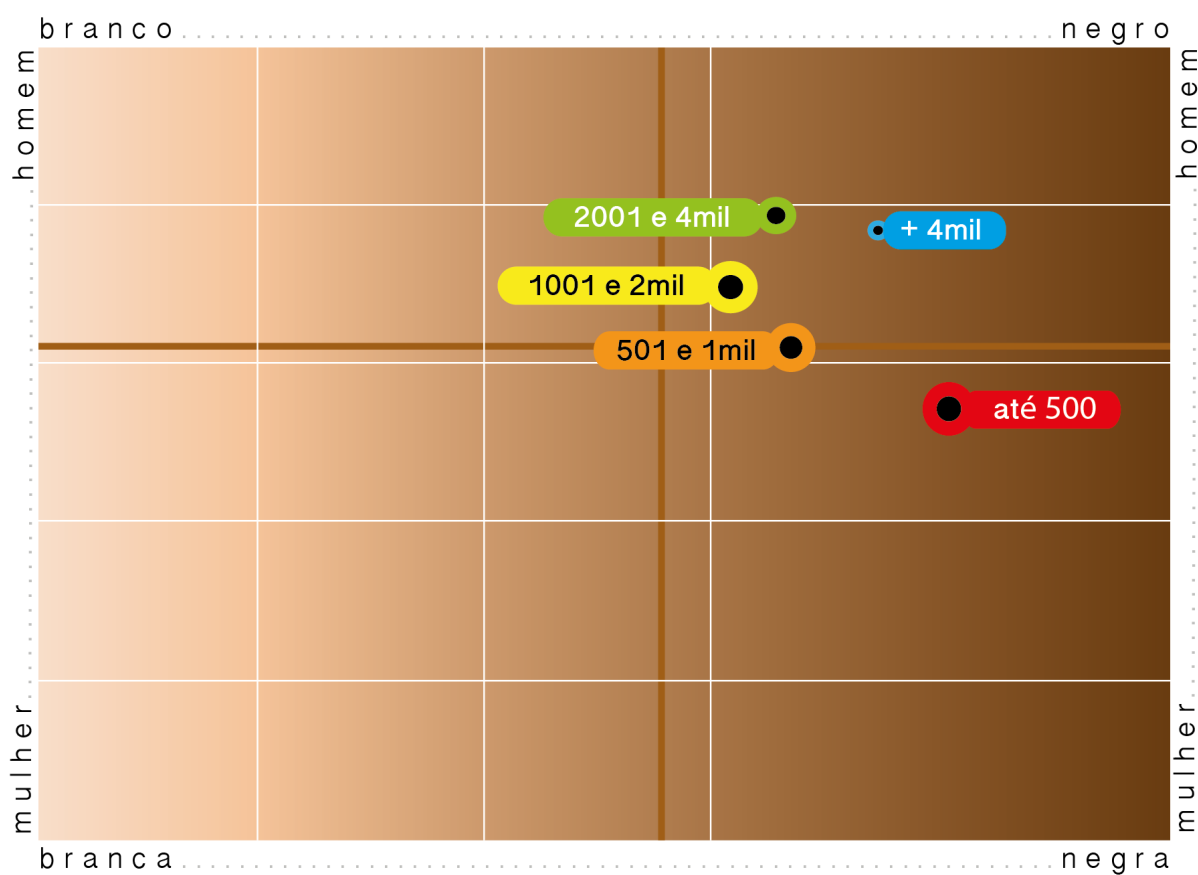


Gráfico 62 - Vendedores ambulantes de serviços de alimentação por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

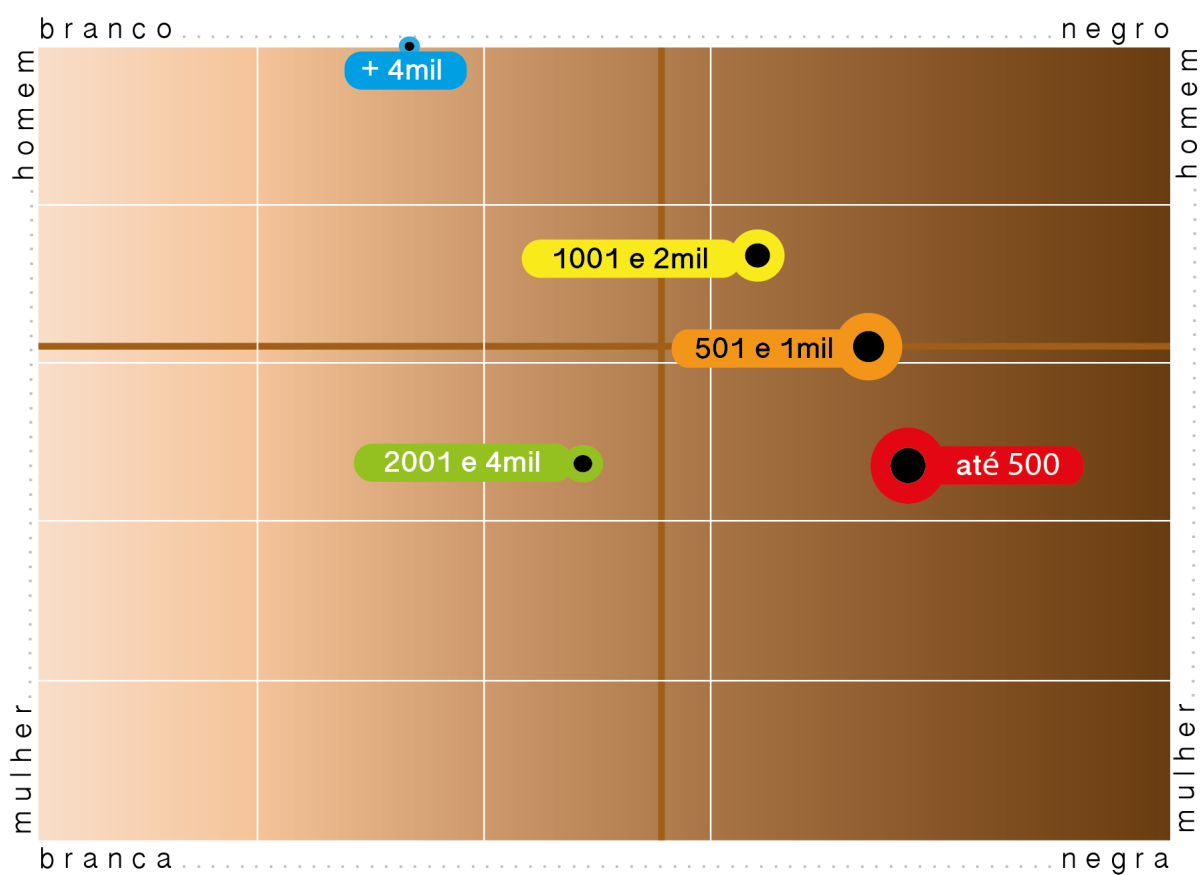
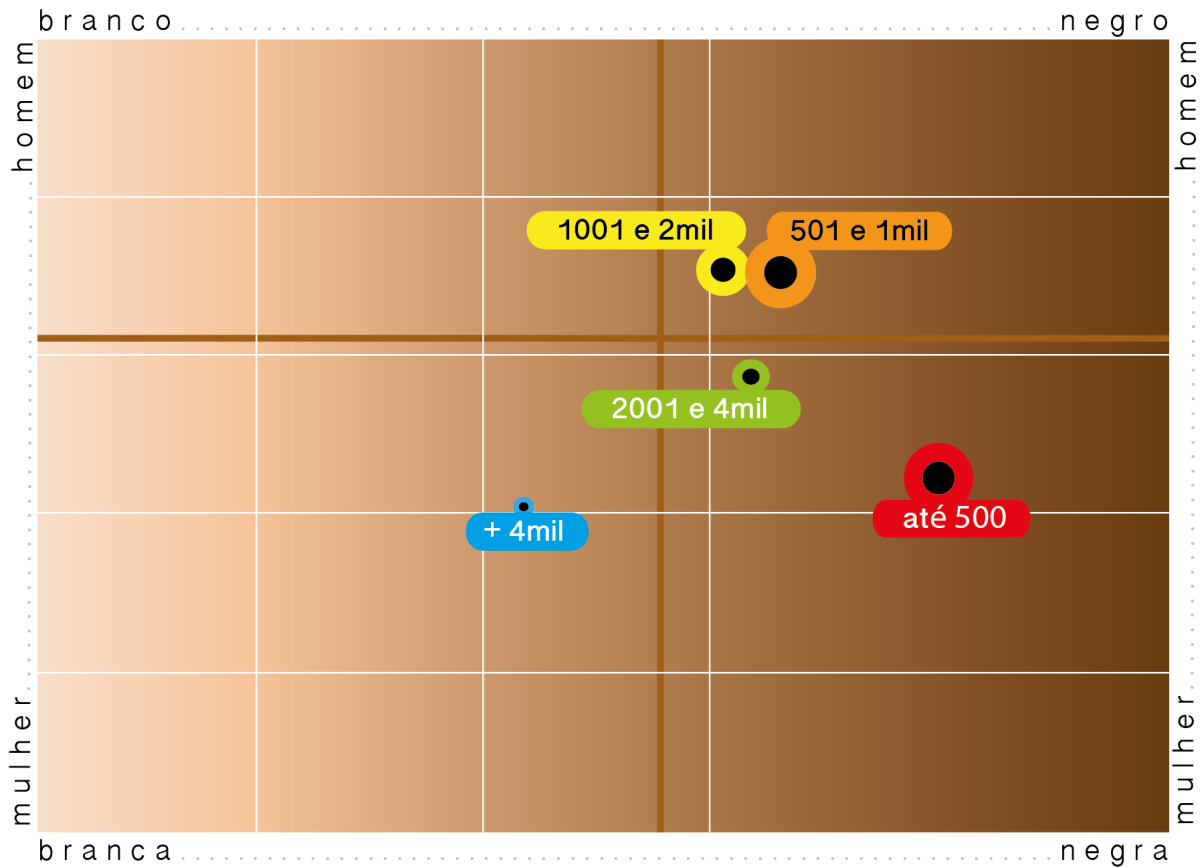


Gráfico 63 - Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação) por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Nas duas últimas categorias (Gráficos 64 e 65), repetem-se as distribuições mais comuns no comércio. Entre os conta própria dos setores de alojamento e alimentação e na indústria, as faixas de renda mais expressivas são aquelas até R\$ 500,00 e entre R\$ 500,00 1 mil e são ocupadas por mulheres pardas. Em alojamento e alimentação, as faixas intermediárias são concentradas em mulheres, mas a faixa superior é de homens brancos. Na indústria, todas as faixas acima de R\$ 1 mil são concentradas por homens brancos.

Gráfico 64 - Setor alojamento e alimentação por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)

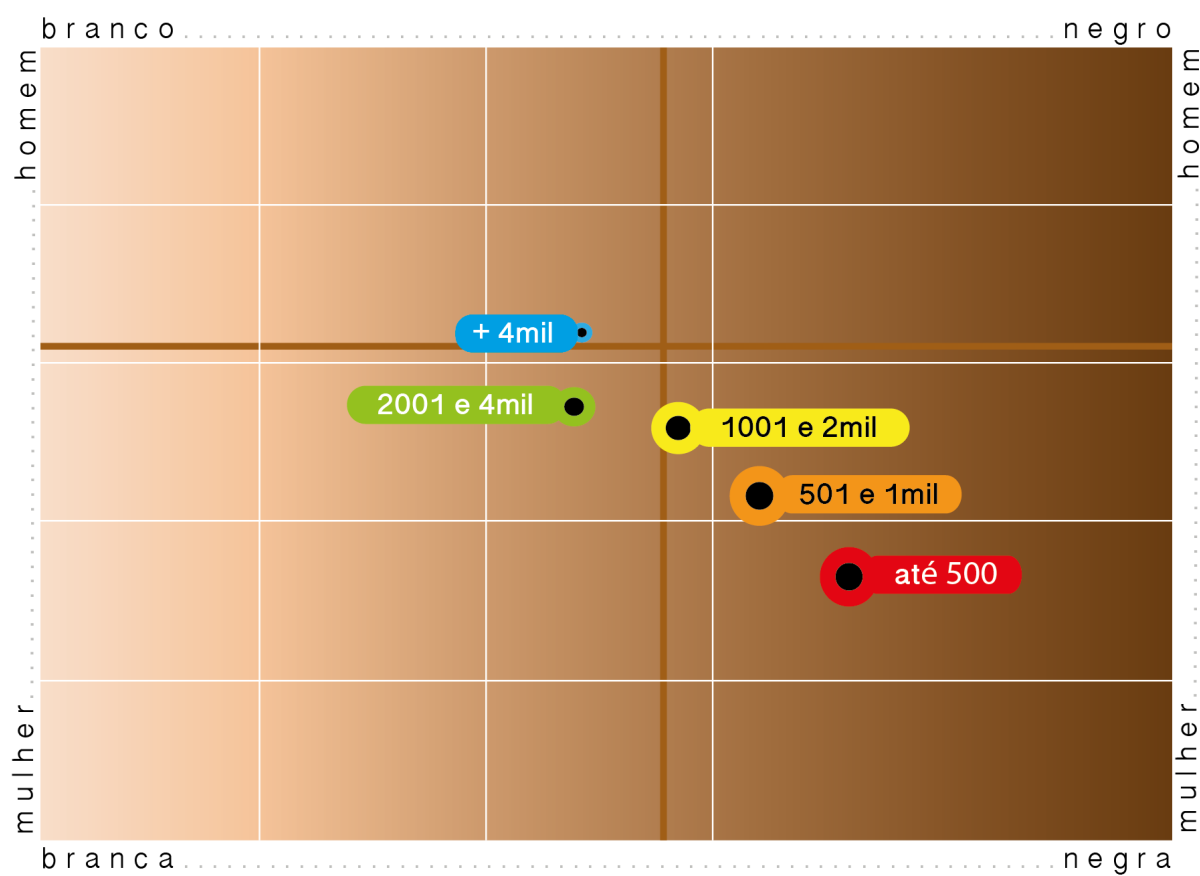
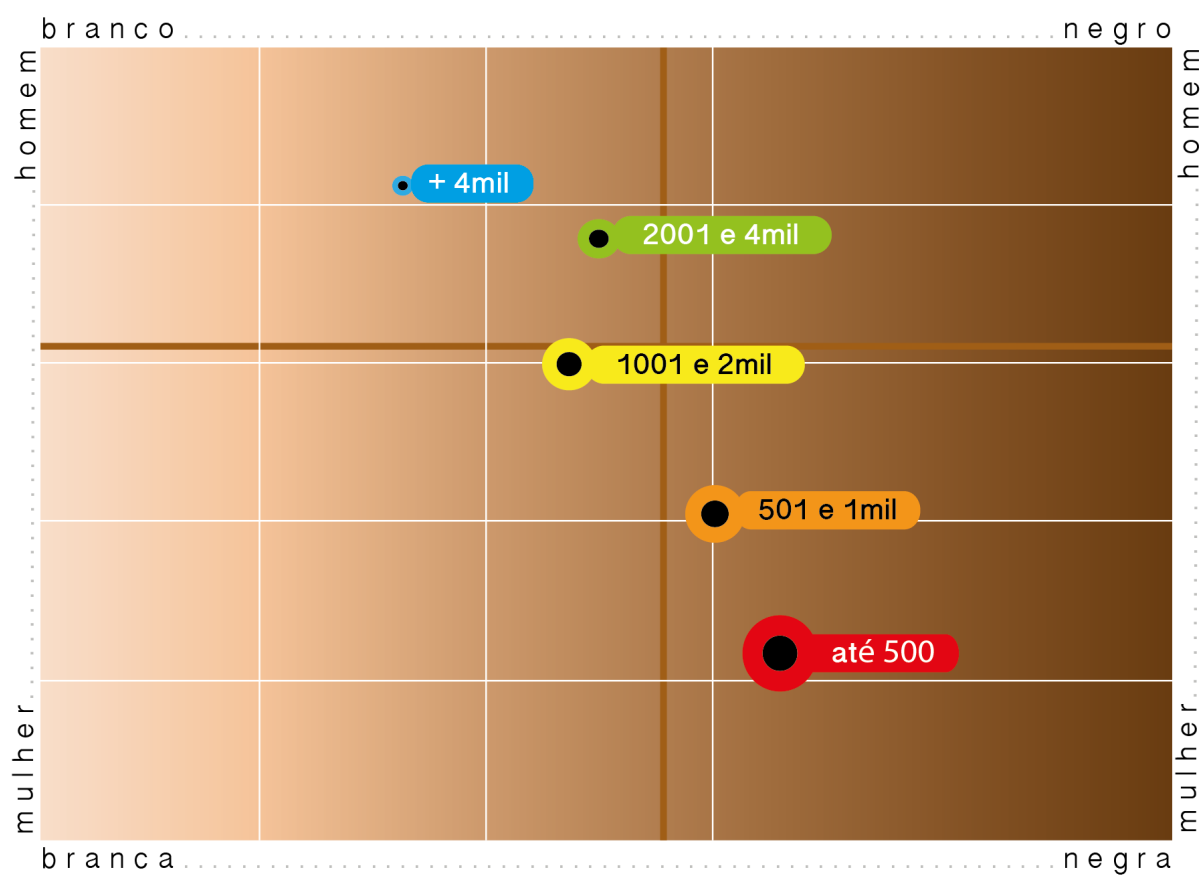


Gráfico 65 - Setor indústria geral por faixas de renda, gênero e raça-cor (Brasil urbano, 2019)



Conclusões

Neste relatório, demonstramos como desigualdades estruturais incidem sobre o trabalho por conta própria no Brasil, importante indicador das características da informalidade no país. Nos dados da PNAD-C, observamos que:

- a) desigualdades de raça, gênero, regionais e de classe demarcam o perfil sociodemográfico dos conta própria: a renda, o grau de formalização e o nível de escolaridade são mais altos entre brancos (especialmente homens) da região Sul; quanto menor a renda e a escolaridade e quanto mais informal, maior a prevalência de negros (especialmente mulheres) da região Nordeste;
- b) tais desigualdades incidem sobre a distribuição de renda no trabalho por conta própria: no Brasil e em cada uma de suas regiões, negros e em particular mulheres negras são mais presentes nas faixas de renda mais baixas, enquanto brancos, e sobretudo homens, prevalecem nas faixas mais altas;
- c) as diferenças regionais consagram variações nas desigualdades: com menos negros em sua composição social, no Sul a renda dos conta própria está mais concentrada em homens brancos; no Norte e no Centro-Oeste, a discriminação de gênero é mais marcante que a de raça nas faixas de renda mais altas; o Nordeste, de maior população preta e parda, é a única região com significativa presença de negros e negras nas faixas de renda mais alta, mas ainda assim é nessas faixas que brancos têm representatividade nessa região (não nas de renda mais baixa);
- d) as atividades e setores por conta própria são fortemente marcados por divisão sexual de trabalho: entre as ocupações mais frequentes, 11 são predominantemente masculinas, 8 são femininas e 9 são mistas; em quase todos os casos, a renda se distribui de modo desigual, em favor dos grupos brancos.

Tais constatações favorecem refinamentos conceituais e interpretativos sobre a economia popular e apontam desafios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do país. (Algumas teses daí derivadas serão apresentadas a seguir, em elaboração provisória).

Os dados aqui apresentados dão substância empírica às hipóteses propostas por Adalberto Cardoso sobre a permanência de traços estruturais do passado escravista na construção da sociabilidade capitalista no Brasil. Em seu livro sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, este autor observa que a implantação do capitalismo no país se sobrepôs à longa duração de um ordenamento social “muito rígido em suas práticas e em seu imaginário”, marcado por quatro características cuja duração se estenderia no tempo:

- a) a desqualificação do negro e dos brasileiros como trabalhadores aptos ao novo modo de produção;
- b) a degradação do trabalho manual, visto como condenação ou como indigno, próprio apenas para seres degradados;

- c) o encastelamento da elite econômica em posições de poder, temerosa das maiorias, vistas como inimigas potenciais e tratadas com violência quando emergiam na cena pública; e
- d) a permanência “de uma estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda recompensa” (CARDOSO, 2019, p. 68).

As discriminações cruzadas por raça-cor, gênero, território e classe reportam-se à longa duração do ordenamento social colonial e são reiteradas mesmo nas transformações dinâmicas do mercado de trabalho. Estudo recente sobre o impacto da reforma trabalhista de 2017 sobre o sindicalismo no Brasil constatou que “há uma dinâmica de gênero articulada ao processo de deterioração do mercado de trabalho. A divisão sexual do trabalho se expressa tanto nas características dos postos que estão sendo criados quanto na forma de inserção de ambos os sexos” (GALVÃO; KREIN; TEIXEIRA, 2019, p. 256). E detalhou:

Diante da crise, as mulheres são forçadas a ingressar em trabalhos mais flexíveis como forma de compatibilizar as responsabilidades domésticas e familiares que lhes são atribuídas. A ausência de políticas, decorrente da redução do orçamento público, impõe às mulheres, **especialmente as negras**, a opção de se inserir em trabalhos precários, informais, realizados, na maioria das vezes, no âmbito dos domicílios (GALVÃO; KREIN; TEIXEIRA, 2019, p. 256, grifo nosso).

A análise em perspectiva interseccional permite observar não apenas que o conjunto de trabalhadores por conta própria não conforma um todo homogêneo, visto que está atravessado por segregações que colocam em posição subordinada às populações negra e feminina no mercado de trabalho, mas que esta heterogeneidade se demonstra particularmente complexa. Entre negros/as, as mulheres estão em posição de desvantagem salarial, assim como entre o grupo social mulheres, são também elas as que encontram-se na base desprivilegiada da pirâmide dos rendimentos. O que demonstra que os enfoques excludentes (ou de classe, ou de gênero, ou de raça) são insuficientes para a adequada caracterização deste segmento de trabalhadores/as.

Em termos conceituais, esses achados estimulam a observação das economias populares como um fenômeno plural, em que práticas individualistas conflitam com ações solidárias; discriminação racial e de gênero contrasta com ações antirracistas e feministas; formalidade e informalidade se misturam em variadas combinações; atividades ou ocupações se desenvolvem de modo diferente em pontos distintos do território, frequentemente em relação com a história e a cultura de cada região. Não à toa Verônica Gago nomeia essas experiências como “economias barrocas”, o adjetivo reforçando a ausência de uniformidade, a multiplicidade de práticas e agentes, mas também a longa duração do fenômeno e sua inserção, às vezes como enclave, no espaço urbano.

Economias barrocas “misturam lógicas e racionalidades geralmente vistas como incompatíveis pelas teorias econômicas e políticas”; trata-se de um conjunto de “modos

entrelaçados de fazer, pensar, perceber, lutar, trabalhar, que supõem a sobreposição de termos não reconciliados e em permanente recriação” (Gago, 2018, p. 29). O uso específico de “barroco” para caracterizar a economia popular por Verónica Gago “refere-se à composição estratégica de elementos microempresariais, com fórmulas de progresso popular, com capacidade de negociação e disputa de recursos estatais e eficazes na sobreposição de vínculos de parentesco e de lealdade ligados ao território, assim como formatos contratuais não tradicionais” (Gago, 2018, p. 29).

Verónica Gago propõe novo olhar para a informalidade. Primeiro, sugere abandonar a tradição de definição negativa do informal, que tem por referência a distinção legal/ilegal. Uma abordagem positiva reforçaria seu caráter de inovação e, portanto, “sua dimensão de práxis que busca novas formas. O informal nesse sentido não se refere àquilo que não tem forma, mas à dinâmica que inventa e promove novas formas – produtivas, comerciais, relacionais etc. – colocando o eixo no momento processual de produção de novas dinâmicas sociais” (Gago, 2018, p. 29-30). Segundo, a autora sugere analisar

o informal como fonte de incomensurabilidade, isto é, como dinâmica que põe em crise a mediação objetiva do valor criado por essas economias. O informal se refere, assim, ao transbordamento, por intensidade e sobreposição, de elementos heterogêneos que intervêm na criação de valor, obrigado a inventar também novas fórmulas de convenção do valor e a produzir mecanismos de reconhecimento e inscrição institucional (Gago, 2018, p. 30).

Tal enquadramento favorece a observação da pragmática vitalista dessas iniciativas, ou seja, “sua capacidade de construir, conquistar, liberar e também defender o espaço, ou seja, uma produção de espaço que implica e envolve uma temporalidade” e “[...] um conjunto de modos de fazer que se compõe pragmaticamente para se afirmar e perseverar” (id., ib.).¹⁴

Assim, constitui um erro identificar genericamente os trabalhadores por conta própria com a categoria de “empreendedores”, como fizeram analistas do Sebrae, formuladores de política pública e alguns intelectuais ao longo dos anos 2000. A análise interseccional dos dados disponíveis reforça a percepção de que esse segmento da economia popular opera como um circuito inferior integrado de maneira dependente ao circuito superior da economia (Diniz, 2016; 2019). É certo que parcela pequena e mais estruturada dessas atividades e ocupações justificaria sua identificação com o “empreendedorismo” – ainda assim, seria indispensável compreender como as desigualdades regionais, de raça, gênero e classe

¹⁴ “A situação contemporânea é caracterizada pela emergência de novas formas de atividades dependentes que mesclam de um modo inédito uma liberação das normativas de dependência fordista com novas formas de servidão aos vaivéns do mercado (Virno, 2003a). Nesse ponto, a multiplicação da realidade do trabalho é replicada na multiplicação de planos, escalas e dimensões que tornam heterogêneo o espaço global cortado por distintos movimentos migratórios que alteram a divisão internacional do trabalho (Mezzadra & Neilson, 2013). Assim, o atual impulso capitalista logra competitividade e dinamismo para articular-se de modo flexível com práticas, redes e atributos que historicamente caracterizaram os fluxos de trabalho não remunerado. Isso permite pensar os mercados de trabalho como um conjunto “pluriarticulado”, em que convivem formas mistas e híbridas, sempre em “contraponto” com um ideal homogêneo de assalariamento” (Gago, 2018, p. 42-43).

constituem obstáculos que distinguem os conta própria (“empreendedores de si”) uns dos outros e do restante do mundo do “empreendedorismo”. A mulher branca de classe média casada e sem filhos que abre seu negócio como profissional liberal (uma psicóloga ou uma personal trainer, por exemplo) dispõe de capital social, cultural e financeiro que favorecem a consolidação do empreendimento; faz sentido compará-la ou incluí-la na mesma categoria analítica que a mulher negra pobre que vende na calçada fatias de bolo com café para sustentar os filhos que cria sozinha?

O conceito de trabalhador por conta própria tem, portanto, relação bastante problemática com o de empreendedor. Enquanto o IBGE contabiliza conta-própria por parâmetros econométricos (Registro de CNPJ, capacidade de produção, empregados remunerados etc.), a noção de Microempreendedor Individual (MEI) está relacionada com o impacto previdenciário e com a integração da atividade à economia formal. Essa dualidade está longe de encerrar o assunto. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores examinaram interfaces entre empreendedorismo e economia solidária. Em trabalho sobre um modelo alternativo ao microempreendedorismo, problematiza-se se a lógica do indivíduo isolado, egoísta e calculista do liberalismo clássico seria a única lógica disponível para se pensar o mundo dos microempreendedores:

Assim, reconhecer a existência de padrões de empreendedorismo que não compartilham os atributos do modelo típico não implica a análise em separado dessas realidades. Convém, preferencialmente, tratá-las como processos interligados suscetíveis de conduzir a variantes ou a outros modelos, o ponto de interesse consistindo em examinar as razões desses afastamentos e aproximações, bem como seus efeitos sobre as iniciativas de pequeno porte (Correia; Gaiger, 2010, p. 209)

Resgatando as argumentações anteriores, investigamos as possibilidades do “empreendedorismo de quebrada” abarcar tanto as características formais do MEI¹⁵ quanto as potencialidades da Economia Solidária¹⁶, devido a sua já demonstrada imbricação entre setor formal e informal, não-linearidade e carga política (ainda não explorada em abundância pela bibliografia especializada). O olhar sobre práticas cooperativas e colaborativas advindo dos discursos dos ativistas do “empreendedorismo de quebrada” é uma aposta nas astúcias decoloniais que os agentes são capazes de produzir para se virarem nos arranjos produtivos já existentes diante das políticas públicas convencionais – identificar as lacunas, os “atores invisíveis”, os “valores de inovação social” dá margem a um horizonte teórico que deseje

¹⁵ Arruda (2017) realizou revisão sistemática da literatura sobre trabalho informal no Brasil e o programa Microempreendedor individual. No entanto, a autora se ateu aos artigos, deixando dissertações e teses de fora da amostra. Silva (2017b) analisa a implementação do MEI no litoral do Paraná e argumenta que é a forma pela qual o Estado tenta minimizar os efeitos da exclusão social, de forma ilusória, contudo. Enquanto o estudo de Vasconcelos (2018) fala da insuficiência da política do microempreendedor individual, salientando a ausência de políticas específicas para as mulheres e os jovens – os atores mais vulneráveis por terem as menores chances de contribuir para a previdência e ter inscrição no CNPJ.

¹⁶ Sobre a origem, ramificações e problemas concretos da Economia Solidária, cf Arcoverde, Souza e Fragoso (2006); Paulino (2008); Laville (2009); Calbino e Paulo (2013) e Santos, Maciel e Sato (2014).

ultrapassar os binômios que impedem os estudos sobre a informalidade de prosseguir seu caminho crítico: da constatação da exclusão à análise de alternativas concretas.

Sibelle Diniz observou que a elevação da economia popular, “de componente precário das redes globais a componente fundamental de uma economia plural, não se dará sem transformações profundas nos mecanismos de regulação que regem as relações cotidianas e as orientações das políticas públicas” (Diniz, 2019). Para a autora, a agenda de transformações passa:

- a) por um reconhecimento da economia popular como parte relevante de nossos processos sociais e econômicos;
- b) por uma discussão das possibilidades efetivas de melhorias das suas condições produtivas, e que se pautem em formas endógenas de produção de conhecimento e de solução das necessidades;
- c) pelo reconhecimento e fortalecimento das redes e das relações com a economia empresarial e com a economia do setor público, em bases não exploratórias (Diniz, 2019).

É esse o sentido das próximas etapas de investigação deste projeto de pesquisa, que pretendem suprir as lacunas deixadas por técnicas quantitativas como a utilizada nesta etapa. Ler os dados da PNAD-C em perspectiva interseccional nos permitiu chegar às conclusões resumidas acima, mas em todo estudo quantitativo grandezas escondem a diversidade. A realização de entrevistas em profundidade com ativistas do “empreendedorismo de periferia”, próximo passo do projeto, deve ajudar-nos a avançar em quatro desafios:

- a) compreender a informalidade em sua diversidade; ver em seu caráter múltiplo e contraditório não um obstáculo ao desenvolvimento, mas uma potência; não um alinhamento acrítico à razão neoliberal, mas um conjunto de éticas e práticas astuciosas que com ela conflitam (em linha com os estudos de Verónica Gago e Rosana Pinheiro-Machado);
- b) formular uma tipologia do contaproprio capaz de distinguir estratégias de vida com foco em autoemprego (em serviços ou logística, por exemplo), em produção ou comércio, nas diferentes escalas que conectam essas três formas básicas aos circuitos superior e inferior da economia e nas diferentes intersecções possíveis entre essas formas;
- c) identificar os pontos de conflito entre as lógicas que orientam a vida “por conta própria” (a despeito do nome, assentadas em experiências comunitárias e familiares fundamentais para assegurar a longevidade desse tipo de trabalho) e a razão neoliberal; e
- d) formular políticas para o setor (em linha com a argumentação de Diniz, por exemplo) fora da angulação convencional, que comprime o trabalho por conta própria nos binômios formal/informal, superior/inferior e, em função disso, só fixa o trabalho assalariado protegido por contrato como horizonte de alternativa aos contaproprios. Embora os contratos de trabalho assalariado sejam vantajosos para grande número de trabalhadores, não o são em outros

casos, para os quais soluções mais adequadas à vida dos conta própria seriam mais adequadas.

No que se refere às políticas públicas, algo já é possível vislumbrar a partir da revisão bibliográfica aqui considerada, somada ao estudo quantitativo. O desafio óbvio é suprimir as desigualdades de acesso às oportunidades de educação formal, que prejudicam negros e negras há séculos. Além disso, a interseccionalidade das dinâmicas de desigualdade cria desafios importantes. Não basta formular ações voltadas ao desenvolvimento econômico do segmento mais precário da força de trabalho (os conta própria informais) sem considerar a integração dessas ações a políticas de combate às desigualdades de gênero, raça e região (cf. CEPAL, 2016; 2017; 2018). Brancos e negros, homens e mulheres, do Sul-Sudeste ou do Norte-Nordeste enfrentam obstáculos diferentes, associados a sua condição de raça, gênero e à pertença a um território. Políticas de desenvolvimento focadas no apoio à economia popular (em suas conexões com os circuitos superior e inferior da economia) serão mais efetivas se se voltarem às mulheres negras e se estiverem combinadas a ações de apoio à organização coletiva para combate às discriminações racial e de gênero.

Referências

ARCOVERDE, Ana C.B; SOUZA, Izabel L.de; FRAGOSO, Natacha de Melo. Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. Revista da ABET, V. IV, Nº 2, jul/dez 2006 Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15716> acesso 01 de fev 2020

ARRUDA, Valdivanda Carneiro. Da informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI): uma revisão sistemática. 12/12/2017 31 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CALBINO, Daniel; PAULA, Ana P.P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 10, n.14, p. 371-397, jul/dez. 2013. Disponível em <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo> Acesso em 24 de fev 2020.

CARDOSO, Adalberto. Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil. Sociologia & Antropologia, v. 6, p. 321-349, 2016.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019. v. 1. 485p.

CARVALHO, Andreia Ricci da Silva. Existe relação entre desigualdade social e pobreza, baixo nível educacional e informalidade no mercado de trabalho: uma análise estatística e econométrica para o Brasil. 06/03/2018 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento), Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2018

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. La matriz de la desigualdad social en América Latina. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2016.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2017.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: Deudas de igualdad. Santiago (Chile): Nações Unidas, 2018.

CHEN, Martha Alter. Informal Employment: Theory and Reality. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment. SAGE, London: 2016

CHUN, Jennifer J.; AGARWALA, Rina. Global Labour Politics in Informal and Precarious Jobs. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment. SAGE, London: 2016

DINIZ, Sibelle Cornélio. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. *Nova econ.*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 963-985, Dec. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512019000300963&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GAIGER, Luiz Inácio; CORREIA, Andressa da Silva. O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. *Política & Sociedade (Online)*, p. 205-230, 2010. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/15678-48202-1-pb.pdf> acesso 20 de fev 2020

GALERAND, Elsa; KERGOAT. Consubstancialidade versus interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais. In: KERGOAT, Danièle. *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018. p. 145-166.

GALVÃO, Andréia; et al. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n86/0103-4979-ccrh-32-86-0253.pdf>

GLENN, Evelyn Nakano. Race, racialization and Work. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. *The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment*. SAGE, London: 2016

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Revista Isis Internacional*, n. 9, 1988. p. 133-141.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira [1980]. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) *Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Estrutura social, mobilidade e raça. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; Iuperj, 1992.

HEWISON, Kevin. Precarious jobs. In: EDGELL, Stephen; GOTTFRIED, Heidi; GRANTER, Edward. The SAGE Handbook of The Sociology of Work and Employment. SAGE, London: 2016

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 1 abr 2020.

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. In HIRATA, Helena (org). Divisão Capitalista do Trabalho. Tempo Social, São Paulo, v.1, p. 73-103, 1989.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 86, p. 93-103, Mar. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 Fev. 2020.

KREIN, Andre Eduardo Becker. Relações Formais e Informais de Trabalho nos Governos Lula e Dilma Por Uma Perspectiva de Gênero e Raça. 29/11/2017 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UNICAMP, Campinas, 2017.

LAVILLE, Jean-Louis. Do Século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia (tradução Marie-Françoise Gérardin) Revista Katálises. Florianópolis, v. 11, n. 1 p. 20-32 jan/jun 2008.

LESSA, Carlos. Prefácio: Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). No meio da rua - nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 11-18.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho [1976]. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) Pensamento Feminista Brasileiro. Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NUNES, J. H.; VILLABOAS e SANTOS, N. J. de. Desigualdade racial e de gênero no Brasil: o trabalho em quadros superiores e de dirigentes. Soc. e Cult., Goiânia, v. 22, n. 1, p. 179-195, jan./jun. 2019 Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/57823/33154> acesso 18 de fev 2020-02-25

OLIVEIRA, Taís. Redes Sociais na Internet e a Economia étnica: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC,

Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2019.

PAULINO, Antonio George Lopes. Economia Solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 15/12/2008. Fortaleza, 2008

PEREIRA, Rafael Mesquita; GALVÃO, Maria Cristina; MAXIR, Henrique dos Santos. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. R. bras. Est. Pop. 2018; Belo Horizonte, 35 (3): e0047 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v35n3/0102-3098-rbepop-35-03-04-e0047.pdf> acesso 13 de fev 2020

PRONI, Marcelo W.; GOMES, Darcilene C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. Estudos Avançados 29 (85), pp. 137-152, 2015 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00137.pdf> acesso 16 de fev 2020

SANTOS, João B.F dos; MACIEL, Regina H.M. de O.; SATO, Leny. Trabalhadores informais e a formação de redes socioproductivas (RSP): considerações teórico-empíricas. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, p. 325-350-350, 2014.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. Notas Etnográficas sobre empreendedorismo em Favelas cariocas. ETNOGRÁFICA, v 21, p. 585-598, 2017a disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/5056> acesso 10 de fev

SILVA, Marcus Aurelio Soares da. O microempreendedor individual (MEI) no litoral do Paraná: uma análise da formalização sob a perspectiva do trabalho (2008-2016)' 30/03/2017 135 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial sustentável), UFPR, Matinhos, 2017b.

SOARES, Jessica Patricia Rodrigues Silva de Freitas. O Processo de Significação do Trabalho para revendedoras de Venda Direta: um estudo exploratório' 20/10/2017 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) UFRN, Natal, 2017.

VASCONCELOS, Kelly Samá Lopes de. De empresário individual informal a microempreendedor individual (MEI): uma análise dos benefícios da política de formalização. 29/4/2016. 65f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2016.

VEJAR, Dasten Julián Precariedad laboral en América Latina: contribuciones a un modelo para armar. Rev. colomb. soc., Volumen 40, Número 2, p. 27-46, 2017. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/recs/article/view/66382/61000>. Acesso 01 de fev 2020.